

**REPRESENTAÇÕES DO MUNDO RURAL:
IDENTIDADES EM CONSTRUÇÃO EM UM ESPAÇO DE
CONFLITOS**
(CAMPO FLORIDO - MG)

Flávia Pereira Machado

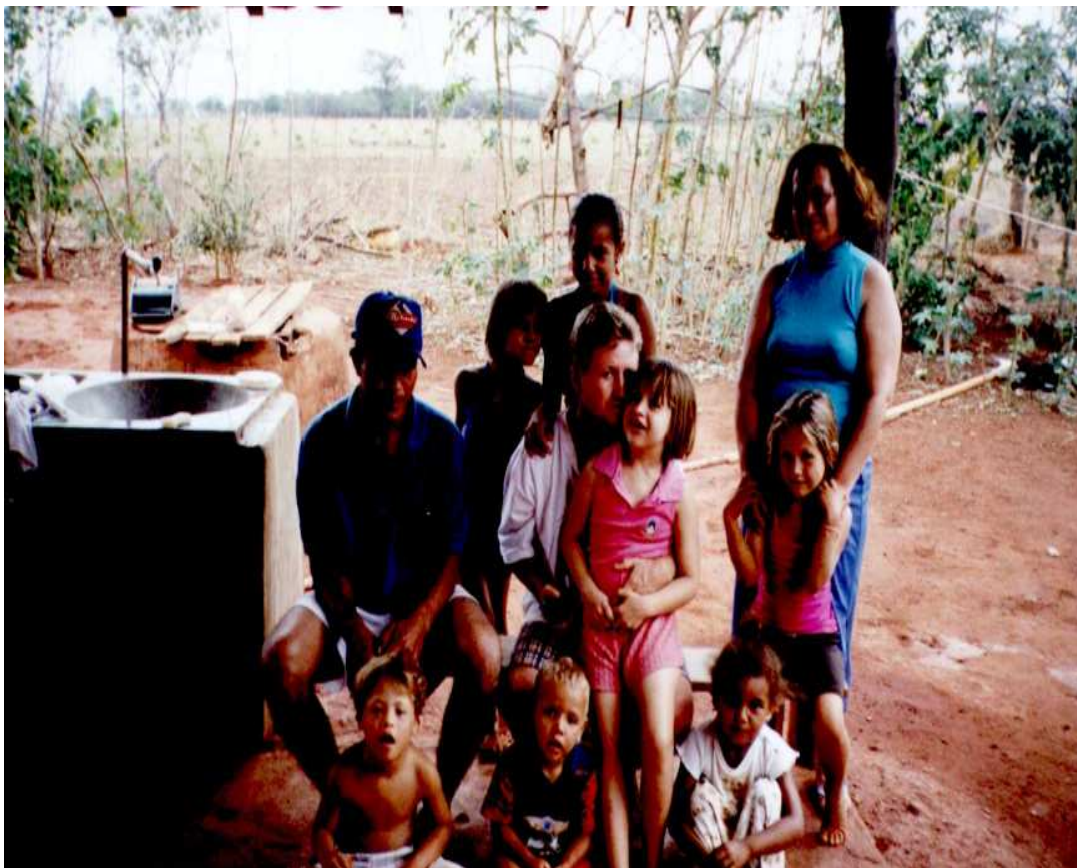


Foto: Flávia Pereira Machado (julho de 2003)

A família como elo de interligação entre a terra e o trabalho.

**REPRESENTAÇÕES DO MUNDO RURAL:
IDENTIDADES EM CONSTRUÇÃO EM UM ESPAÇO DE
CONFLITOS**
(CAMPO FLORIDO - MG)

Autora: FLÁVIA PEREIRA MACHADO

Orientadora: Prof^ª Dra. Libertad Borges Bittencourt

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de mestre em História no Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal de Goiás.

Área de Concentração: Cultura, Fronteiras e Identidades.

Linha de Pesquisa: Identidades, Fronteiras e Culturas de Migração.

Goiânia – GO

2006

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(GPT/BC/UFG)

Machado, Flávia Pereira.
M149R REPRESENTAÇÃO DO MUNDO RURAL:
IDENTIDADES EM
CONSTRUÇÃO EM UM ESPAÇO DE CONFLITOS (CAMPO
FLORIDO -
MG) / FLÁVIA PEREIRA MACHADO. – GOIÂNIA, 2006.
135 f. : **il., color., tabs.**
Orientadora: Libertad Borges Bittencourt.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de
Goiás, Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, 2006.
Bibliografia: f. 127-135.
Inclui lista de siglas.
1. Comunidades rurais – Identidade - Campo Florido
(MG) 2. Trabalhadores rurais – Aspectos sociais 3. Desen-
volvimento rural – Aspectos sociais I. Bittencourt, Líber-
tad Borges II. Universidade Federal de Goiás, Faculdade
de Ciências Humanas e Filosofia III. Título.
CDU: 316.334.55(815.1)

TERMO DE APROVAÇÃO

Autora: FLÁVIA PEREIRA MACHADO

REPRESENTAÇÕES DO MUNDO RURAL: IDENTIDADES EM CONSTRUÇÃO EM UM ESPAÇO DE CONFLITOS (CAMPO FLORIDO – MG)

Dissertação defendida no curso de Mestrado em História da Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal de Goiás para obtenção do grau de Mestre, aprovada em _____ de _____ de 2006, pela Banca Examinadora constituída pelos seguintes professores:

Profª Dra. Libertad Borges Bittencourt
Presidente (UFG)

Profº Dr. Jaime de Almeida
(UnB)

Profº Dr. Barsanufio Gomides Borges
(UFG)

Profº Dr. Leandro Mendes Rocha
Suplente (UFG)

AGRADECIMENTOS

A longa trajetória de pesquisa nos remete a instantes de solidão e angústia, os quais são compartilhados por familiares, amigos, colegas e companheiros. A estes o reconhecimento pela compreensão nos momentos de ausência, me impulsionando a dar continuidade ao sonho. Instituições e pessoas tornaram possível a realização deste sonho, muitas vezes distante, da escrita desta dissertação, algumas delas se fazem necessário citar:

- À Universidade Federal de Goiás e à CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), respectivamente, pela acolhida e pela possibilidade de dedicação à pesquisa através da concessão de bolsa integral para que a mesma se realizasse;
- Ao Programa de Pós-Graduação em História e a seu corpo docente pelas reflexões teórico-metodológicas impulsionadoras da ampliação do objeto de pesquisa, principalmente à Neuza da secretaria do Programa pelo incentivo e apoio nos momentos de dificuldades e atrasos, assim como o Professor Doutor Élio Cantalício Serpa pela compreensão nos momentos finais da escrita deste texto;
- À minha estimada orientadora Dra. Libertad Borges Bittencourt pela “paciência”, dedicação e apoio nas fases mais críticas da jornada de pesquisa;
- À minha querida mãe pela “dedicação exclusiva” em minha formação enquanto indivíduo, me proporcionando bons exemplos de esperança, bondade e força tanto pela sua história pessoal quanto pela sua carreira profissional, a ela todo o meu reconhecimento, afeto e carinho;
- Aos amigos e colegas que acompanharam a minha trajetória de vida e acadêmica, muitas vezes compartilhando as conquistas e perdas neste processo de escrita, de se fazer a si mesmo através das experiências vivenciadas, em especial a minha grande amiga Cristiane de Assis Portela que me possibilitou instigantes diálogos, reflexões e aventuras;

- Ao professor mestre Élon Marcolino da Universidade Estadual de Goiás pelo primeiro impulso no campo da pesquisa, possibilitada pela professora Clara Duran Leite a quem devo meus sinceros agradecimentos pela confiança depositada ainda na graduação;
- Ao professor mestre José Santana da Silva pelo seu exemplo de dedicação, perseverança e determinação, muitas vezes me desafiando a superar as minhas limitações, a esta minha admiração, afeto e carinho;
- Finalmente e não menos importante, aos “companheiros de luta” do Projeto de Assentamento Fazenda Nova Santo Inácio Ranchinho por me acolherem como membro de suas famílias, abrindo as portas para o seu cotidiano de trabalho, sociabilidade e lazer, me levando a perceber a necessidade da construção de um mundo melhor que acolha pessoas como “seu Calú”, “dona Maria”, “Tiana”, “seu Lourival” e muitos outros que com certeza estarão presentes em minhas lembranças.

*“Para a terra mais pobre e dura
leva-me vento, nas tuas asas,
assim como levas, às vezes,
sementes de ervas más e rosas*

*Elas precisam rincões úmidos
sulcos abertos, elas querem
crescer como todas as ervas:
eu só quero que tu me leves!”*

(Pablo Neruda)

RESUMO

As transformações sociais, políticas, econômicas e culturais impulsionadas pela expansão do “projeto de modernidade” ao Brasil impuseram a necessidade de uma reordenação do mundo social agrário a partir do processo de modernização agropecuária. Novas identidades, sujeitos e representações surgem ou são visibilizadas no seio deste processo possibilitando a percepção da complexidade das relações de trabalho, sociabilidade e produção que delineiam o mundo rural. Elementos da “vida moderna” se entrecruzam com valores e sentidos “tradicionais” na emergência de um novo rural brasileiro, possibilitando a construção de imagens diferenciadas do campo e da cidade, que ora se convergem, ora se contrapõem. A busca de explicações para os contrastes entre estes dois universos (rural e urbano) impuseram a identificação do campo como lugar do “atraso”, e a cidade como *locus* da “modernidade”, do “progresso”, ou mesmo de uma continuidade da cidade no campo com o processo de urbanização deste. A fim de superarmos estas visões dicotômicas, nos desafiamos à interpretação da constituição de múltiplas identidades e representações acerca do mundo rural a partir do cotidiano de luta e trabalho, das experiências de vida e discursos construídos por estes novos sujeitos insurgentes: assentados rurais oriundos da luta pela terra. Na construção de um “lugar” social e cultural no âmbito do processo de modernização os sujeitos estabelecem diversas estratégias de negociação entre o “moderno” e o “tradicional”, o rural e o urbano na delimitação de um novo universo simbólico, constituindo novas identidades (pessoais e coletivas). Neste sentido, nossa proposta se pauta no processo de afirmação de identidades a ser percebido nos diferentes discursos, representações e estratégias de sobrevivência material e cultural construídos por estes sujeitos em seu cotidiano.

ABSTRACT

The social transformations, politics, economical and cultural impelled by the expansion of the modernity "project to Brazil imposed the need of a realignment of the agrarian social world starting from the process of agricultural modernization. New identities, subjects and representations appear or they are visibilities in the breast of this process making possible the perception of the complexity of the work relationships, sociability and production that delineate the rural world. Elements of the "modern life" intersect with values and "traditional" senses in the emergency of a new one rural Brazilian, making possible the construction of differentiated images of the field and of the city, that some times converge her, other times oppose. The search of explanations for the contrasts among these two universes (rural and urban) they imposed the identification of the field as place of the "delay", and the city as locus of the "modernity", of the "progress", or even of a continuity of the city in the field with the urbanization process of this. In order to we overcome these visions dichotomists, we challenged ourselves to the interpretation of the constitution of multiple identities and representations concerning the rural world starting from the daily of fight and work, of the life experiences and speeches built by these new insurgent subjects: seated rural originating from of the fight by the earth. In the construction of a social and cultural "place" in the extent of the modernization process the subjects establish several negotiation strategies among the "modern" and the "traditional", the rural and the urban in the delimitation of a new symbolic universe, constituting new identities (personal and collective). In this sense, our proposal if it rules in the process of statement identities be noticed in the different speeches, representations and strategies of material and cultural survival built by these subjects in his/her daily one.

RELAÇÃO DE SIGLAS

ABCZ – Associação Brasileira dos Criadores de Zebu
ANSIR – Associação Nova Santo Inácio Ranchinho
CNA – Confederação Nacional de Agricultura
CPT – Comissão Pastoral da Terra
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DNER – Departamento Nacional de Estradas e Rodagens
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MLS – Movimento de Luta Socialista
MLST – Movimento de Libertação dos Sem Terra
MLST de Luta - Movimento de Libertação dos Sem Terra de Luta
MLT – Movimento de Luta pela Terra
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTL – Movimento Terra Trabalho e Liberdade
PFL – Partido da Frente Liberal
PM – Polícia Militar
PMDB – Partido da Mobilização Democrática Brasileiro
PRF – Polícia Rodoviária Federal
PT – Partido dos Trabalhadores
UDR – União Democrática Ruralista

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	10
1. Identidades múltiplas em um assentamento rural: delimitando o objeto de estudo e o <i>locus</i> de pesquisa	12
2. Representações do mundo rural a partir das narrativas orais: um esboço sobre metodologia e fontes	21
3 – Escrevendo história: sobre a estrutura do texto	25
CAPÍTULO I	
De caipira a agricultor familiar: transformações no mundo rural – uma outra face da modernidade	29
1.1 Modernidade, globalização e <i>pós-modernidade</i> : conceitos, histórias e outros afins ...	31
1.2 O rural e o urbano no mundo contemporâneo: superando as dicotomias	42
1.3 De caipira a agricultor: inter-relações entre o tradicional e o moderno a partir do processo de modernização do Brasil	48
CAPÍTULO II	
Identidades entrecruzadas e contrastivas: as representações do mundo rural através das narrativas dos assentados	64
2.1 Representações sociais na conformação das identidades culturais	67
2.2 A constituição de identidades a partir da relação entre tradição e modernidade	76
CAPÍTULO III	
Os Outros: discursos entrecruzados na conformação das identidades coletivas	83
3.1 “Fogo cruzado”: debate acerca da reforma agrária na imprensa escrita de Uberaba ...	86
3.2 Entre o local e o global: os agentes mediadores na definição das identificações e representações acerca do sem terra e assentados	113
CONCLUSÃO	118
IMAGENS DO COTIDIANO	122
REFERENCIAIS BIBLIOGRÁFICOS	127

INTRODUÇÃO



Foto: Flávia Pereira Machado (março/abril de 2005).

Subversão da ordem para cumprimento de valores: a busca pela reprodução familiar expressa pelas crianças do assentamento.

A integração do campo ao processo de acumulação capitalista implicou em uma reorientação de valores culturais e simbólicos para o homem do campo, assim como o reordenamento do mundo social agrário, seccionando cultura tradicional com novas formas de interação homem/natureza, de cultivo e uso da terra, de saberes e fazeres. Este processo se cruza com a expansão da “modernidade” em escala mundial em que valores, conceitos e sentidos são reestruturados mediante as transformações sociais, econômicas, políticas e culturais vivenciadas pelas sociedades ocidentais e não ocidentais.

A divulgação de um “modo de vida” padronizado em termos do que é “moderno” ou não impulsionou a constituição de um “supermercado global” de produtos culturais e materiais¹, ocorrendo um processo de “destraditionalização” das culturas locais a favor de uma cultura global, assim como a impulsão à afirmações identitárias específicas (Hall, 2000). Neste contexto, surge no campo brasileiro sujeitos e identidades “pulverizados” na construção de uma identidade nacional abrangente, reivindicando o reconhecimento de suas especificidades através da busca por direitos sociais, políticos e individuais: *sem terra, assentados, agricultores familiares, pequenos proprietários, mulheres trabalhadoras rurais*, entre outros grupos e denominações.

A constituição de uma “modernidade” brasileira (ou a incorporação das instituições modernas) foi possibilitada pelo remanejamento dos novos padrões através do contato com as diversas realidades, exacerbando as contradições existentes entre grupos sociais, regiões do país, comunidades e indivíduos, impondo aos mesmos diferentes formas de negociação com estes elementos, a partir de seus referenciais culturais e sociais. Estas considerações nos instigaram a busca de uma interpretação acerca das relações entre elementos globais e locais neste processo de reordenação do mundo social agrário.

As inter-relações entre local e global impulsionaram a construção de um novo contexto cultural no mundo rural a partir do processo de modernização, impondo novos desafios ao “homem do campo”, assim como a constituição de novas identidades e representações acerca do mesmo. A interpretação deste “universo” em construção direcionou nossa “jornada” que desembocou nesta escrita. A multiplicidade de possibilidades, olhares e temas sobre o mundo rural nos levou a determinadas escolhas e recortes, nos remetendo a análise das transformações no mundo rural com o processo de

¹ A discussão acerca da constituição de um “supermercado global” se apresenta em Gordon Mathews (2002).

modernização da agricultura, evidenciando os impactos do mesmo para o cotidiano de determinado grupo de agricultores familiares, delimitando como objeto as identidades culturais construídas na e através das representações a serem percebidas nos diversos discursos.

1 – Identidades múltiplas em um assentamento rural: delimitando o objeto de estudo e o *locus* de pesquisa

O mundo contemporâneo é marcado, segundo Abdala Jr. (2004), por uma nova tendência de incorporação das minorias étnicas e maiorias excluídas na mídia², demarcando, de forma mais ampla, a reconfiguração das fronteiras políticas e culturais, rompendo, assim, com as fronteiras rígidas da modernidade relacionadas aos Estados nacionais e aos múltiplos campos da práxis social. Neste sentido, se evidencia um *“processo de deslocamentos e justaposições, que rompem com as concepções fixas e sedentárias”* (Abdala Jr., 2004, p.11), emergindo um amplo debate em torno da identidade cultural, assim como de discussões acerca da mestiçagem e hibridismo cultural como tentativa de compreensão deste processo.

De acordo com Stuart Hall (2003) nos deparamos com o declínio de antigas identidades estabilizadoras do mundo social, dando abertura à ascensão de novas identidades e a fragmentação do sujeito moderno enquanto sujeito unificado (descentramento do sujeito). Delineia-se, neste sentido, uma *“crise de identidade”*, entendida como *“parte de um processo mais amplo que desloca as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e enfraquece as armações que dão aos indivíduos um lugar estável no mundo social”* (Hall, 2003, p.7).

Para Woodward (2000), as *“crises de identidade”* localizadas no processo de globalização implicam na tentativa de *“distanciamento”* dos sujeitos da cultura local para a

² Englobando indígenas, negros, latino-americanos, asiáticos, entre outros. Rompendo, conforme aponta Abdala Jr. (2004), com os estereótipos estabelecidos pela indústria cultural, centrados em uma caracterização anglo-saxônica (branco europeu ou norte-americano).

inserção em uma “cultura global”³. Por outro lado, em resposta a este processo, há o fortalecimento e/ou afirmação das identidades nacionais e locais, concomitante ao surgimento de novas posições de sujeito (Hall, 2003).

O estabelecimento de novos conceitos para a interpretação do mundo contemporâneo em detrimento às concepções essencialistas e à permanência da “identidade moderna” evidencia o desenvolvimento de um conceito de identidade estratégico e posicional, conforme ressalta Hall (2000):

Essa concepção aceita que as identidades não são nunca unificadas; que elas são, na modernidade tardia, cada vez mais fragmentadas e fraturadas; que elas não são, nunca, singulares, mas multiplamente construídas ao longo de discursos, práticas e posições que podem se cruzar ou ser antagônicas. As identidades estão sujeitas a uma historicização radical, estando constantemente em processo de mudança e transformação. (Hall, 2000, p. 108).

Desta forma, Stuart Hall (2000) remete à percepção de uma multiplicidade de identidades em detrimento a legitimação de identidades únicas, biologicamente dadas, visto que estas são construídas e “reconstruídas” historicamente. A partir destas transformações, ocorrem mudanças nas identidades pessoais, havendo um duplo deslocamento do sujeito, implicando na “*descentração dos indivíduos tanto do seu lugar no mundo social e cultural quanto de si mesmos*” (Hall, 2003, p. 9).

Sendo assim, as identidades são definidas na relação entre o “eu” (o sujeito e/ou seu grupo social) e o “outro” (a sociedade circundante), ou seja, a partir de relações e interações múltiplas, visto que “*a identidade é uma história pessoal, ela mesma ligada a capacidades variáveis de interiorização ou recusa das normas inculcadas. Socialmente, o indivíduo não pára de enfrentar uma plêiade de interlocutores, eles mesmos dotados de identidades plurais*” (Abdala Jr., 2004, p. 12).

Ao pressupormos que as identidades são múltiplas, situacionais e posicionais, a discussão em torno da constituição de uma identidade camponesa única se torna problemática em face da diversidade de situações, identificações e representações no

³ Ver, neste sentido, a discussão de “mundialização da cultura” em Warnier (2000), em que este aponta para a transformação das culturas locais em produtos culturais comercializados em escala global, ao mesmo tempo em que há a afirmação das identidades locais, através de processos de resignificação destes [produtos].

mundo rural, sobretudo em suas inter-relações com o mundo urbano. O que nos remete à reflexão acerca da incorporação do mundo agrário no processo de modernização, assim como, das novas representações construídas no e sobre este, tecendo um novo universo cultural e simbólico no mundo rural.

Em face da diversidade de situações, identificações e representações do mundo rural, sobretudo em suas inter-relações com o mundo urbano, percebemos a necessidade de ampliarmos a discussão incorporando as diferentes dinâmicas culturais e estratégias de negociação com o “outro”. Para tanto, delimitamos como objeto de estudo as identidades culturais, ao visualizarmos um cenário mundial marcado pela ascensão de novos movimentos sociais⁴, constituindo processos de afirmação identitária e ampla discussão em torno de uma política de identidade. Desta forma, as lutas pela terra no Brasil são englobadas no âmbito deste processo, ao evidenciar o surgimento de novos sujeitos (“sem terra, acampados e assentados”) e novas identidades (identidade de luta e resistência, por exemplo) no mundo rural, confrontando a lógica predominante de invisibilização e/ou desaparecimento do pequeno proprietário ou agricultor familiar a partir da expansão do capitalismo no meio rural, e a essencialização do mesmo ao se estabelecer uma identidade camponesa única.

Visamos, assim, ampliar as discussões em torno da reconstrução de um modo de vida “tradicional” em face do processo de modernização da agricultura, resignificado através dos saberes e fazeres incorporados pelo assentado rural com a posse da terra. A constituição de identidades diversas é percebida no âmbito das experiências de vida pessoais e coletivas, o que nos levou a estabelecer como *locus* de pesquisa o Projeto de

⁴ Nos utilizamos da denominação “novos movimentos sociais” para indicar os movimentos surgidos no contexto da crise dos movimentos tradicionais (sindicalismo, partidos políticos), tendo como principal pauta a reivindicação por políticas de identidade que atendam as especificidades e demandas dos grupos minoritários, ultrapassando a mera divisão classista, mas abarcando as concepções de gênero, etnicidade, nacionalismos, entre outros. Para Woodward (2000), os “novos movimentos sociais” surgem no Ocidente a partir da década de 1960, “especialmente 1968 com a rebelião estudantil, ativismo pacifista e antibélico e as lutas pelos direitos civis” (Woodward, 2000: p. 33). Aproximando, assim, da posição de Castells (2002) ao apontar as expressões que surgem no seio da globalização que incorporam tanto o que chama de “movimentos de tendência ativa voltados à transformação das relações humanas em seu nível mais básico como, por exemplo, o feminismo e o ambientalismo. Mas incluem também ampla gama de movimentos reativos que cavam suas trincheiras de resistência em defesa de Deus, da nação, da etnia, da família, da região, enfim, das categorias fundamentais da existência humana milenar ora ameaçada pelo ataque combinado e contraditório das forças tecnoeconômicas e movimentos sociais transformacionais” (Castells, 2002, p.13).

Assentamento Nova Santo Inácio Ranchinho, localizado no município de Campo Florido – MG.

A escolha deste *locus* é devida a realização de um projeto de pesquisa na disciplina de Estrutura e Funcionamento da Educação cursada na graduação em História no ano de 2002, no qual nos interessamos pelo tema da educação rural, o que nos levou à Escola Família Agrícola “19 de Maio” no respectivo projeto de assentamento, já que havíamos estabelecido contato prévio com os dirigentes da escola através do Movimento de Luta Socialista (MLS, que posteriormente passou a ser denominado de Movimento Terra Trabalho e Liberdade – MTL, conforme consta no capítulo 3). Realizamos a primeira pesquisa de campo em setembro de 2002, havendo um primeiro contato não apenas com a comunidade em questão, mas com a situação de assentamento por nós desconhecida até então. Entre 11 e 19 de julho de 2003, retornamos ao assentamento o que possibilitou uma reestruturação do objeto de estudo da educação rural para as identidades culturais a partir da convivência com algumas famílias em seu cotidiano, da observação e das entrevistas realizadas. De março a abril de 2005 realizamos uma nova pesquisa de campo, participando de diferentes atividades promovidas pelo grupo tanto dentro do assentamento e no âmbito de suas casas, quanto fora do mesmo, percebendo a forma como lidam com o “mundo exterior” ao assentamento, assim como são recebidos pelo mesmo. Em março de 2006 realizamos um levantamento de fontes na cidade de Uberaba-MG no Arquivo Municipal.

A organização do grupo que viria a formar o Projeto de Assentamento Nova Santo Inácio Ranchinho se inicia no município de Limeira D’Oeste – MG a partir da reestruturação do modelo produtivo com a chegada de uma usina de produção de açúcar e álcool⁵, estabelecendo um novo padrão de produção agrícola (imposição da monocultura canavieira, substituindo as lavouras de algodão e as roças cultivadas pelos pequenos agricultores nas terras arrendadas). Ocorre, a partir deste processo, a “expulsão” dos arrendatários e rendeiros e o aumento do desemprego (visto que grande parte dos

⁵ Segundo informações do sítio da empresa, a Usina Coruripe foi fundada em 1925 em Coruripe, Alagoas, sendo adquirida em 1941 pelo empresário Tércio Vanderley, expandindo-se para outras regiões na década de 1980. Atualmente, o grupo Tércio Vanderley possui três usinas localizadas nas cidades de Limeira D’Oeste, Campo Florido e Iturama. Cerca de cem por cento (100 %) do açúcar produzido é destinado a exportação, apenas o álcool é direcionado ao consumo interno. A Usina Coruripe não realiza o plantio da cana-de-açúcar, sendo abastecida pela produção dos fazendeiros locais, o que impulsionou um processo de arrendamento da terra para o plantio desta cultura, pressionando os assentados em questão a arrendarem seu lote (o que será melhor explicitado no capítulo 2), conseqüentemente, ocorreu na região uma mudança na paisagem, concorrendo com a criação de gado.

trabalhadores da região eram empregados nas lavouras de algodão), impondo ao pequeno produtor a condição de trabalhador volante (“bóia-fria”). Esse processo impulsionou este grupo de trabalhadores rurais provenientes de diferentes trajetórias, categorias e localidades⁶, a se organizarem para a ocupação de terras nas fazendas da região, tendo como referencial a experiência ocorrida em uma fazenda próxima, Fazenda Barreiro. Conforme a narrativa de um dos assentados, a condição de assalariado foi um dos pontos fundamentais que motivaram a organização do grupo referido:

*Motivação é uma coisa simples [...], a motivação deste movimento foi uma coisa simples. Na verdade, foi assim um certo **desespero**, foi uma necessidade que veio da gente fazer, e que Deus apontasse um caminho pra gente que a gente pudesse caminhar e chegar até o fim. Isso a gente trabalhando em Limeira d'Oeste, na cidade onde morava, panhando algodão, tirando aroeira, corte de cana [...] o único serviço bom na época era panhar algodão, mas como todo serviço tem um período bom e outro que vai começando a ficar ruim, então panhar algodão nesse momento já não era assim grande coisa mais, já tava no final, acabando a possibilidade da gente, às vezes, da gente ganhar mais um dinheirinho. (J.B.S., Campo Florido-MG, 14/07/2003).*

Os trabalhadores rurais em questão, com a tradição de trabalho na terra sem, muitas vezes, possuir a posse da mesma, vêm na luta pela reforma agrária a possibilidade de alteração da sua condição social, visto que, em face da realidade vivenciada, as perspectivas de mudança se tornam quase nulas. Segundo as informações coletadas através dos depoimentos e dos jornais pesquisados, a região de Limeira D'Oeste e Iturama (loais de habitação dos assentados antes das ocupações de terra) possui uma grande concentração de latifúndios e uma forte atuação da União Democrática Ruralista – UDR -, o que emperrou o processo de desapropriação de terras proposto pelo grupo nas diversas ocupações realizadas. Diante desta dificuldade surge, oportunamente, a proposta do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA - de deslocamento do grupo para a Fazenda Santo Inácio Ranchinho em Campo Florido - MG em vias de desintegração de posse, como forma de desviar o “problema” para uma região menos

⁶ Segundo as entrevistas orais realizadas o grupo foi formado por “bóias-frias”, arrendatários, empregadas domésticas, pedreiros, entre outros, advindos de cidades como Limeira D'Oeste, Iturama, São Francisco de Sá, entre outros municípios localizados no estado de Minas Gerais.

conflituosa.. Apesar da suposta “negociação” com o INCRA, esta não trouxe ao grupo nenhuma estabilidade já que permaneceram em situação de acampamento entre 1991 e 1993, devido a ação movida na Justiça por uma das proprietárias da fazenda, Vânia Lopes Cançado⁷. No período em que permaneceram acampados às margens da rodovia (cerca de três anos e cinco meses) houve um refluxo de famílias, passando de duzentas e cinquenta para quarenta e quatro famílias, culminando então na ocupação da fazenda em dezenove de maio de 1993, que visava pressionar o poder público, conforme o depoimento nos apresenta:

Aí paralisou tudo outra vez. Aí nós ficamos lá, ficamos mais três anos. Aí nós ficamos três anos e cinco meses na beira da rodovia e o processo ficou parado, quando nós viu que o processo tava parado não ia sair mesmo, falamos o que temos que fazer é ocupar a fazenda, que não tem outra maneira. Nessa altura nós só tava quarenta e quatro famílias, de duzentos e cinquenta nós só tava com quarenta e quatro, na beira da rodovia. Pra nós ocupar a Santo Inácio Ranchinho nós tivemos que chamar mais pessoas, pessoas que, às vezes, nem tinha interesse, nós teve que chamar [...]. (J.B.S. Campo Florido-MG, 14/07/2003)

Segundo Souza (2003), o processo de regularização da fazenda se iniciou em 1992, após dois anos de acampamento na “beira da rodovia” quando a perícia judicial avaliou a fazenda comprovando a falta de aproveitamento do potencial agrário, passando o território a pertencer ao Estado em novembro de 1992. Em reação a perda da posse da terra, a proprietária recorreu à Justiça Federal, solicitando uma nova perícia, perdendo novamente, o que a levou a apelar ao Tribunal Superior Federal em Brasília. Amparada pela “frágil definição” do que seria a função social do latifúndio, a proprietária vence em sua terceira tentativa, impulsionando a radicalização do movimento que decide ocupar a fazenda em dezenove de maio de 1993. Com a redefinição no Congresso da questão da função social da terra, a Fazenda Santo Inácio Ranchinho foi decretada improdutiva, se tornando propriedade do INCRA para fins de reforma agrária.

⁷ Segundo informações coletadas no Jornal da Manhã, a Fazenda Santo Inácio Ranchinho era parte do espólio possessório (herança) de Álvaro Lopes Cançado, tendo como proprietários os cinco herdeiros, um dos motivos que dificultaram o processo de desapropriação, já que o INCRA negociou com cada uma das partes interessadas, individualmente.

Após a ocupação da fazenda o grupo passou a ser conhecido como Movimento dos Trabalhadores Sem Terra de Iturama (em referência a cidade em que moravam antes da “migração” para Campo Florido), tendo uma maior visibilidade na mídia local. Neste sentido, delimitamos o recorte espaço-temporal entre 1993 a 2005 no município de Campo Florido⁸, por entendermos ser este período de maior relevância para a constituição do grupo social, o que não nos impede de recorrermos à memória dos acontecimentos que antecederam a este tempo e espaço e à própria vida pessoal dos assentados anterior ao processo de assentamento.

Alves & Santos (2002), afirmam que a criação do assentamento ocorreu em 1994 com capacidade para assentar cento e oito famílias sendo, posteriormente, redefinidas as áreas de reserva legal, o que possibilitou assentar mais sete famílias (em um total de cento e quinze). Segundo os mesmos autores, os trabalhadores deliberaram pelo assentamento das famílias envolvidas no processo de luta pela terra, *“entretanto, a conquista pela terra não implicou em garantias de reprodução dos assentados. Na verdade, existe uma consciência de que a terra conquistada foi o primeiro passo de uma longa caminhada”* (Alves & Santos, 2002, p. 5).

Com a conquista da terra iniciou-se a luta pela organização do assentamento. Segundo os depoimentos dos assentados as dificuldades se centraram no parcelamento da fazenda, eletrificação, moradia, educação, saúde e, principalmente, na aquisição de crédito. Diversos projetos de produção foram elaborados, mas nem todas as famílias conseguiram produzir no lote de forma auto-sustentável, o que culminou em um processo de arrendamento para a cana-de-açúcar e soja em meados de 2002.

⁸ Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1958) o município de Campo Florido surge a partir da ação das bandeiras no século XIX (aproximadamente em 1811) rumo a região ocidental do Triângulo Mineiro. O mito fundador do “patrimônio” que daria origem a cidade de Campo Florido se deve a passagem dos bandeirantes pela campina no dia de Nossa Senhora das Dores, ocorrendo a apropriação do patrimônio em nome da santa. O patrimônio foi elevado à condição de Arraial de Nossa Senhora das Dores do Campo Formoso, ocorrendo em 1812 a construção do primeiro templo católico. Posteriormente, o arraial torna-se distrito da cidade de Uberaba pela Lei Provincial número 125 de 13 de março de 1839. Em 1846 se eleva da condição de distrito para paróquia pela Lei Provincial número 288 de 12 de março de 1846, transferida em 1879 para o arraial de Nossa Senhora do Carmo de Frutal. A instalação do novo município ocorre a 1º de janeiro de 1939 pelo primeiro juiz de paz da cidade Debrai Lopes Cançado (“coincidentemente” da mesma família dos proprietários da Fazenda Santo Inácio Ranchinho). Em 2005 quando realizamos nossa pesquisa de campo, a cidade contava com cerca de seis mil habitantes, tendo na produção agropecuária sua principal fonte de renda. A chegada da Usina Coruripe na cidade ocasionou uma onda migratória temporária de cortadores de cana, vindos, principalmente, de Alagoas, multiplicando no período de colheita a população da cidade.

Em 2002, a Usina Coruripe se estabeleceu em Campo Florido, redefinindo a produção agrícola. Os grandes proprietários de terra substituíram a produção de soja e gado pelo cultivo de cana-de-açúcar, pressionando os assentados a arrendarem o lote para o plantio deste produto. No assentamento, cerca de quarenta famílias arrendaram seu lote para a Agropecuária Magri, destinando a terra ao plantio de cana com um contrato, segundo informação do presidente da Associação Nova Santo Inácio Ranchinho (ANSIR), José Messias, de um ciclo (aproximadamente, cinco anos, mas que pode ser prorrogado por sete anos). Outros quinze lotes foram arrendados para a plantação de soja.

Apesar da imposição do INCRA em delimitar o arrendamento em apenas cinquenta por cento da área do lote, muitos “parceiros” arrendaram cem por cento do lote. As famílias que não arrendaram o lote se dedicam a produção de leite, ao plantio da pimenta e de outras culturas (como a mandioca e o gergelim). Em doze anos de assentamento apenas treze lotes foram vendidos, o que para os assentados e para o próprio INCRA (através de conversas informais com técnicos da referida instituição) é uma vitória em relação aos assentamentos em escala nacional.

Em face das contradições percebidas na constituição do assentamento e na busca de um “lugar” social e cultural pelos assentados, recorremos à interpretação desta realidade que se remodela e redefine continuamente a fim de estabelecermos o diálogo entre modernidade e tradição, rural e urbano mediante o processo de modernização da agricultura. Os sonhos de “beira de estrada” que permanentemente direcionam as ações e reflexões do grupo ou mesmo o distanciamento destes sonhos, remetem a uma complexificação do real, superando as visões predominantes de uma homogeneidade social, cultural, política e econômica entre os trabalhadores rurais demandantes de terra. É no espaço-tempo do assentamento que as disputas pelo “poder de identificação” ocorrem, ora buscando uma identidade política, ora nas afirmações de identidades pessoais.

O diálogo/embate com a “modernização” justifica a escolha do Projeto de Assentamento Fazenda Nova Santo Inácio Ranchinho como *locus* de nossa pesquisa. Uma outra justificativa é a não adesão do assentamento como um todo a um movimento político determinado, constituindo, assim, um espaço de conflitos e interlocuções, em que se constroem tanto um projeto político, quanto identidades sociais e culturais que se contrastam no cotidiano, conforme aponta Carvalho:

No processo de constituição do assentamento, grupos sociais de comportamentos muito distintos entre si, encontram-se numa interação social face a face, independentes das suas vontades. Isso não significa necessariamente que estes grupos sociais ao interagirem tenham sido ou seriam desarticulados, e tendentes para o processo de homogeneização social simplesmente pelo fato de pertencerem agora a um assentamento. (Carvalho, 1996, p. 32).

Neste sentido, as identidades pessoais são conflitantes e/ou inter-relacionadas com as identidades coletivas, já que se constroem na trajetória de luta pela terra e na conquista e consolidação do “espaço” do assentamento, implicando em diferentes projetos individuais e coletivos e em discursos que são articulados visando a homogeneização do grupo ou acentuando os conflitos.

Assim, a luta pela terra e pela conquista de direitos enquanto estratégia de sobrevivência material e cultural transforma-se na busca pela construção de um lugar social (Fabrini, 2002), estabelecendo novas relações de produção, sociabilidade e de trabalho, implicando em uma redefinição de identidades e representações. A construção de um lugar social, neste sentido, é marcada pelo tecimento de diferentes estratégias de reprodução familiar como o arrendamento da terra, o próprio assalariamento em fazendas da região, o plantio de diversas culturas, entre outras. Os agricultores familiares, surgidos no processo de reforma agrária, buscam diversas formas de diálogo com o projeto de desenvolvimento rural predominante no Brasil centrado na expansão e consolidação do agronegócio. A partir deste entendimento, delineamos nossa “jornada” pelo questionamento das estratégias articuladas pelos assentados do Projeto de Assentamento Nova Santo Inácio Ranchinho para incorporação ao processo de modernização da agricultura.

Lançamos como hipótese que o assentamento rural se constitui como espaço de conflitos e interlocuções entre estes projetos diversos de retomada da tradição, ao mesmo tempo em que absorve e resignifica elementos da vida moderna. Neste sentido, ocorre o confronto entre duas visões de mundo: de um lado temos as estratégias de sobrevivência cultural e material tecidas no cotidiano de trabalho e de sociabilidade, constituindo, assim, a “cultura tradicional”⁹; por outro lado, o projeto modernizador incorporando a técnica

⁹ Ao nos utilizarmos do termo “cultura” nos referenciamos ao conceito defendido por Clifford Geertz (1989). Segundo este, a cultura é uma teia de significados aos quais o homem está amarrado (a construção do conceito pelo mesmo, parte da leitura de Max Weber). Sendo assim, elabora um conceito semiótico ao afirmar que

moderna ao trabalho e à produção agrícola. Desta forma, a análise do mundo agrário na contemporaneidade perpassa o entendimento das transformações e mediações travadas entre o “tradicional” e o “moderno” na constituição de um novo “mundo rural”.

Essa problemática nos remete a uma redefinição do conceito de cultura e identidade, rompendo com as visões essencialistas, em que se podem fixar características “originais” e históricas do grupo. As identidades, assim como as culturas, são dinâmicas, historicamente dadas. Novas articulações e afirmações identitárias se dão no processo de mediação entre rural e urbano, constituídas no cotidiano de trabalho, lazer, comunhão. Neste sentido, as identidades se constroem através dos conflitos entre lógicas de vida diferenciadas, em processos de resignificações e rearticulações culturais, e principalmente na mediação entre elementos de culturas diversas.

Pretendemos, assim, interpretarmos as experiências de vida e sociais de assentados rurais a fim de percebermos a constituição de múltiplas identidades construídas a partir das representações que estes constroem acerca de si e da sociedade que os cerca, assim como do “outro”, o olhar externo ao assentamento, identificado através da mídia e dos agentes mediadores.

2 – Representações do mundo rural a partir das narrativas orais: um esboço sobre metodologia e fontes

“Desvendar” o universo simbólico de determinado grupo social implica recompor o cotidiano, as subjetividades e sensibilidades através das representações construídas por estes sujeitos, constitutivas de suas identidades no decorrer de suas experiências históricas e das narrativas forjadas acerca das mesmas. A constituição de diferentes identidades construídas no cotidiano de trabalho, sociabilidade e lazer nos remete à “experimentação” de novas possibilidades na escrita historiográfica visando a apreensão

“como sistemas entrelaçados de signos interpretáveis (o que eu chamaria símbolos, ignorando as utilizações provinciais), a cultura não é um poder, algo ao qual podem ser atribuídos casualmente os acontecimentos sociais, os comportamentos, as instituições ou os processos; ela é um contexto, algo dentro do qual eles podem ser descritos de forma inteligível – isto é, descritos com densidade” (Geertz, 1989, p.10). Neste sentido, entendemos a cultura a partir de suas dinâmicas, rompendo com visões essencialistas que apontam esta de forma estática, visto que os significados são repensados e reelaborados na ação (Sahlins, 1990).

de um mundo sensível e na tentativa de uma aproximação do real vivido pelos sujeitos narrados.

Recorremos a uma escrita que privilegia a experiência dos atores sociais, percebendo, na construção da trama, suas ações, memórias biográficas e as trajetórias individuais e coletivas. Sendo assim, percebemos na perspectiva microanalítica a possibilidade de um enriquecimento da *“análise social tornando suas variáveis mais numerosas, mais complexas e também mais móveis”* (Revel, 1998, p. 23), ao estabelecer uma redução da escala de observação, considerando os comportamentos na formação das identidades coletivas, assim como, a percepção da multiplicidade de experiências e representações sociais¹⁰. Considerando as múltiplas estratégias individuais e coletivas de relação com o social, atentamos para a relação entre local e global, particular e universal, público e privado; constituindo, desta forma, interações entre estas “instâncias”, rompendo com as dicotomias estabelecidas por concepções totalizantes.

A percepção de um “real complexificado” a partir das profundas transformações engendradas pós – Segunda Guerra Mundial, remete a um movimento de crítica aos modelos predominantes de análise, devido às suas limitações em face da diversidade do real (Pesavento, 2003)¹¹. Esta mudança paradigmática implica em um afastamento das “histórias estruturais”, a favor da emergência de “histórias culturais” (Diehl, 2002).

Hunt (2001) defende a constituição de uma Nova História Cultural, ultrapassando os limites de uma história da cultura, já que esta vertente converge em uma nova forma de trabalho da História com a cultura. A História Cultural passa a definir cultura como um *“conjunto de significados partilhados e construídos pelos homens para explicar o mundo”* (Pesavento, 2003, p. 15), concebendo, para tanto, a “representação”

¹⁰ Relevante para o entendimento da perspectiva microanalítica são as considerações de Ginzburg (1989; 1987).

¹¹ As críticas são voltadas a duas posições interpretativas da História: o marxismo e os Annales. O impulso de renovação advém do interior destas correntes, não havendo, assim, uma ruptura total. Um exemplo, é o desvio para o cultural de Edward Thompson no interior do marxismo, tecendo duras críticas ao marxismo-leninista-estalinista e ao “marxismo estruturalista” de Althusser (ver Thompson, 1981). Para tanto, Thompson (1981), propõe a “retomada” da ação humana na história ao estabelecer a noção de “experiência”, em que a classe se constrói a partir das mediações culturais e sociais, não sendo apenas uma consequência do “modo de produção capitalista”.

como conceito fundamental para a interpretação do passado¹². Neste sentido, Pesavento (2003) afirma que a proposta da História Cultural se volta para a decifração da realidade do passado através de suas representações, tornando-se uma “*representação que resgata interpretações, que se incumbe de construir uma representação sobre o já representado*” (p. 43).

A centralidade do conceito de representação na abordagem da História Cultural nos remete a percepção das mudanças epistemológicas decorrentes desta “virada historiográfica”, incluindo a incorporação de outros conceitos como imaginário, sensibilidades e narrativa¹³. Estes conceitos são fundamentais para a interpretação das experiências de vida e sociais dos sujeitos enfocados em nossa pesquisa: no caso em questão, assentados rurais.

A partir desta “virada” historiográfica rumo ao cultural, novos sujeitos e objetos são incorporados à escrita da história possibilitando a “retomada” dos sujeitos esquecidos ou mesmo silenciados pela “história oficial” (Burke, 2000). O efeito metodológico é a constituição de fontes anteriormente desprezadas pela historiografia, como o caso dos relatos orais. Assim, uma diversidade de fontes negligenciadas pelos historiadores possibilita a apreensão do cotidiano, das subjetividades e representações da experiência vivida em épocas anteriores ou mesmo no tempo presente. Este é o caso das fontes utilizadas em nossa pesquisa, tendo como base os relatos orais.

Utilizamos, assim, os relatos orais como “*fontes privilegiadas da arte de investigação do presente e do discurso sobre o passado; as fontes orais oferecem rastros, vestígios, discursos reveladores da diversidade de formas de inserção social e da produção das identidades sociais*” (Neto, 2004, p. 3). Os depoimentos orais possibilitam a identificação das representações construídas pelos assentados acerca de si e do mundo que

¹² O conceito de representação é incorporado à História a partir da leitura de Marcel Mauss e Émile Durkheim no início do século XX, passando a ser concebido como conceito ambíguo implicando em uma ausência/presença (“presentificação do ausente”). Sendo assim, a representação é uma construção a partir do real, não denotando em um reflexo ou cópia, já que se constitui como um “trabalho de substituição”, envolvendo “*processos de percepção, identificação, reconhecimento, classificação, legitimação e exclusão*” (Pesavento, 2003, p.40).

¹³ Segundo Pesavento (2003) ocorre uma releitura dos conceitos de imaginário, sensibilidades e narrativa. O imaginário é definido enquanto uma tradução da experiência do vivido e do não vivido. A preocupação com o indivíduo, a subjetividade e história de vida remete a apreensão das sensibilidades na interpretação de determinada época. A emergência da narrativa impulsiona um profícuo debate em torno da relação história e ficção, ao identificar elementos ficcionais na escrita historiográfica, assim como a busca de veracidade pela literatura (Pesavento, 1999).

os cerca. Entendidos como narrativas, os depoimentos orais nos possibilitam a constituição de uma narrativa histórica reveladora da multiplicidade de interpretações e representações acerca do passado vivido, emergidos na constituição de uma memória das experiências e apreensões da realidade pelos diferentes grupos sociais.

A fim de adentrarmos o campo das representações, elegemos as narrativas orais dos assentados como “espaço” privilegiado de percepção das sensibilidades, do cotidiano e das estratégias de identidade¹⁴ articuladas pelo grupo no cotidiano de trabalho, família e lazer. Para tanto me apoio nas entrevistas orais, estabelecendo como critério de escolha os assentados que participaram da ocupação, os que permanecem vinculados ao movimento político e aqueles que se mantêm mais distantes do mesmo, os compradores de lote que trabalham no mesmo, os filhos de assentado que trabalham no lote ou que trabalham em outras fazendas, assim como as lideranças do assentamento. Justifico a tentativa de restrição por fins práticos, visto que o assentamento é parcelado em cento e quinze glebas, habitando uma ou mais famílias em cada lote.

As entrevistas realizadas seguiram duas linhas: a história oral de vida ao “incitarmos” os depoentes a contarem sobre suas experiências de vida desde a infância até os dias atuais, dando a estes a “liberdade” de recordarem os acontecimentos com maior relevância para as suas histórias de vida. Um depoimento excepcional neste sentido foi o de uma senhora de setenta anos que narrou sua vida de constantes migrações, sua preocupação com a família e o destino da mesma. Em uma outra linha, priorizamos a história oral temática partindo de questões acerca do envolvimento do depoente com o movimento de luta pela terra, as dificuldades enfrentadas e os maiores desafios na consolidação do assentamento.

Através das pesquisas de campo realizadas outras metodologias direcionaram nosso trabalho, como a pesquisa participante ao nos envolvermos nas atividades cotidianas dos sujeitos, “compartilhando” de sua alimentação, suas discussões políticas, festividades,

¹⁴ Cuche (2002) afirma que as identidades são articuladas com o intuito de se atingir um objetivo comum, definindo para tanto “estratégias de identidade”, o que remete a variações de identidade, denominadas por este de deslocamentos de identidades. Sendo assim, os sujeitos históricos assumem posições de acordo com os interesses que delimitam as suas lutas sociais, porém, a conceituação de “estratégia” não implica na total liberdade de escolha do indivíduo, visto que *“recorrer ao conceito de estratégia não deve levar a pensar que os atores sociais são totalmente livres para definir sua identidade segundo interesses materiais e simbólicos do momento. As estratégias devem necessariamente levar em conta a situação social, a relação de força entre os grupos, as manobras dos outros, etc. (...) a identidade é sempre resultante da identificação imposta pelos outros e da que o grupo ou o indivíduo afirma por si mesmo”* (Cuche, 2002, p. 197).

religiosidades, enfim em todas as dimensões da vida social e cultural do grupo. De certa forma agimos na busca de tornar “*familiar o exótico e o exótico familiar*” (Chaves, 1999), partindo de uma realidade desconhecida para torná-la parte de nossa referência de significados. A pesquisa de campo, neste sentido, ultrapassa a perspectiva de uma mera coleta de dados e informações em uma determinada realidade social; ela estabelece, fundamentalmente, a apreensão de novos significados e sentidos.

A fim de apreendermos um discurso “externo” ao assentamento, analisamos os discursos dos agentes mediadores (no caso as narrativas orais das lideranças do Movimento Terra Trabalho e Liberdade - MTL, assim como panfletos, cartilhas, e outros textos elaborados pelo mesmo com o tema da reforma agrária e produção agrícola) e o discurso midiático. A primeira opção se deve ao fato de constituir um discurso que torna homogêneo diferentes situações e condições no campo, a fim de estabelecer uma identidade de luta e resistência voltada para o desdobramento das reivindicações do movimento.

O discurso midiático é fundamental na construção de uma representação (e/ou representações) do sem terra a ser incorporada ao imaginário nacional. Para tanto, elegemos o Jornal da Manhã, localizado na cidade de Uberaba - MG, destacando as notícias e artigos acerca da experiência do grupo em questão ou relacionadas à questão agrária, modernização da agricultura, entre outros temas afins em um recorte cronológico que compreende os anos de 1990 a 2005¹⁵.

3 – Escrevendo história: sobre a estrutura do texto

Esta pesquisa, conforme já apontamos, é fruto de trabalho iniciado em 2003 na qual delimitamos como objeto a educação popular¹⁶. No decorrer da pesquisa e no contato com os depoentes nosso objeto foi sendo reconstruído. A partir do entendimento que a luta pela terra e a posterior organização do assentamento deflagrava a constituição de diversas

¹⁵ Uma outra fonte importante são as dissertações e teses elaboradas nos programas de pós-graduação da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e Universidade de Uberaba (UNIUBE) relacionadas ao Projeto de Assentamento Nova Santo Inácio Ranchinho.

¹⁶ A opção pelo assentamento como *locus* de pesquisa se deve à existência de um projeto de Escola Família Agrícola (EFA “19 de Maio”), cujo funcionamento se limitou a dois anos (entre 2000 e 2002). A escola objetivava a permanência do jovem no assentamento, formando-o como “agricultor técnico”, para que este incorporasse as técnicas agrícolas à tradição familiar, promovendo, assim, a agricultura familiar.

identidades estratégicas e situacionais, definimos a identidade cultural como o objeto de pesquisa.

Mediante uma problemática de dupla face, a saber, a existência, por um lado, de teorias e concepções que apontam para o desaparecimento do “camponês” no processo de avanço do capitalismo no campo; e por outro lado, em função do ressurgimento do mesmo na ordem do dia através das lutas pela terra e pela ampliação da cidadania no campo (tanto pelos movimentos sociais, quanto pelas ciências humanas), nos aventuramos pelo espaço/tempo do assentamento visando a superação de visões ditocômicas e mesmo essencialistas.

A multiplicidade de conceitos que buscam interpretar o mundo contemporâneo é o foco de discussão do Capítulo I “*De caipira a agricultor familiar: transformações no mundo rural – uma outra face da modernidade*”, a fim de estabelecermos as idéias, ações e sentimentos que delineiam as transformações ocorridas no mundo rural a partir do processo de modernização da agricultura. Nesta perspectiva recuperamos o amplo debate acerca do fenômeno da modernidade enquanto experiência histórica e vital que demarca as diretrizes para a conformação do mundo contemporâneo (item 1.1).

As análises acerca da modernidade, globalização e pós-modernidade excluíram o campo a favor da cidade enquanto espaço privilegiado para a instalação da indústria e do comércio, definindo o urbano como “lugar” do progresso e do desenvolvimento. Ao campo foi relegado a visão de “atraso”, arcaísmo e conservadorismo. Na tentativa de superarmos estas visões dicotômicas entre rural \times urbano, campo \times cidade, moderno \times tradicional, apontamos para as novas configurações entre estas dimensões, havendo interações/interlocações entre estas (item 1.2). As mudanças nas relações entre local e global, espaço e tempo impulsionam novos olhares acerca das interações entre rural e urbano, tradicional e moderno na composição de um mundo agrário em que se convergem práticas tradicionais com novas formas de produção, sociabilidade e trabalho.

A retomada do rural no enfoque teórico e político é impulsionada pelas diversas manifestações sociais no campo, através da luta pela terra e pelos direitos sociais e políticos dos trabalhadores rurais, pequenos proprietários, agricultores familiares, entre outros (item 1.3). Ao superarmos as concepções dicotômicas entre campo e cidade é possível percebermos o estabelecimento de um processo de modernização desigual, com ênfase no latifúndio e na difusão dos complexos agro-industriais, sem que implique no

desaparecimento das “unidades familiares” de produção. Neste sentido, a luta pela terra, pela reforma agrária e a opção pela agricultura familiar são entendidas como quesitos fundamentais para o processo de desenvolvimento capitalista, ao solucionarem os problemas referentes a oferta e procura de mão-de-obra, ao êxodo rural e fluxos migratórios, entre outros. Uma aventura pela “modernidade no Brasil” nos possibilita traçar este quadro em que emergem novas identidades e sujeitos no campo brasileiro a partir das lutas sociais (item 1.3).

As representações culturais construídas no e pelo discurso dos assentados nos possibilita a percepção de uma multiplicidade de identidades construídas no cotidiano de trabalho, da família, de lazer e comunhão, sendo este o foco do Capítulo 2 “*Identidades entrecruzadas e conflitivas: as representações do mundo rural a partir das narrativas dos assentados*”. Recorremos a conceituações acerca das representações sociais (item 2.1) como constituintes e constituídas do sujeito em sua prática social, contribuindo para a formação de condutas e para a orientação das comunidades sociais. Sendo assim, a interiorização de determinadas práticas e de uma linguagem própria definem a constituição da “identidade sem terra” e da “identidade de assentado”, assim como as representações acerca da terra, trabalho e família compõem as identidades individuais na trajetória de vida dos assentados e na luta pela terra (2.1 e 2.2).

Contrapondo o discurso dos assentados em seu cotidiano, emergem discursos que possibilitam a constituição de uma representação do “sem terra” e do próprio agricultor familiar como anômalo aos processos sociais do Brasil contemporâneo ou mesmo como uma questão residual a ser superada com o desenvolvimento capitalista. A partir das práticas discursivas dos agentes mediadores e da mídia é possível contrastarmos os diferentes interesses que delimitam a formação das representações sociais. Neste sentido, nos deteremos no Capítulo 3 “*Os outros: discursos entrecruzados na conformação das identidades coletivas*” na constituição de representações acerca do “sem terra” e do “agricultor familiar em situação de assentamento” a partir do discurso do Outro: o discurso dos agentes mediadores que apontam para uma homogeneização do “sem terra” no processo de luta e de aquisição da terra, assim como o discurso midiático. No caso em questão nos deteremos ao discurso do Movimento Terra Trabalho e Liberdade acerca da

luta pela reforma agrária e da organização dos assentados no que tange a produção e o trabalho na terra.

Na configuração do “imaginário” social as representações do mundo real articuladas pelos meios de comunicação são de fundamental importância, já que para muitos a televisão, o rádio e a imprensa escrita se colocam como instrumento de aquisição de informações e conhecimentos. Sendo assim, o discurso midiático contribui na construção de uma representação do “sem terra” de forma marginalizada, excludente e por vezes desumanizada, seguindo em alguns momentos as políticas oficiais de repressão aos movimentos de ocupação de terras.

As transformações do mundo contemporâneo impulsionam uma reestruturação econômica, política, social e cultural nos países desenvolvidos e naqueles em desenvolvimento, implicando em processos de modernização. No Brasil, a modernidade se confundiu com a modernização econômica e política, emergindo explicações que consideravam o “atraso” no campo como obstáculo ao “progresso” e ao desenvolvimento. A industrialização e a urbanização se tornaram símbolos da “nova era” que se iniciava com o advento do capitalismo.

Superando estas visões reducionistas e dicotômicas, visualizamos a emergência de novos sujeitos e identidades no campo a partir da luta pela terra e pela reforma agrária. Neste sentido, iniciamos nossa “jornada” nos questionando acerca do “lugar” destinado ao agricultor familiar no processo de modernização agropecuária, entendido como parte de um processo mais amplo de expansão da modernidade e do capitalismo. Na busca desse “lugar” nos deparamos com uma multiplicidade de identificações e representações do mundo rural que delimitam as tomadas de posição destes sujeitos no âmbito da globalização. Incorporados ao mundo global, os agricultores familiares buscam a interação entre suas estratégias de reprodução e produção familiar e as técnicas e produtos do mercado global. Este é o ponto que perseguiamos em nossa caminhada, algumas considerações são necessárias para que finalizemos mais uma etapa dessa longa “jornada”, sem que isso implique em um fim de nossas inquietações acerca da interpretação do mundo rural em transformação. A transformação do mundo rural é um processo em curso, impulsionando novas identificações e representações acerca do mesmo, sendo assim, é possível reconstruirmos mais uma vez nosso objeto, mas este é o desafio para um outra “jornada”.

CAPÍTULO I

DE CAPIRA A AGRICULTOR FAMILIAR: TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO RURAL – UMA OUTRA FACE DA MODERNIDADE



Foto: Flávia Pereira Machado (março/abril de 2005).

A expansão do *agronegócio*: consequências do processo de modernização do campo – Usina Coruripe em Campo Florido - MG.

Eu começo a sentir a embriaguez a que essa vida agitada e tumultuosa me condena. Com tal quantidade de objetos desfilando diante dos meus olhos, eu vou ficando aturdido. De todas as coisas que me atraem, nenhuma toca meu coração, embora todas juntas perturbem meus sentimentos, de modo a fazer que eu esqueça o que sou e qual o meu lugar.

Jean – Jacques Rousseau, 1761.

Aventurarmos no enfoque da construção de um novo espaço rural no Brasil nos remete ao “turbilhão da modernidade” em que novos valores, idéias e ações são transpostos ao campo se entrecruzando com os saberes e fazeres tradicionais. A imagem mistificada do homem do campo se desconstrói mediante a apropriação de tecnologias e práticas que impulsionam o tecimento de novas representações e identificações tanto do rural quanto do urbano.

Sendo assim, interpretamos as transformações do mundo rural brasileiro a partir das novas configurações na “ordem global”, entendendo a modernização da agricultura como parte de um contexto mais amplo de expansão da modernidade ao Brasil ao incorporar determinadas condutas, discursos e produtos como sinônimos de “moderno” e de superação do “atraso”. Neste sentido, se faz necessário retomarmos o amplo debate acerca do fenômeno da modernidade, incluindo termos e conceitos afins que buscam a compreensão do mundo contemporâneo.

Partindo da construção do conceito de modernidade, buscamos a interpretação do “lugar” que o mundo rural assume em face destas mudanças econômicas, sociais, políticas, culturais e ambientais trazidas pelo processo de globalização, aqui entendido como a expansão da modernidade e a imposição da “modernização” aos países em desenvolvimento. Enquanto este processo é marcado pela centralidade da cidade e da indústria, entendidos como “símbolos” da modernidade (Sauer, 2002), trilhamos por um caminho que nos conduz a uma retomada do rural através da reconfiguração das formas de produção, das pesquisas acadêmicas que buscam a explicação da permanência e transformação das práticas tradicionais, assim como das reivindicações dos movimentos sociais de luta pela terra que remapeiam o espaço social destinado aos agricultores familiares, pequenos agricultores, entre outras categorias no campo. Essa postura metodológica nos remete a análise da emergência da modernidade no Brasil marcada pelos contrastes e contradições delineados por diferentes experiências históricas e culturais.

Considerada a multiplicidade de interpretações e a polifonia de vozes, a formulação do conceito de modernidade segue uma historicidade não apenas no que tange às idéias, mas à constituição de imagens, ações e sentimentos que a delinearam enquanto experiência histórica e vital. O amplo debate que se segue acerca da modernidade incorpora uma diversidade de formulações teóricas que buscam abarcar a construção e a expansão do

projeto moderno ao mundo não europeu, englobando ainda a redefinição das narrativas modernas oriundas da superação da visão de modernidade vigente.

1.1 – Modernidade, globalização e pós – modernidade: conceitos, histórias e outros afins.

A disseminação de termos e conceitos que buscam abarcar as diversas experiências da modernidade nos remete a um amplo debate acerca da constituição da mesma, localizada no seio da formação do mundo burguês, conforme sugerido por Pesavento (1997). Segundo a autora, a segunda metade do século XIX foi marcada por dois processos fundamentais para a expansão do capitalismo e a constituição do imaginário burguês¹⁷; por um lado a consolidação do “sistema de fábrica”¹⁸ entendido como núcleo central do conjunto de transformações econômicas, sociais e político-ideológicas que assentaram as bases do desenvolvimento capitalista; por outro lado a “modernidade” enquanto experiência vital e globalizante (ver Berman, 1986).

Em contraposição à identificação do surgimento da modernidade no centro da formação do capitalismo, Boaventura Sousa Santos (2005), afirma que a modernidade ocidental e o capitalismo são dois processos autônomos e diferentes, visto que as condições

¹⁷ Ao analisar as exposições universais do século XIX, Pesavento (1997) utiliza como aporte teórico a definição de “*imaginário social*” de Baczo segundo o qual “*toda sociedade elabora para si um sistema de representação coletiva, constituída de idéias-imagens que formam como que um esquema de referência para a vida e a compreensão do mundo. Este imaginário social, assim constituído, dá legitimidade à ordem vigente, orienta condutas, pauta e hierarquiza os valores, estabelece as metas e constrói seus mitos*” (Baczo *apud* Pesavento, p. 14). Neste sentido, as exposições universais se tornam síntese e exteriorização da modernidade dos “novos tempos”, assim como vitrine para exibição de inventos e mercadorias disponibilizados pelo sistema fabril, agindo ainda como “arautos” da ordem burguesa e contribuindo para a divulgação de idéias-imagens dos benefícios do progresso.

¹⁸ Acerca do “sistema de fábrica”, Pesavento (1997) aponta dois debates fundamentais entre os clássicos do marxismo que colocam o sistema de fábrica como modo de produção e geração de mais valia (dimensão econômica), enquanto que outros enfatizam a dimensão social da introdução da máquina e da organização do trabalho da empresa, postulando assim, o caráter ideológico da ciência e o papel da técnica de encobrimento das relações sociais de dominação/ subordinação (“alienação do trabalhador” e “fetichismo da mercadoria”). No entendimento da autora é a partir da idéia de fetiche e engodo que as novas máquinas e meios de comunicação passam a simbolizar os tempos modernos, o advento do capitalismo; mercadorias estas destinadas ao encantamento da humanidade, símbolos do progresso técnico dos “novos tempos”, corporificando idéias que se impunham com força de certezas. No campo brasileiro podemos identificar alguns exemplos destas idéias – imagens como a chegada das máquinas agrícolas, sistemas de irrigação, entre outros ditos “frutos do progresso”, como representação da incorporação do mundo rural a modernidade, neste sentido, a modernização é confundida com a modernidade, o que iremos aprofundar posteriormente.

e dinâmicas de desenvolvimento de ambos os processos permaneceram separadas e relativamente autônomas, apesar de se entrecruzarem e convergirem, principalmente no decorrer do século XIX. Segundo Santos (2005) o paradigma sócio-cultural da modernidade surge entre o século XVI e os finais do século XVIII, antes mesmo do capitalismo industrial se tornar dominante nos países centrais. Sendo assim, o capitalismo, concebido como modo de produção é parte constitutiva da modernidade (Santos, 2005). Esta tese amplia o sentido da modernidade, rompendo com a definição enquanto uma época da história ocidental surgida a partir do Renascimento em contraponto ao Medieval ou mesmo como consequência do desenvolvimento do capitalismo. Apesar de centrarmos nossa análise no entrecruzamento destes dois processos, reconhecemos a distinção entre as condições e possibilidades de desenvolvimento do fenômeno da modernidade e do capitalismo.

O termo “modernidade” é apresentado por Baudelaire em seu artigo publicado em 1863 intitulado “*Le peintre de la vie moderne*”, em que apresenta a ligação desta com a moda, no sentido de explicitar o “poético no histórico”, o “eterno no transitório” (Le Goff, 2003). Segundo Baudelaire a modernidade é o “*transitório, o fugidio, o contingente; a metade da arte, da qual a outra metade é o eterno e o imutável*” (apud Harvey, 1998, p. 21). Sendo assim, concebe a modernidade como o “sentido da vida presente”, já que ocorre uma renovação e historicização em cada contexto, sujeito e objeto. Nestes termos, ocorre um alargamento da concepção de tempo se voltando para o futuro, respaldada na idéia de progresso¹⁹, superando a visão de tempo cíclico herdada da Antiguidade Clássica, já que “*o tempo da modernidade é o presente, distinto do passado e do futuro, e simultaneamente portador dos dois*” (Tufelli apud Pesavento, 1997, p. 31), o que conduz o homem a atribuir um valor específico à época em que vive.

Ao ser concebida pelo sentido do fugidio, do efêmero e do contingente, a modernidade, afirma Harvey (1998), conseqüentemente, “*não pode respeitar sequer o seu*

¹⁹ Astor Antônio Diehl (2002) afirma que a noção de progresso enquanto categoria histórica surge a partir das Revoluções Burguesas do século XVIII e Revolução Industrial inglesa no século XIX em que ascende a “sociedade burguesa”, expressando uma nova experiência do tempo (tempo mecânico). Apropriando-se de noções da biologia; o “progresso” é identificado com “evolução”. Sendo assim, a “*categoria de progresso inclui experiências históricas em uma única história com tendência a abraçar toda a humanidade*” (p. 25), implicando na orientação do agir humano para o futuro, entendendo o passado como um erro a ser superado com o progresso. Desta forma, se estabelece uma concepção de tempo linear e uma visão escatológica de história (o fim último das sociedades é a “civilização” e/ou a “modernização”), o que legitima o projeto modernizador que tem por modelo as sociedades européias.

próprio passado, para não falar do de qualquer ordem social pré-moderna [...] A modernidade, por conseguinte, não apenas envolve uma implacável ruptura com todas e quaisquer condições históricas precedentes, como é caracterizada por um interminável processo de rupturas e fragmentações internas inerentes” (Harvey, 1998, p. 22). Sendo assim, a modernidade remete a um rompimento com a tradição²⁰, impondo um sentido de constante inovação.

Baudelaire enquanto contemporâneo das transformações ocorridas no século XIX, tanto no que tange ao processo produtivo quanto na organização da vida social, política e cultural, evidencia o sentido paradoxal da modernidade, trazendo em sua obra uma atitude de ambigüidade em relação a “ordem burguesa”. Estas sensações, sentimentos e ações trazidas pela modernidade são exploradas na análise de Marshall Berman (1986) ao conceber a mesma como um conjunto de experiências vitais compartilhadas pelos sujeitos em escala mundial. A modernidade se torna, assim, uma experiência paradoxal ao impor a ruptura das fronteiras geográficas, raciais, classistas e de nacionalidades, gênero, religião e ideologia, estabelecendo uma espécie de unidade, ao mesmo tempo em que nos remete ao sentido de uma constante “*desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambigüidade e angústia*” (Berman, 1986, p. 9).

A sensação avassaladora de fragmentação, efemeridade e mudança caótica se coloca como condição necessária ao “turbilhão da modernidade”, conforme aponta Berman (1986), ao propor o resgate da modernidade enquanto experiência vital em diversos escritores de épocas e lugares distintos (Baudelaire, Marx, Dostoiévski, Goethe, Nietzsche, entre outros), considerados pelo autor como “modernistas”. O fio condutor da análise de Berman é o paradoxo que a modernidade impõe, ao oferecer à humanidade a possibilidade de liberação através das inovações, ao mesmo tempo em que a submete a novas “prisões”²¹.

²⁰ Giddens (1997) afirma que a relação entre tradição e modernidade é marcada pela contradição, visto que, a “modernidade, quase por definição, sempre se colocou em oposição à tradição”, porém a recriação da tradição pela modernidade se torna fundamental para a legitimação do poder. Neste sentido, a modernidade “reconstruiu a tradição ao passo que a dissolvia” (Giddens, 1997, p. 73).

²¹ Segundo Pesavento (1997), a análise de Berman é criticada por Perry Anderson ao se utilizar de um conceito de modernidade deslocado de sua temporalidade histórica, visto que o autor identifica a mesma enquanto experiência histórica desde o século XVI. Em contrapartida às críticas de Anderson, afirmamos que a proposta de Berman não se centra no desenvolvimento do sistema capitalista, mas nas experiências coletivas e individuais desencadeadas pelas transformações econômicas e sociais. Ao distinguir três fases na história da modernidade (1ª fase: século XVI ao XVIII, experimentação da vida moderna, percepção das mudanças sem consciência da “modernidade”; 2ª fase: 1790 ao século XIX, “era revolucionária”, em que ocorre o desencadeamento de inúmeras convulsões sociais; 3ª fase: século XX, expansão do processo de

A interpretação de Pesavento (1997, p.41) acerca da modernidade aponta esta como um “*fenômeno do domínio da cultura, da expressão do pensamento, das sensações, das mentalidades e da ideologia*”, se situando no contexto de constituição do capitalismo. Sendo assim, a modernidade é parte de um processo mais amplo de reordenação do mundo ocidental que implica dois outros domínios: a *modernização* e o *modernismo*. Segundo Berman (1986) *modernização* se relaciona aos processos sociais impulsionadores deste “turbilhão” que é a “aventura da modernidade”; sendo assim, um conjunto de transformações econômicas e sociais delineadas a partir da emergência do sistema capitalista, desencadeando a modernidade enquanto vivência e tradução destas experiências em formas de ação, pensamento e sentimento. O *modernismo* refere-se à produção intelectual e cultural relacionada à modernidade, um movimento estético que oscila entre o efêmero e o eterno (Harvey, 1998).

Neste sentido, a incorporação da modernidade no Brasil atendeu a uma *modernização* das relações de produção e sociais, buscando a superação do atraso representado, segundo algumas vertentes, pelo mundo rural. A superação do atraso equivaleria, dentro desta perspectiva, a uma *modernização* do campo a favor da urbanização e da industrialização. A apreensão deste discurso pelas elites agrárias e pelo Estado culminou em políticas públicas de incentivo à reestruturação do padrão agrícola, favorecendo o “agronegócio”, discussão esta que retomaremos adiante.

Segundo Eisenstadt (2000) o programa cultural e político da modernidade, formulado e experimentado, particularmente, na Europa Ocidental se constituiu pela afirmação da autonomia do homem, pressupondo uma “ênfase muito forte na participação autônoma de membros da sociedade na constituição da ordem social e política, e no acesso autônomo de todos os membros da sociedade a essas ordens e a seus centros” (Eisenstadt, 2000, p. 14). O programa moderno resulta, assim, em uma ruptura com as legitimações da ordem política e cultural, possibilitando a abertura a diferentes possibilidades para a construção de uma “nova ordem”, o que implica, de acordo com Eisenstadt (2000), em um processo político moderno marcado pela reconstrução das relações entre centro/periferia, a politização das demandas dos setores da sociedade e dos conflitos entre estes e uma luta

modernização), evidencia uma concepção de história enquanto processo, uma teia de acontecimentos, experiências e idéias que se entrecruzam na constituição do mundo moderno.

pela definição dos domínios políticos. O advento da modernidade ainda incide em uma redefinição de fronteiras e identidades ao impor novas definições para as identidades coletivas (como sociedade civil, primordial, universalista, transcendental, sagrada, entre outros). A pretensão universalista do programa cultural e político da modernidade impulsiona os conflitos identitários e inter-étnicos que serão, na segunda metade do século XX, ampliados com o fim da Segunda Guerra Mundial, assim como a expansão deste programa às sociedades não-ocidentais.

No Brasil, a impulsão à construção de uma identidade nacional mais inclusiva resultou na supressão de identidades étnico-culturais e no acirramento de uma determinada forma de preconceito velado, que se dilui no interior das relações sociais, culminando na invisibilização do negro, da mulher, do indígena, do sem terra.

Delineado pelas aspirações iluministas, o “projeto da modernidade” é marcado pelas contradições geradas pela sua própria formulação, implicando em duras críticas, assim como em um “declínio” no século XX. A abertura a uma multiplicidade de possibilidades e visões se confronta com o universalismo e o totalitarismo inerentes à soberania da razão, gerando uma forte tensão entre a autonomia do indivíduo e os controles restritivos²². De acordo com Weber, um dos principais críticos da modernidade segundo Harvey (1998), o triunfo da racionalidade proposital – instrumental (o principal legado do Iluminismo à humanidade) afeta todos os planos da vida social e cultural, abrangendo as estruturas econômicas, o direito e a administração burocrática, assim como as artes, implicando na criação de uma “jaula de ferro” da racionalidade burocrática que é inevitável (Harvey, 1998). Sendo assim, o sonho de emancipação humana, tão cara ao Iluminismo, se torna nula dentro do projeto de modernidade, estando as suas pretensões fadadas a “ilusão”. Alguns autores, como Habermas (1973) considera a possibilidade de retomada do projeto de modernidade a partir do resgate de sua condição libertadora. Outro exemplo é o próprio Berman (1986) que sugere uma “aventura” pela modernidade do século XIX, recuperando o sentido de transformação e emancipação expresso, principalmente, nas obras de Marx e Nietzsche.

A expansão da modernidade para as Américas e para as sociedades asiáticas implicou, segundo Eisenstadt (2000), em uma primeira transformação radical das premissas

²² Ver neste sentido Foucault (1979).

da ordem cultural e política moderna, já que supõe o surgimento de “modernidades múltiplas” no âmbito da “civilização” européia. Ao se apropriarem dos temas e instituições modernas, as sociedades não-européias buscaram reinterpretá-las de acordo com suas experiências históricas e culturais, implicando no desenvolvimento de novos programas culturais e políticos caracterizados pela tensão entre a representação de si como parte do mundo moderno e uma atitude ambivalente em relação a modernidade e ao Ocidente (como é o caso dos fundamentalismos religiosos e os movimentos nacionalistas e étnico-culturais).

Acontecimentos–limite como o holocausto (Koselleck, 1993), os totalitarismos, as guerras, entre outros, assim como as transformações sociais, econômicas, políticas e culturais ocorridas nas últimas décadas do século XX, demarcam um momento histórico de questionamento dos projetos modernizantes centrados na idéia de “progresso” (Diehl, 2002), ocorrendo assim, uma mudança estrutural que *“transforma as sociedades modernas, no final deste século, fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnicidade, raça e nacionalidade que nos deram localizações sólidas como indivíduos sociais”* (Hall, 2003, p. 27).

Assim, percebemos se delinear, a partir da década de 1970, um contexto histórico marcado pela disseminação de crises: crise do socialismo contemporâneo, impulsionando críticas à *“teoria geral da vida social”*, havendo a necessidade de ruptura com a mesma e a busca de novas perspectivas. A crise do “nacionalismo”, colocando as identidades nacionais em jogo com a emergência de novos sujeitos e identidades étnico-culturais, de gênero, sexual, entre outras. Assim como, a reivindicação de políticas identitárias diferenciadas (Escosteguy, 2001; Woodward, 2000).

Este momento tem suscitado diversas discussões polêmicas e controversas, não havendo consenso em relação à denominação das principais mudanças sociais, políticas, econômicas e culturais, emergindo termos como “pós-modernidade” (a partir da análise de Fredric Jameson), “modernidade tardia” ou “alta modernidade” (Giddens, 2002). Para Homi Bhabha (1998) vivenciamos um *“momento de trânsito em que espaço e tempo se cruzam para produzir figuras complexas de diferença e identidade, passado e presente, interior e exterior, inclusão e exclusão”* (Bhabha, 1998, p. 19). A principal divergência se

centra em localizar a globalização ou pós-modernidade como uma ruptura ou como uma radicalização da modernidade (Sauer, 2002)²³.

De acordo com Canclini (2003) os vínculos e conflitos entre modernidade, modernização e modernismo na década de 1980 e início de 1990 foram debatidos em torno do pensamento pós-moderno como superação do projeto moderno. Superando esta visão linear ou mesmo etapista, Canclini concebe a pós-modernidade como um “*modo de problematizar as articulações que a modernidade estabeleceu com as tradições que tentou excluir ou superar*” (Canclini, 2003, p. xxx).

Harvey (1998) sugere que o termo *pós-modernismo* surge, aparentemente, como modismo e incoerência, e ao contrário do que esperava, os argumentos pós-modernos foram aumentando. Sua vinculação com o *pós-industrialismos*, *pós-estruturalismo* e com outras “novas idéias” apresentou a impressão crescente de uma poderosa configuração de novos sentimentos e pensamentos, redefinindo a trajetória do desenvolvimento social e político. Em anos recentes, segundo o autor, o pós-modernismo determina os padrões do debate, definindo o modo do “discurso” e estabelecendo parâmetros para a crítica cultural, política e intelectual (Harvey, 1998). Nesta perspectiva, o pós-modernismo surge, a priori, nos anos 1970 como uma posição antimoderna, se estabelecendo, posteriormente, como uma estética cultural.

Desde meados de 1972 ocorre uma mudança profunda nas práticas culturais e político-econômicas vinculadas à emergência de novas maneiras dominantes de experimentação do tempo e espaço. Esta tese de Harvey (1998) propõe a existência de uma relação necessária entre a ascensão de formas culturais pós-modernas, a consolidação de modos mais flexíveis de acumulação do capital e um novo ciclo de “compressão do tempo – espaço” na organização do capitalismo. Essas mudanças ao serem confrontadas com as regras básicas de acumulação capitalista, se colocam mais como transformações de aparência superficial, do que como sinais do surgimento de uma sociedade pós-industrial ou pós-capitalista inteiramente nova (Harvey, 1998). No entanto, o pós-modernismo não é compreendido como uma ruptura com a modernidade ou com o capitalismo, mas como uma fase desestabilizadora do desenvolvimento econômico, político e cultural.

²³ Beck, Giddens e Lash (1997) buscam se esquivar da polarização entre modernidade e pós-modernidade ao proporem o conceito de “modernidade reflexiva”, concebendo esta como um novo momento da sociedade ocidental contemporânea em consequência da dissolução dos contornos da sociedade industrial.

A partir da década de 1990 as interpretações nas ciências sociais se centraram na globalização, reduzindo o atrativo do pensamento pós-moderno (Canclini, 2003). Entendida como uma culminação das tendências e conflitos modernos, a globalização coloca como desafio a configuração de uma “segunda modernidade”, mais reflexiva (Beck e Giddens, 1997) *“que não imponha sua racionalidade secularizante e, sim, que aceite pluralmente tradições diversas”* (Canclini, 2003, p. xxxi).

Definindo uma “nova ordem mundial” nos deparamos com um processo de interações globais de produtos culturais e materiais, informações e capitais, culminando em uma ruptura das fronteiras geográficas e culturais entre as regiões mais longínquas, ou mesmo entre culturas ancestrais com as sociedades ocidentais de consumo. Sendo este processo denominado “globalização”.

Segundo Castells (2002) a globalização pode ser definida pelo estabelecimento de padrões comuns através da difusão de matriz produtiva, baseada nas novas tecnologias que apagam as distâncias, havendo, por outro lado, reações locais que *“nascem marcadas pela ampliação da comunicação e pelas novas práticas sociais”* (Castells, 2002, p. II).

Giddens (2002) afirma que o conceito de globalização *“é melhor compreendido como expressando aspectos fundamentais do distanciamento entre tempo e espaço. A globalização diz respeito a intersecção entre presença e ausência, ao entrelaçamento de eventos e relações sociais ‘à distância’ com contextualidades locais”* (Giddens, 2002, p. 27).

Neste contexto em que se constroem redes intrincadas de interações, acontecimentos de ordem local, regional, nacional e global se entrecruzam marcando as trajetórias de vida das pessoas comuns. Estas transformações e conexões caracterizam o que Giddens (2002) aponta como a “alta modernidade” em que nos vemos inseridos em uma “cultura do risco” havendo uma *“crescente interconexão entre os dois ‘extremos’ da extensão e da intencionalidade: influências globalizantes de um lado e disposições pessoais de outro”* (Giddens, 2002, p. 9).

A emergência de uma sociedade “pós-tradicional” demarca processos de abandono, desincorporação e problematização da tradição²⁴ implicando em uma

²⁴ A tradição é entendida por Giddens (1997) como uma *“orientação para o passado, de tal forma que o passado tem uma pesada influência ou, mais precisamente, é constituído para ter uma influência sobre o presente. Mas evidentemente, em certo sentido e em certa medida, a tradição também diz respeito ao futuro,*

“extraordinária – e acelerada – relação entre as decisões do dia-a-dia e os resultados globais, juntamente com seu reverso, a influência das ordens globais sobre a vida individual” (Giddens, 1997, p.75). Estes processos são possibilitados pelo caráter dinâmico da vida social moderna, explicado, segundo Giddens (2002), através de três elementos. Em primeiro lugar aponta para a transformação da relação entre tempo e espaço, ocorrendo uma desvinculação de tempo e espaço do “lugar”, implicando no esvaziamento destes. Em consequência da separação entre tempo e espaço decorre o “desencaixe” das instituições modernas, ou seja, as relações sociais são descoladas dos contextos locais. Um último elemento se pauta na “reflexividade” da modernidade, já que o uso do conhecimento “técnico e especializado” sobre as situações da vida cotidiana, age como elemento constitutivo da organização e transformação desta. Sendo assim, a vida cotidiana se transforma ao ser organizada em função das “decisões” em escala global, o que não implica afirmarmos que haja a mera subordinação desta ao global, visto que o inverso também é passível de ser percebido nas sociedades modernas.

A globalização, neste sentido, não se restringe a um fenômeno econômico; relaciona-se a novas formas de interação entre as nações, sociedades, indivíduos, a reconfiguração da ação do Estado em face do neoliberalismo, à mundialização do capital, assim como à mundialização dos produtos culturais (Warnier, 2000). Um ponto fundamental é a relação entre mercado e Estado, que representam, segundo Mathews (2002), duas forças opostas no que tange a questão da identidade cultural²⁵.

pois as práticas estabelecidas são utilizadas como uma maneira de se organizar o futuro” (Giddens, 1997, p. 80). Neste sentido, a tradição mantém ligação estreita com a memória, já que dizem respeito à organização do passado com relação ao presente. A tradição é, assim, um meio organizador da memória coletiva, visto que as reproduções de memórias de acontecimentos/fatos passados (as repetições através dos rituais) possibilitam dar continuidade à experiência social e coletiva.

²⁵ Hall (2003, p.39-40) afirma que as culturas nacionais tem sido a principal fonte de identidade cultural no mundo moderno, construindo *“identidades ao produzirem significados sobre a ‘nação’ com a qual podemos nos identificar; estes significados estão contidos nas histórias que são contadas sobre ela, memórias que conectam seu presente com seu passado, e imagens que são construídas a propósito delas”*. Neste sentido, as nações modernas constituem identidades em torno da representação de uma suposta unificação, suprimindo as diferenças culturais ao estabelecer uma “memória oficial” pautada no “esquecimento” dos conflitos e destas diferenças (ver Burke, 2000). Elas são perpassadas por um “dispositivo discursivo” que representa a diferença como unidade ou identidade, sem dissipar a sua composição a partir de diferentes classes sociais, grupos étnicos e de gênero, o que implica afirmarmos que estas são *híbridos culturais* (Hall, 2003), enfraquecendo assim, o argumento que traz a idéia de nação com uma identidade cultural unificada. Segundo Mathews (2002) a apropriação de elementos culturais no “supermercado cultural global” impõe o questionamento do conceito de cultura e identidade como pertencimento a uma sociedade nacional específica, já que a definição de identidade se pauta tanto nas escolhas individuais, quanto nas coletivas dos pontos de apego temporário (Hall, 2003).

Para Sauer (2002), as recentes transformações sociais, políticas e culturais não se dissociam do processo de reconfiguração do capital em escala mundial. Para o autor estas transformações são decorrentes de uma tendência à internacionalização na modernidade, mas também estão relacionadas a mudanças macroeconômicas e à redefinição do papel do Estado, resultando ainda em alterações das percepções da realidade. Afirma, ainda, que a globalização representa a implantação e a difusão de novos paradigmas de desenvolvimento, alterando os padrões de concorrência e as condições de acumulação. Os avanços tecnológicos no campo da informática, biotecnologia, mecanização, entre outros, permite um novo estágio de produtividade do trabalho, provocando a diminuição e até mesmo a estagnação do uso de mão-de-obra em determinados setores produtivos; conseqüentemente, há o aumento do desemprego estrutural e a flexibilização das relações de trabalho (Sauer, 2002).

Considerando a multiplicidade de interpretações sobre o fenômeno da modernidade, buscamos recuperar alguns pontos centrais a fim de localizar as discussões posteriores à Segunda Guerra Mundial. O tema da modernidade se torna central nos debates contemporâneos tanto no meio acadêmico quanto nos movimentos sociais e políticos, suscitado pelas transformações advindas com a expansão do projeto moderno, o choque entre culturas específicas e o projeto civilizatório, assim como com o declínio das “promessas” iluministas de uma era da razão e da civilização.

Vivemos, assim, em um mundo marcado pelas transformações mediatas e imediatas, que redefinem a geopolítica mundial, as rotinas cotidianas, as ações globais. Identifica-se uma “época de finalizações” em que emerge uma sociedade “pós-tradicional” (Giddens, 1997). Um período de transição paradigmática (Santos, 2005), no qual declina o paradigma sócio-cultural da modernidade mediante o não cumprimento das promessas de emancipação social ou mesmo devido aos efeitos perversos do projeto moderno, que culminou em violência, guerras, totalitarismos.

A vida cotidiana é perpassada pelos eventos globais que chegam a diferentes culturas em “tempo real”. A “telepresença” possibilitada pelo avanço dos meios de comunicação “une” povos, localidades distantes, culturas e identidades. A circulação de bens materiais e simbólicos determina a emergência de um mercado cultural que liga os diferentes, mas também estabelece a diferença sem promover a alteridade.

Neste sentido, é possível estabelecer “elos” entre agricultores familiares do interior de Minas Gerais com indivíduos que vivem em grandes metrópoles, como São Paulo, devido a esta sensação de diminuição das distâncias, assim como o uso de produtos materiais e culturais disponíveis no mercado global. Exemplo disto é a disseminação do termo “progresso”, sendo utilizado no cotidiano para apontar os benefícios trazidos pelo desenvolvimento tecnológico, assim como na concepção de uma história linear, em que o futuro se coloca como superação dos “erros” do passado (ver Diehl, 2002).

Em Assembléia Ordinária²⁶ realizada em 03 de abril de 2005 no Projeto de Assentamento Fazenda Nova Santo Inácio Ranchinho percebemos a incorporação deste discurso pelos assentados ao discutirem acerca da ampliação de uma rodovia que corta o assentamento²⁷. Os defensores da proposta apontam a estrada como sinônimo de “progresso” e “bem estar” para os assentados que se beneficiariam com a mesma; os oponentes são colocados como “atrasados”, *“é uma visão muito rude ou atrasada, pois acho que vai beneficiar a mim e ao assentamento”* (J.M., Campo Florido, 03/04/2005). Contrapondo esta visão, outro grupo de assentados vê na estrada uma negação dos princípios que nortearam a luta pela terra, visto que a grande incentivadora da rodovia é a Usina Coruripe e os produtores de cana-de-açúcar, *“o asfalto vai trazer dor-de-cabeça, já que vai atropelar criança, gado. Se quiser asfalto vai morar na cidade. Usina e Tadeu mandam na gente, a gente vivia antes deles”* (N., Campo Florido, 03/04/2005). Neste sentido, percebemos se delinear os conflitos em torno de interesses divergentes, remetendo a negociações diferenciadas entre o “moderno” e o “tradicional”, entre os elementos locais e aqueles globais que são incorporados no cotidiano a partir do processo de modernização. A construção da rodovia impulsionou a discussão não apenas em torno do “progresso” ou

²⁶ As assembléias ordinárias ocorrem no primeiro domingo de cada mês, com o propósito de discutir os problemas e propostas que beneficiem o coletivo dos assentados, ou mesmo questões pessoais que requerem a aprovação em assembléia.

²⁷ Segundo as informações coletadas entre os assentados, a expectativa e a promessa eram da realização de pavimentação asfáltica na estrada já existente delimitada pelo INCRA. A Usina Coruripe exerceu pressão sobre o governo estadual e federal a fim de que esta empreitada se realizasse, estabelecendo um acordo no qual a usina financiaria a construção da rodovia e em contrapartida haveria a isenção de impostos por determinado período. O problema que aflige alguns assentados é que a ampliação da estrada implicaria no desmatamento da reserva ambiental, visto que as condições topográficas da estrada existente não são adequadas, segundo levantamento realizado pelo DNIT. Percebemos assim, o confronto entre diferentes interesses: por um lado a usina, os produtores de cana-de-açúcar e alguns assentados rurais, do outro lado os assentados ligados aos agentes mediadores (no caso em questão, o MTL) e os demais que se opõem ao desmatamento da reserva.

“atraso”, mas também na constituição de uma “consciência ecológica” para o grupo, *“a destruição é ‘excesso’ de consciência, não justifica o desmatamento da reserva. Podem dizer que a N. é antiga, antiquada, o avanço do progresso significa carestia, miséria”* (S. G., Campo Florido, 03/04/2005).

É neste contexto de questionamento do projeto moderno que emergem diversos processos de modernização nos países em desenvolvimento. Da nação ao mundo global, diversas idéias, imagens e objetos são transpostos a sociedades e culturas específicas, universalizando conhecimentos, racionalizando instituições sociais, promovendo a individualização. O encontro entre visões de mundo diferenciadas promove a ampliação do “ser moderno”, possibilitando o enriquecimento da perspectiva cultural moderna.

1.2 – O rural e o urbano no mundo contemporâneo: superando as dicotomias.

As interpretações acerca da modernidade, pós-modernidade e globalização, em sua grande maioria, excluíram o elemento rural das representações e explicações sobre o mundo contemporâneo. As mudanças sociais, políticas, econômicas e culturais ocorridas no final do século XX são analisadas a partir de uma visão centrada na importância da indústria e da cidade, relegando um espaço residual ao mundo rural e seus significados. Com o processo de globalização ocorre um exacerbamento dessa visão ao se cunhar expressões como “cidade-mundo”, “aldeia global” (Sauer, 2002).

Sendo assim, a dicotomia rural *versus* urbano se constituiu enquanto lógica explicativa fundante da realidade social impulsionada pelo tecimento de identificações entre o urbano e o moderno, assim como entre o rural e o tradicional. A cidade é concebida, a partir desta dicotomia, como o espaço privilegiado para a instauração da indústria e do comércio, para as interações globais, informacionais e tecnológicas, enfim para o dinamismo da vida moderna. Ao campo coube o papel de abastecimento das cidades, espaço do atraso e do conservadorismo.

As transformações no mundo rural a partir da mecanização e organização do trabalho dentro de uma lógica capitalista, assim como os avanços do processo de “urbanização” do mesmo, impuseram aos sociólogos rurais na década de 1960 a

necessidade de redefinição do objeto, tendo em vista a predominância de concepções que vislumbravam o desaparecimento do campo a favor do “progresso” (Queiroz, 1978).

Para Queiroz (1978) se tornou lugar-comum o entendimento da industrialização como “motor” da urbanização. Esta sentença “mascara” os surtos de urbanização anteriores ao desenvolvimento industrial na Ásia e Europa, relacionados a maior riqueza no campo, modificações no sistema de plantio e às invenções tecnológicas. Constata-se, assim, que a industrialização atua como fomento e/ ou incremento ao aparecimento das cidades, ao contrário das explicações que a apontam como causa. No Brasil, as cidades surgidas ainda no período colonial se tornam um prolongamento das fazendas; a existência das mesmas, neste sentido, é orientada pelas necessidades do campo, possibilitada pelo aumento de riqueza neste.

Queiroz (1978) afirma ainda que a preocupação da Sociologia Rural e das ciências afins com a crescente incorporação de inovações técnicas e o avanço do processo de urbanização no campo, assim como o êxodo rural é, de certa forma, deslocada, já que estes não são problemas específicos da contemporaneidade. A autora justifica sua posição a partir da história européia, marcada por uma grande importância conferida aos problemas agrários, impulsionando a difusão de inovações e invenções técnicas para o setor. A própria Revolução Industrial no século XVIII é precedida e mesmo possibilitada por uma Revolução Agrária. Em relação ao crescente processo de urbanização, a autora ressalta ser este um fenômeno antigo, ganhando importância apenas com a Revolução Industrial. No decorrer da Idade Média a divulgação de inovações e os êxodos rurais são tópicos habituais da vida rural (Queiroz, 1978).

Nesta perspectiva, as relações entre campo e cidade são marcadas por uma estreita interdependência e influência mútua, em detrimento dos estudos sobre as duas realidades de forma paralelas. Para Queiroz (1978) o campo e a cidade devem ser analisados em um mesmo conjunto, visualizando o lugar ocupado por cada uma destas realidades no interior de uma mesma estrutura.

Uma outra tendência nos estudos rurais é a de afirmar que o processo de urbanização do campo rompe com o “tradicionalismo” impondo a este a individualização, secularização e racionalização das relações de produção e sociais, destruindo os resquícios de diferenciação do espaço rural com o espaço urbano. Esta interpretação tem sido lugar-

comum nos estudos acerca do mundo rural, predominando, segundo Carneiro (1998), duas teorias dicotômicas: por um lado, a defesa da dissolução do rural a favor do urbano (“desruralização”). Por outro lado, a partir dos anos 1960, emerge uma teorização em torno do “continuum” rural-urbano, entendendo que a passagem da comunidade rural para a urbana não implica em ruptura, mas sim em continuidade (Durán, 1998).

A concepção de progresso emergente com o processo de modernização se baseava em uma relação linear entre “modernização – industrialização – urbanização” (Sauer, 2002). O desenvolvimento econômico e social mundial estaria, inevitavelmente, relacionado a um processo crescente de industrialização, atraindo as pessoas para os aglomerados urbanos, concepção esta adotada por Lefebvre (1991) acerca do caráter essencial da “sociedade industrial” enquanto crescimento quantitativo da produção material, o desenvolvimento das cidades ou da sociedade urbana.

É a vida urbana que dá sentido à industrialização, que a contém como segundo aspecto do processo. É possível que a partir de certo ponto crítico (onde podemos nos situar), a urbanização e sua problemática dominem o processo de industrialização. O que resta como perspectiva à “sociedade industrial”, se ela não produz a vida urbana em sua plenitude? Nada mais que produzir por produzir. (Lefebvre, 1991, p. 55)

O fenômeno da urbanização concebido como uma realidade mundial e inevitável se transforma, assim, na grande “aventura da humanidade” (Sauer, 2002). Segundo Wanderley (2001), a cidade em contraposição ao atraso do meio rural, é considerada como espaço fundamental para o desenvolvimento econômico e a construção da cidadania. Modernização significa então um processo histórico de generalização de um padrão cultural urbano, sinônimo de emancipação, autonomia, desenvolvimento, progresso e cidadania.

Em contraposição aos modelos explicativos construídos em torno da mentalidade “moderno-desenvolvimentista”, Sauer (2002) aponta para o “ressurgimento” do campo nas reflexões teóricas na tentativa de “resgatar” diferentes processos para a compreensão das transformações das sociedades ocidentais contemporâneas. Neste sentido, a consideração dos processos sociais e políticos no campo (a luta pela terra, por exemplo)

remetem à percepção de “recriações” do mundo rural brasileiro a partir de novas perspectivas.

Localizada neste contexto surgem novas imagens de ruralidade, evidenciando, de acordo com Durán (1998), a superação das posições de mitificação falseadora do agro-tradicional por um lado, e do progresso urbano-industrial por outro. Segundo Carneiro (1998) rural e urbano são categorias simbólicas construídas pelas representações sociais. Neste sentido, a definição de ruralidade se constitui na inter-relação/interação destas representações, sendo esta:

Um processo dinâmico de constante reestruturação dos elementos da cultura local com base na incorporação de novos valores, hábitos e técnicas. Tal processo implica um movimento em dupla direção no qual identificamos, de um lado, a reapropriação de elementos da cultura local a partir de uma releitura possibilitada pela emergência de novos códigos e, no sentido inverso, a apropriação pela cultura urbana de bens culturais e naturais do mundo rural, produzindo uma situação que não se traduz necessariamente pela destruição da cultura local mas que, ao contrário, pode vir a contribuir para alimentar a sociabilidade e reforçar os vínculos com a localidade. (Carneiro, 1998, p. 61).

Sendo assim, a relação entre rural e urbano se define pela interpenetração de universos simbólicos e culturais diferenciados, constituindo a “circularidade” entre culturas diversas²⁸. Os valores, hábitos e costumes são ressignificados face à modernização do mundo rural e a interação entre rural e urbano, implicando em alterações das representações tanto acerca do campo, quanto da cidade, configurando, assim, novas identidades nos universos urbano e rural.

A revalorização do campo é apontada por Durán (1998), como reflexo da crise de identidade urbano-industrial (em face da crise da razão moderna e da noção de progresso, tão caras a modernidade), remetendo à nostalgia de um retorno às raízes rurais. Neste sentido, ocorre o forjamento de um mundo rural utópico/fantasiado, remetendo a uma “essencialização” do camponês a partir das necessidades dos cidadãos, evidenciando-se um

²⁸ Retomando a abordagem de Bakhtin, Ginzburg (1987) afirma a ocorrência de circularidade entre as culturas dominantes (vinculadas a idéia de modernidade, erudição), e as culturas subalternas (relacionadas a tradição oral, aos saberes populares), havendo assim, uma relação circular de influências recíprocas entre ambas.

processo paradoxal, já que de um lado temos a revalorização da ruralidade, por outro a agudização da crise do mundo agrário (integração à sociedade urbano-industrial).

O processo de globalização, conforme analisamos no item 1.1, remete a interações globais de informações, pessoas, culturas, identidades e capitais, havendo uma diluição das fronteiras e identidades rígidas impostas pelos Estados Nacionais, assim como uma redefinição das relações entre tempo e espaço (Giddens, 2002). Estas interações promovem a emergência de uma nova ruralidade, a partir das transformações do rural intensificadas pelas trocas simbólicas e culturais com o urbano (Wanderley, 2001). As inter-relações entre local e global impulsionadas pela globalização transformam o “espaço local” em lugar de convergência entre o rural e o urbano.

A integração do rural à economia global não implica, na perspectiva de Wanderley (2001), em uma diluição das diferenças; pode ocorrer o contrário, “*o reforço das identidades apoiadas no pertencimento a uma localidade*” (Wanderley, 2001, p. 89). Exemplo disto é a preocupação em reconstruir as tradições de festas, danças, mutirões existente nos assentamentos rurais no Brasil, implicando em uma constante afirmação identitária, o que aprofundaremos no Capítulo II. Portanto, a ruralidade não pode ser entendida apenas como um processo de urbanização do campo “[...] *mas também do consumo pela sociedade urbano-industrial, de bens simbólicos e materiais (a natureza como valor e os produtos “naturais”, por exemplo) e de práticas culturais que são reconhecidos como tendo a sua origem no chamado mundo rural ou agrário*” (Wanderley, 2001, p. 101).

Na “onda” modernizante, a visão de progresso é identificada com o processo de urbanização, ocorrendo, no Brasil, a apropriação da representação européia do campo como “avesso às mudanças”, local do “*atraso*”; enquanto que a cidade se torna o “fulcro das inovações”, local do “*progresso*”. O projeto de modernização do campo tem como referencial esta visão ao se centrar no modelo urbano-industrial como a lógica a ser incorporada ao meio rural, acarretando a construção de políticas públicas (no sentido de se pensar o econômico, o político e o social) e de práticas culturais e representações (sentido cultural e social) legitimadoras/ justificadoras da tentativa de subordinação do campo à cidade. Assim, o mundo agrário estaria fadado ao desaparecimento tragado pelo “turbilhão” da modernidade representada pelo modo de vida urbano.

Contrapondo a visão progressista que aponta para o desaparecimento do rural em face do estreitamento de relações com o urbano, percebemos a incorporação dos elementos urbanos pelo mundo rural como parte do processo de ressignificações e redefinições decorrentes das dinâmicas culturais, ocorrendo, assim, não uma subordinação, mas a definição de relações de interdependência e influência mútua entre o rural e o urbano, sem que isto implique em “perda” de identidade, mas na constituição de novas identidades rurais e urbanas. Neste entendimento, campo e cidade não apresentam dualidade, mas apresentam-se como:

dois fatos que podem ter áreas que se recobrem, enquanto outras permanecem distintas; que ora se convergem em seus processos internos, ora divergem; que às vezes se associam em complementaridade, e outras vezes se opõem. Mas que através de todos estes fluxos e refluxos mantêm sua identidade. Identidade que também não é imutável. (Queiroz, 1978, p. 309).

Desta forma, a constituição de representações acerca do mundo rural não se restringe a uma localidade pré-estabelecida, mas compreende espaços de interações e interlocuções entre o rural e o urbano, em que elementos da cultura tradicional se entrecruzam com elementos da vida urbana. A divergência entre estes é uma construção discursiva (e por isso historicamente dada) emergida na Revolução Industrial, como forma de legitimar a expansão do modelo urbano-industrial de produção, tendo como alicerce a noção de “progresso”, enquanto parte da evolução da humanidade rumo à civilização.

Estas reflexões possibilitam a construção de novas imagens de ruralidade superando a visão do campo enquanto representação do atraso e do subdesenvolvimento. O risco é uma construção romântica a partir do “desencantamento” com o mundo urbano. É necessário, então, percebermos que a constituição de novas “ruralidades” é perpassada por diferentes processos de identificação e de relações de entrecruzamento entre rural/urbano, tradicional/moderno, extrapolando a mera dicotomia/ polarização destes.

1.3 – De caipira a agricultor: inter-relações entre o tradicional e o moderno a partir do processo de modernização no Brasil

A interpretação predominante acerca da modernidade latino-americana se centra na visão de ocorrência de um modernismo exuberante com uma modernização deficiente²⁹, visto que a colonização da América Latina se vincula as nações européias mais atrasadas, estando ainda submetidos a Contra-Reforma e a outros movimentos anti-modernos (Canclini, 2003). A partir das independências ocorrem ondas de modernização:

No final do século XIX e início do século XX, impulsionadas pela oligarquia progressista, pela alfabetização e pelos intelectuais europeizados; entre os anos 20 e 30 deste século, pela expansão do capitalismo e ascensão democratizadora dos setores médios e liberais, pela contribuição de migrantes e pela difusão em massa da escola, pela imprensa e pelo rádio; desde os anos 40, pela industrialização, pelo crescimento urbano, pelo maior acesso à educação média e superior, pelas novas indústrias culturais. (Canclini, 2003, p. 67).

No sentido de expansão do projeto de modernidade da Europa para a América Latina esses movimentos não cumpriram as demandas colocadas pela “modernidade européia” referentes à formação de um mercado autônomo no campo artístico e de um “*desenvolvimento econômico capaz de sustentar os esforços de renovação experimental e democratização cultural*” (Canclini, 2003, p.68). Sendo assim, as condições históricas, sociais e culturais específicas dos países latino-americanos redimensionaram os processos de modernização e modernismo transplantados da Europa, ocorrendo ainda o surgimento de práticas simbólicas e culturais diversificadas a partir da apreensão do projeto moderno.

Na América Latina e principalmente no Brasil, o fenômeno da modernidade se vincula ao desenvolvimento do capitalismo, já que a base da universalidade expressa pelo capitalismo e pela modernização é a incorporação de outras regiões do globo, representadas como “coloniais” e “atrasadas” em relação ao epicentro europeu (Pesavento, 1997). O movimento de internacionalização do capital corresponde a uma internalização do

²⁹ Referimos ao modernismo relacionado aos projetos culturais renovadores das práticas simbólicas com um sentido experimental e crítico, e à modernização como um processo sócio-econômico que vai construindo a modernidade (Canclini, 2003, p. 23).

capitalismo pelos países em desenvolvimento, implicando na “*transformação dos processos produtivos e das relações sociais, bem como a introjeção de valores adequados a uma ética e moral burguesas*” (Pesavento, 1997, p. 57).

Partindo dos processos de colonização do Brasil e de constituição da nação pautada no pensamento positivista do século XIX, o processo de modernização no Brasil determinou uma série de medidas políticas, econômicas e sociais e, principalmente, um “rearranjo” cultural para a incorporação dos valores e idéias burgueses pelas elites locais. A internalização do capitalismo e dos ideários da modernidade incide em um processo de reajustes sociais, políticos, culturais e econômicos mediante a herança colonial escravista, rearticulando o novo ao arcaico.

Segundo Florestan Fernandes (1976) o processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil ocorre dependente, impondo transformações na economia agrária, revolução urbana, mudança de mentalidade e comportamento psicossocial da população. Este processo ocorre de forma tardia no desenvolvimento econômico e histórico-social do Brasil devido a desintegração do sistema de produção escravista (do campo para a cidade). O autor afirma que o desenvolvimento capitalista está estritamente ligado a economia agrária; sendo assim, esta se torna a matriz/suporte dos dinamismos econômicos, sociais e políticos alteradores da organização da sociedade brasileira.

Nesta perspectiva o desenvolvimento do capitalismo no Brasil se vincula às transformações na produção agrária como base fundamental para a acumulação de capitais a serem investidos nos processos de industrialização e de urbanização. Exemplo disto são as cidades surgidas no período colonial como prolongamento das fazendas, difundidas para o atendimento das necessidades dos fazendeiros (Queiroz, 1978).

A incorporação da economia agro-exportadora brasileira ao mercado mundial impulsiona o ingresso do Brasil no “espetáculo” da modernidade, já que possibilita a difusão dos novos produtos e invenções lançados pela indústria européia. As idéias, imagens e símbolos da modernidade européia são “importados” pelas elites brasileiras, tornando “progressistas” as mentalidades agrárias. A penetração das idéias do liberalismo econômico e político são acomodadas segundo os interesses escravistas, agroexportadores e latifundiários expressos pelas elites dominantes.

Interagindo com os “eventos” de ordem global na segunda metade do século XX em que, conforme afirmamos, ocorre uma reestruturação das relações capitalistas de produção e consumo, o campo brasileiro é integrado ao “turbilhão” da vida moderna a partir do processo de “modernização”, implicando na passagem de uma sociedade agrária tradicional para a incorporação desta ao sistema de produção capitalista.

A mudança na lógica operativa da vida rural se deve às alterações nas suas relações com a terra, admitindo um novo sistema de arrendamento da terra e de usos da mesma, com o trabalho através do assalariamento do trabalhador rural e a família com a diminuição desta com o controle de natalidade, distribuição de herança, entre outros, passando de uma economia de subsistência em que se planta e cria para a sobrevivência, para uma economia de mercado em que se compra e vende os “mínimos vitais”. Ianni (1997) analisa a “revolução” no mundo agrário com o processo de globalização:

A revolução que a globalização do capitalismo está provocando no mundo agrário transfigura o modo de vida no campo, em suas formas de organização do trabalho e produção, em seus padrões e ideais sócio-culturais, em seus significados políticos. Tudo que é agrário dissolve-se no mercado, no jogo das forças produtivas operando no âmbito da economia, na reprodução ampliada do capital, na dinâmica do capitalismo global. (Ianni, 1997, p. 46)

Partindo da oposição estabelecida por Robert Redfield entre sociedades camponesas, selvagens e industriais, Henri Mendras (1978) afirma que a inserção do camponês³⁰ na sociedade industrial de “massa” o transforma em “agricultor”, o que não

³⁰ Remetido a conceitos gerais que abarcam as diferentes realidades e momentos históricos, o conceito de *camponês* é revestido de mitificações quando comparado à “civilização urbana” (desprezado enquanto “rústico” ou louvado enquanto “lavrador”) ou considerado enquanto fator político (cerne de conservadorismos ou das “esperanças” revolucionárias). Segundo Pierre Vilar (*apud* CARDOSO in CHEVITARESE, 2002), estas contradições geram a “desconfiança” em se utilizar o termo *camponês* sem distinções ou análises de suas especificidades, visto que a busca por bases comuns na economia camponesa, na propriedade da terra, ora remetem os camponeses a uma condição de subordinação aos proprietários de terra ou como parte de uma estrutura global mais ampla (Wolf, 1976), ora como modo de produção secundário dentro do capitalismo pelos marxistas clássicos (Cardoso, 2002). Identificar grande parte dos trabalhadores rurais no Brasil como camponeses tem sido prática comum, visto que *camponês* e *campesinato* são noções vagas e amplas, “*carregadas de estereótipos e de lugares-comuns culturais e políticos*” (Cardoso, 2002, p.35). Já que tais termos são considerados por Martins (1995) como “importação política” das esquerdas para marcar a luta dos trabalhadores do campo a partir da década de 1950, estabelecendo uma “unidade de classe” (assim como o termo latifundiário), e um “lugar social”, o que implica na designação de um destino histórico estranho à realidade brasileira (pois se refere a realidade russa). A utilização do termo *camponês*, segundo Medeiros (2002, p. 158), remete a constituição de uma “*identidade política, ao mesmo tempo em que se produziu uma*

incide no desaparecimento das sociedades camponesas, visto que há a coexistência destas nas sociedades contemporâneas. A autonomia das coletividades locais é perdida ao submeter a produção agrícola ao mercado (mesmo que organizadas em empresas familiares). Consequentemente, ocorre o desaparecimento do auto-consumo, implicando na comercialização total da produção (ruptura entre consumo familiar e produção).

Evidenciando a religiosidade, as relações de trabalho e familiares do caipira Antonio Candido (2003)³¹ aponta como principal aspecto da cultura tradicional caipira o equilíbrio entre grupo e meio, caracterizando uma vida social fechada com base na economia de subsistência. Sendo assim, a vida caipira se referencia em níveis mínimos de subsistência e vida social, ou seja, trava relações apenas no âmbito dos grupos de vizinhança e sua sobrevivência depende do equilíbrio com as forças da natureza, o que ocorre devido às suas heranças culturais (contatos interétnicos entre indígenas e portugueses)³².

Em uma outra perspectiva, Abramovay (1992) distingue a agricultura camponesa da agricultura familiar ao analisar o papel desempenhado pela agricultura nos países avançados. Entendendo que a agricultura familiar é a principal forma social de progresso técnico no campo, Abramovay rompe com a concepção de uma mera transição de uma economia camponesa para uma agricultura capitalista, já que define a agricultura familiar a partir de uma dupla e fundamental especificidade:

nova linguagem, que expressava os conflitos localizados nos termos de transformações mais amplas pelas quais o país necessitava passar", articulando, desta forma, as lutas a serem travadas no seio da estrutura fundiária do país a partir das demandas levantadas pelas organizações emergentes no período de 1950/60, apresentando um caráter extremamente político e classista. Englova, assim, em uma mesma definição, uma diversidade de situações e categorias existentes no campo brasileiro. Percebendo a necessidade de superação de concepções escatológicas/finalistas (fim do campesinato no capitalismo), visões depreciativas e até mesmo reducionistas, partimos de uma abordagem cultural relacionando o *camponês* a um modo de vida (Woortmann, 1983), visto que em sua relação com a terra, este constrói significados relevantes à sua prática social, definidos no contexto histórico no qual estão inseridos, implicando, segundo Woortmann (2003), na estruturação de um universo camponês pautado na relação de interligação entre três categorias: trabalho, família e terra.

³¹ A pesquisa de Candido foi realizada na década de 1950 em um bairro rural de São Paulo (Rio Bonito), se inserindo em um contexto marcado pela "assimilação" do desenvolvimento industrial, tendo como conseqüências para o campo brasileiro mudanças na lógica de vida camponesa. Segundo Candido, a mudança é o "drama fundamental" para a situação/condição camponesa, já que a cultura caipira seria avessa à esta.

³² Neste sentido, Queiroz (1976), ao analisar a percepção do espaço social e geográfico do sitiante tradicional afirma que, apesar da existência de uma diversidade de categorias em trânsito no campo brasileiro, ocorre certa homogeneidade entre estes. Visto que este constrói sua idéia de sociedade e de mundo através das relações de parentela e grupos de vizinhança, se aproximando, assim, da abordagem de Candido.

Por um lado, seu dinamismo econômico, sua capacidade de inovação técnica, suas formas sociais inéditas com relação ao passado de que algumas vezes se origina, mas com o qual mantém laços cada vez mais tênues. Por outro lado – e este é um aspecto decisivo – a agricultura familiar é um fenômeno tão generalizado nos países capitalistas avançados que não pode ser explicada pela herança histórica camponesa, de fato, em alguns casos existentes: na verdade, o Estado foi determinante na moldagem da atual estrutura social do capitalismo agrário nas nações centrais. (Abramovay, 1992, p.21)

A ênfase na integração do camponês ao capital nos anos 1970, considerou a “agricultura camponesa” como modo de produção subordinado, camuflando os próprios limites da racionalidade econômica do campesinato. Em crítica a esta concepção de explicação da existência camponesa a partir da “lógica do capital”, Abramovay (1992) afirma que a estrutura social da agricultura capitalista se baseia em unidades familiares, que não são necessariamente camponesas.

A discussão acerca da agricultura se coloca, assim, no âmbito das funções macroeconômicas e estruturais desta no desenvolvimento capitalista, superando a visão da agricultura como um segmento da divisão do trabalho (Abramovay, 1992). Sendo assim, a agricultura assume um papel estratégico dentro do processo de consolidação do capitalismo no Brasil.

Segundo Kageyama (1986) a principal transformação na agricultura brasileira se relaciona à transição do complexo rural para a dinâmica do Complexo Agro-Industrial, em que ocorre a substituição da economia natural por atividades agrícolas integradas à indústria. Este processo se inicia a partir da transição do trabalho escravo para o trabalho livre em 1850, emergindo o complexo cafeeiro paulista, concomitante ao processo de substituição das importações, significando o desenvolvimento do mercado de trabalho e a constituição do mercado interno. Com a crise de 1929, há a aceleração deste processo, se consolidando em 1950 com a implantação das indústrias de produção de bens de capital e insumos.

Sendo assim, a modernização da agricultura é compreendida como a transformação da base técnica, implicando na “*integração técnica intra-setorial e a mercantilização da agricultura, promovendo a substituição de elementos internos do complexo rural por compras extra-setoriais (máquinas e insumos)*”, abrindo espaço para a

criação de indústrias de bens de capital e insumos para a agricultura” (Kageyama, 1986, p. 119-120).

Desta forma, se evidencia a integração do mundo agrário ao sistema capitalista, remetendo a novas configurações no campo cultural, simbólico, econômico, social e político. A implantação dos programas de modernização agropecuária na América Latina iniciada nas décadas de 1950 e 1960 se baseou em pesados investimentos no setor industrial na expectativa de “*arrancar as economias nacionais latino-americanas de suas antigas bases agrícolas*” (Sauer, 2002, p. 33).

Uma outra mudança significativa no espaço rural brasileiro é a incorporação de atividades não-rurais, entendidas por Rodrigues & Resende (2005) como aquelas desenvolvidas pela População Economicamente Ativa (PEA) consideradas como tipicamente urbanas, como, por exemplo, o turismo rural, os serviços domésticos, pedreiros, professores, entre outras atividades. O Projeto de Assentamento Fazenda Nova Santo Inácio Ranchinho é marcado pelo entrecruzamento das atividades rurais com as não-rurais, havendo um índice significativo de jovens que trabalham na zona urbana do município como balconistas, secretárias, domésticas; alguns apontam este movimento como um distanciamento da “terra” conforme percebemos no seguinte depoimento:

O meu vínculo com a terra, hoje ela tá assim quase que distanciada, porque eu como sindicalista, pensando na classe trabalhadora e um grupo do qual eu faço parte, achou que eu deveria assumir o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, e estou lá, e por isso eu tenho menos vínculos com a terra, porque eu não tô trabalhando diretamente na terra, apesar de tá morando eu não tô trabalhando diretamente com a terra. Parte do meu sítio eu arrendei pra soja, parte dele eu deixei pra ter meu gadinho.

(B. G., Campo Florido, 13/04/2005).

A visão construída pelo depoente remete a uma concepção de vínculo com a terra baseada no trabalho realizado na mesma, desconsiderando o fato de a moradia na zona rural ser um vínculo. Em um outro depoimento (citado no capítulo II) percebemos a desconsideração do trabalho doméstico como uma atividade rural, delineando uma concepção de trabalho baseado na agropecuária, o que demarca a identificação destes depoentes com a terra, o trabalho e a família relacionados à reconstrução de tradições do

mundo agrário. O diálogo travado entre a “modernização” e a “tradição” se coloca como uma “acomodação” das novas práticas e produtos às necessidades culturais e materiais do grupo (o que será desenvolvido no capítulo II). O “capitalismo” e o processo de modernização são vistos por alguns com certa desconfiança, como relata o depoente:

As mudanças que houve no campo, eu não sei se eu me considero, num sei se eu sou ou não atrasado, as mudanças que houve no campo, a tecnologia, o progresso em si para o homem do campo não foi bom. O progresso no campo só beneficiou os grandes empresários, só beneficiou quem se beneficiava do campo, mas que nunca foi camponês, mas pra quem é da mão grossa, que pegava no cabo da enxada, plantava o seu próprio arroz, que tirava da terra o seu próprio sustento toda modificação que teve foi só pra atrapalhar. Porque no passado eu me lembro, meu pai plantava um litro de feijão e colhia um saco. Hoje a gente planta um saco e quase não colhe um saco. Plantava um litro de arroz, colhia até dois sacos de arroz por um litro de seiscentos ml. Então quer dizer, a tecnologia chegou, hoje se planta com muita facilidade, se planta muito e se colhe pouco. Agora favoreceu para os grandes empresários que dá conta de plantar muito, para o mão grossa, que não consegue plantar muito, simplesmente ele tem que trabalhar de empregado, usando toda a experiência dele pra trabalhar de empregado de aluguel pros outros.

(B. G., Campo Florido, 13/04/2005).

O depoimento aponta diversas discussões importantes no que se relaciona ao nosso estudo. A identificação do trabalhador rural como o “mão grossa” intensifica a relação entre trabalho e terra, apontando para a separação entre os detentores dos meios de produção (os grandes proprietários de terra) e os que de fato produzem (os trabalhadores rurais). O discurso construído no depoimento nos remete à percepção de uma determinada visão de mundo vinculada a uma concepção marxista de luta de classes (capitalistas x proletários) reconstruída no cotidiano de trabalho e luta política dos assentados. O redimensionamento da teoria na prática dos assentados é percebido nos depoimentos e nas conversas informais em que palavras como luta, transformação, revolução adquirem novos significados (conforme desenvolvemos no capítulo II). Este processo fundamenta a constituição das identidades coletivas e pessoais vinculando as experiências de vida dos assentados com a luta política travada no âmbito do processo de conquista da terra e de consolidação do assentamento.

Ao se referir às mudanças no campo o depoente identifica a modernização agropecuária com a chegada do “progresso” e da tecnologia, beneficiando os grandes proprietários que têm acesso a estas novas tecnologias. Neste sentido, o depoente constrói uma visão negativa do processo de modernização ao apontar as modificações no que se refere ao uso e trabalho na terra, remetendo a uma lembrança do tempo passado como um tempo de “fartura”, enquanto o tempo presente é marcado pela “carestia” e miséria do trabalhador rural. Esta visão se aproxima da análise de Candido (2003) ao se referir ao caipira que produz o essencial para a sua sobrevivência, estabelecendo um equilíbrio entre meio e grupo. Neste sentido, percebemos na fala do depoente a referência à passagem do caipira para agricultor familiar, ao rememorar o “tempo” do seu pai que produzia os mínimos vitais para a sua sobrevivência, enquanto que nos dias atuais com a instauração da monocultura canavieira e de soja no assentamento ocorre um distanciamento dos assentados das atividades rurais, visto que grande parte da terra é destinada ao plantio de outras culturas se como a cana e a soja pelos arrendatários. A renda retirada anteriormente do trabalho direto na terra é revertida para a renda do arrendamento, ocorrendo uma dependência em relação aos produtores de cana e soja, o que é visto como uma distorção dos princípios da reforma agrária de acordo com o seguinte depoimento.

*Eu acho que a questão política pra reforma agrária ficou um pouco complicada, porque **o objetivo da reforma agrária é garantir a terra e garantir a agricultura familiar, mais a agricultura familiar.** Sabemos que a cana, por exemplo, o arrendamento da terra, o arrendamento em si, eu pego o lote e arrendo pra você cultivar, já é um terceiro, que eu vou ter uma mínima porcentagem, isso antes do arrendamento, e quando arrendo pra cana sabendo do prejuízo, sabendo ou não, quem vai ter a maior lucratividade é uma grande empresa. O objetivo não é acabar com as empresas, mas pelo menos fazer com que a concentração de renda, sabemos que é sete ou oito empresas que predominam no Brasil hoje. Eu não tenho nenhuma dúvida de que um arrendamento igual a esse que tá acontecendo aqui tá fortalecendo essa empresa, através da pequena usina aqui, da pequena indústria aqui, mas nós estamos reforçando essas poucas empresas que estão concomitantes com o capitalismo.*

(L., Campo Florido, 15/07/2003).

Sendo assim, a racionalidade econômica da modernização agropecuária é percebida pelo depoente como um processo que culminou em concentração das riquezas e em um “desenvolvimento” centrado na dimensão econômica, tendo como implicações sociais o empobrecimento do trabalhador rural e a alienação da terra. O arrendamento da terra é identificado como parte deste processo, impulsionando a concentração nas mãos de grandes empresas, em contraposição ao projeto de reforma agrária idealizado pelo grupo (ou pelo menos parte dele).

A defesa da agricultura familiar, assim como a posição quanto às empresas pelo depoente, demarca a vinculação deste com o discurso dos agentes mediadores de contraposição a sociedade capitalista. As diferentes situações e interesses no assentamento geram conflitos quanto ao papel desempenhado pelo arrendamento; para alguns é considerado como um entrave ao desenvolvimento do assentamento, para outros este processo trouxe benefícios como a correção do solo (aplicação de calcário), a delimitação de curvas de nível, entre outros.

A presença da usina de produção de açúcar e álcool impôs o redimensionamento das práticas agrícolas dos assentados, estabelecendo novas relações de trabalho e uso da terra. Alguns assentados reverteram a renda gerada pelo arrendamento em investimento em gado leiteiro ou na plantação de outros produtos, investimento este somado com o crédito disponibilizado através do PRONAF (Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar). Outros assentados, pela falta de gerenciamento dos recursos, entre outras circunstâncias, enfrentam uma situação de miséria. A diversidade de situações, problemas e visões no interior do assentamento demonstram a percepção das profundas mudanças operadas no campo em consequência do processo de transformação tecnológica da agropecuária, possibilitando sua integração à dinâmica industrial de produção e a criação dos complexos agroindustriais.

O principal instrumento do Estado para a promoção desta transformação, segundo Sauer (2002) foi o crédito agrícola subsidiado, que capitalizou os grandes proprietários, abrindo oportunidade para investimentos pesados na agropecuária, possibilitando seu avanço tecnológico através do uso de tratores e máquinas, sementes selecionadas, fertilizantes químicos e pesticidas, entre outros.

O apoio à modernização do latifúndio estabeleceu um caráter conservador ao programa. Os incentivos possibilitaram a modernização da produção agropecuária, implicando na mecanização, no aumento da produção e produtividade e a competitividade no mercado exportador. Por outro lado, manteve e ampliou a má-distribuição da propriedade da terra e, conseqüentemente, aprofundou um modelo excludente e concentrador no país, ao estabelecer uma organização agrícola que expressa *“um conceito de visões que indicava os rumos para se alcançar uma agricultura moderna, competitiva e auto-sustentada, conforme preconizam os discursos modernizantes”* (Bittencourt, 1996, p. 61).

De acordo com Carmela Panini (1990) este processo, acompanhado pelo incentivo à grande produção para a exportação, acentua *“as diferenças sociais no campo, fortalecem a concentração de propriedade, aumentam o contingente dos sem-terra e a escassez de alimentos”* (p. 17), impulsionando a *“eclosão de conflitos e lutas pela terra envolvendo camponeses, de um lado, e grandes empresas, grileiros e latifundiários, de outro lado”* (Martins, 1981, p.98). Este “novo ciclo de lutas” na década de 1980 refletia:

as profundas alterações pelas quais passava a agricultura brasileira e a presença de novas mediações nos conflitos. Surgiram novos temas (os efeitos sociais da construção de usinas hidrelétricas, a importância da preservação de áreas de matas, os efeitos da modernização sobre os pequenos agricultores, etc.) e novas categorias (sem terra, atingidos, seringueiros, etc.) que se somaram às anteriores. (Medeiros, 2002, p. 164).

Estas novas categorias “insurgentes” apontam para a mudança das dinâmicas de luta e a produção de uma nova identidade política a partir do *“processo de crítica e enfrentamento das condições vigentes no meio rural”* (Medeiros, 2002, p.164), estabelecendo instrumentos de luta inovadores, trazendo uma nova interpretação da legislação vigente e criando novos fatos políticos de maior visibilidade.

Segundo Martins (1999) a questão da democratização do acesso à terra não se restringe aos interesses dos trabalhadores rurais ou se coloca como um problema residual do passado a ser superado com o “progresso” e o desenvolvimento urbano inevitável. Esta concepção mascara o problema fundiário como um impasse para a modernização e a democratização do país. Neste sentido, a questão fundiária não deve ser vista isoladamente,

mas na mediação dos processos sociais e históricos, já que esta afeta a tudo e a todos (Martins, 1999).

A transformação da agricultura em um setor dinâmico, através do acesso à terra, pode contribuir na adequação entre oferta e procura de mão-de-obra na economia, contribuindo na solução do grave problema do emprego no Brasil através da realização de reforma agrária. Neste sentido, a democratização do acesso à terra deve regular o fluxo migratório através da criação de postos de trabalho no campo (Romeiro, 1994), solucionando o problema do êxodo rural que aumenta o contingente populacional dos centros urbanos, aumentando a miséria e a exclusão social.

Esse processo de redemocratização da estrutura fundiária, de acordo com Romeiro (1994), será possibilitado pela ampliação e consolidação da agricultura familiar, alterando o padrão de desenvolvimento agropecuário e as bases da modernização, enfatizando ainda a construção de uma “modernização social” do meio rural. Na percepção da relevância da agricultura familiar para o desenvolvimento sustentável do campo rompemos com a visão de uma modernização agropecuária centrada apenas no “agronegócio”; apesar dos incentivos e os créditos destinados a esta serem insuficientes, a agricultura familiar representa aproximadamente oitenta e cinco por cento (85 %) dos estabelecimentos agrícolas, estando sua produção voltada para o abastecimento do mercado interno, conforme visualizamos na tabela abaixo:

**Tabela 1. Número de Estabelecimentos, Área e Valor Bruto da Produção
Categorias Familiares por Tipo de Renda e Patronal Total no Brasil.**

Categorias	Estabelecimentos		Área Total		Valor Bruto da Produção	
	Número	%	Hectares	%	1000 Reais	%
TOTAL	4.859.864	100,0	353.611.242	100,0	47.796.469	100,0
Total Familiar	4.139.369	85,2	107.768.450	30,5	18.117.725	37,9
maiores rendas	406.291	8,4	24.141.455	6,8	9.156.373	19,2
renda média	993.751	20,4	33.809.622	9,6	5.311.377	11,1
renda baixa	823.547	16,9	18.218.318	5,2	1.707.136	3,6

quase sem renda	1.915.780	39,4	31.599.055	8,9	1.942.838	4,1
Patronal	554.501	11,4	240.042.122	67,9	29.139.850	61,0
Instituições Religiosas	7.143	0,1	262.817	0,1	72.327	0,2
Entidades Públicas	158.719	3,3	5.529.574	1,6	465.608	1,0
Não Identificado	132	0,0	8.280	0,0	960	0,0
<p>Fonte: <i>Censo Agropecuário 1995/96, IBGE.</i> Elaboração: <i>Convênio INCRA/FAO.</i></p> <p>Notas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Um hífen, "-" indica valor zero. • O zero "0" indica um valor muito pequeno. 						

É possível verificarmos que a agricultura familiar, consolidada a partir de um processo de democratização do acesso à terra e por incentivos dados pelo Estado, significa viabilidade econômica, política e social para equacionar os conflitos no campo centrados na concentração fundiária, na desigualdade de distribuição de créditos agrícolas e na insuficiência dos programas sociais destinados aos pequenos produtores, agricultores familiares, entre outras categorias.

A perspectiva econômica relacionada à geração de emprego e ao fortalecimento e viabilidade da agricultura familiar, é fundamental, contudo não abarca a complexidade social e representacional da luta pela terra e pela reforma agrária. Os processos sociais de “reinvenção do rural” são muito mais abrangentes do que a dimensão econômica e produtiva, pressupondo outras dimensões como a valorização da paisagem, a preservação ambiental ou mudanças de valores e perspectivas de vida no meio rural (Sauer, 2002).

De acordo com Abramovay (1992), a opção política pela agricultura familiar implica em uma redistribuição da propriedade da terra visando a geração de empregos e a distribuição de renda, assim como a implantação de uma série de políticas públicas e medidas fundiárias, creditícias e educacionais voltadas para esse setor rural. Sendo assim, a luta pela terra e a reforma agrária assumem importância econômica no centro do desenvolvimento do capitalismo no Brasil e na ampliação da cidadania e qualidade de vida

no campo, contribuindo para a construção de um desenvolvimento sustentável. Sauer (2002) enfatiza ainda que o “*fortalecimento e a viabilização da agricultura familiar e a geração de empregos no meio rural implicam mudanças significativas no atual padrão de desenvolvimento, abrindo perspectivas para uma série de inovações que transcendem a mera modernização tecnológica*” (Sauer, 2002, p.128).

É neste contexto que se intensificam as lutas dos movimentos sociais no campo nas décadas de 1980/90, se expandindo em diversas frentes: posseiros, indígenas, bóias-frias, seringueiros, sem-terra, *brasiguaios*, entre outros (Oliveira, 1996). Ocorre, assim, o forjamento de uma unidade de luta na diversidade de origens dos diferentes movimentos no seio do desenvolvimento capitalista no Brasil, impulsionando tanto a reação do Estado, visando a contenção destes movimentos, através da ação repressiva ou “sumária” ignorância dos acontecimentos; quanto a participação da sociedade civil ao criar organizações de apoio e resistência, forjando espaços de apoio e/ou luta destes movimentos (Oliveira, 1996). Como resultado da conquista da terra, novos sujeitos emergem no cenário político e cultural: os assentados rurais. Em síntese, Medeiros (2002) ressalta que:

As lutas por terra nos anos 80/90 resultaram na constituição de novas categorias e novas identidades: de um lado o sem terra, de outro o assentado, objeto por excelência de políticas públicas, no sentido que sua própria origem é mediatizada por uma política estatal: a desapropriação de uma área e o assentamento. (Medeiros, 2002, p.168.)

Subvertendo a lógica de desaparecimento do campo ou de subordinação/integração ao mundo urbano-industrial, os movimentos de luta pela terra protagonizam a construção de novos sujeitos políticos no campo ao vislumbrarem a recriação de relações sociais, redefinindo o espaço rural na constituição de uma nova ruralidade. Estes sujeitos emergem não apenas na luta pela posse da terra, mas também na ampliação da cidadania, a partir da conquista de direitos fundamentais como saúde, educação, participação política, e mesmo de acesso aos meios de produção.

Inseridos neste contexto, os trabalhadores rurais “protagonistas” de nossa pesquisa, ao se constituírem enquanto parte de um movimento de luta pela terra, se lançam na construção de um novo universo cultural e simbólico através da posse da terra. A partir

de seus depoimentos percebemos as dificuldades em lidar com a nova condição de “possuidor” de terra:

*Só que é o seguinte quando a gente achou que tava tudo resolvido, cada um no seu pedaço de terra, veio uma outra dificuldade, a questão de produzir, recurso pra produzir, porque **na verdade não é só ganhar a terra, chegar e ganhar a terra que tá tudo resolvido, porque depois que você ganha a terra se brincar se abandona a terra por falta de recurso**, o governo não oferece condições adequadas, não oferece assim, técnicos adequados pra poder ta discutindo com a gente diretamente, saber o que plantar, o que não plantar, o que precisa pra você plantar, o que pode ser plantado, tudo que pode ser feito, o que não pode ser feito. Então nós encontramos isso no primeiro ano, encontramos dificuldade pra isso. Então tem pessoas que acha que nós conseguindo a terra o resto é fácil e se brincar depois da terra conquistada a gente abandona a terra.*

(J.B.S., Campo Florido, 14/07/2003).

A nova condição de “assentado” rural impõe novos desafios referentes à produção, remetendo os trabalhadores rurais à elaboração de uma variedade de projetos que viabilizem a permanência das famílias em seu lote. De acordo com os depoimentos o primeiro desafio foi a opção entre a produção coletiva e a produção individual, sendo que a primeira se justifica pelo melhor uso dos recursos (crédito agrícola) e pela “força da união”, dando continuidade à unidade existente na situação de acampados. A produção coletiva tem sido defendida pelos agentes mediadores como a possibilidade de pleitear um espaço junto ao mercado de forma mais concentrada, ao viabilizar maior exploração da terra com o uso de um valor mais significativo de recursos, conforme percebemos no discurso do MTL (Movimento Terra Trabalho e Liberdade):

A situação nos assentamentos de hoje é de pauperização em consequência da ausência de políticas públicas e da opção individualista de muitos companheiros, que não sobrevivem, obviamente à crueldade do mercado.

Há abandono das terras conquistadas, muitas famílias passam fome, os créditos são poucos, insuficientes e tardios. Não temos, nos assentamentos, uma independência, uma certa autonomia em relação aos modelos tecnológicos, somos reféns da agroindústria capitalista.

(Revista Movimento em Novo Tempo, 2005).

Apesar da orientação do agente mediador (MTL) em consolidar a produção coletiva, defendida ainda nos “tempos” de acampamento, os trabalhadores rurais optaram pela produção individualizada devido a desconfiança em relação ao gerenciamento dos recursos de forma coletiva, a não identificação com as propostas oferecidas (em referência ao tipo de plantio e a cultura a ser produzida), entre outros motivos. Em face da diversidade de situações que se evidenciaram a partir da distribuição dos lotes, ocorre a venda de lotes (treze famílias venderam seus lotes por motivo de doença e outras devido a situação precária), o empobrecimento de muitos, o insucesso na produção, a falta de incentivo e o mal gerenciamento dos recursos, há um retorno às discussões acerca da produção coletiva. O projeto do “tanque de leite” é um dos mais vigorosos, funcionando de forma coletiva, no qual cada produtor fornece leite para um mesmo tanque a ser vendido para um laticínio; apenas o pagamento é individualizado (cheque nominal para cada produtor), porém não são todas as famílias que participam deste projeto.

A incorporação dos produtos comercializados pelo assentamento no mercado consumidor tem sido o maior desafio, assim como a apropriação de novas tecnologias a fim de viabilizar a produção como, por exemplo, a discussão em 2003 acerca de um projeto para a criação de gado “leiteiro”, integrando a este as técnicas necessárias para uma maior produção de leite, assim como cursos para a produção de derivados do leite (laticínio). A instalação de uma agroindústria no assentamento para produtos derivados de leite ou de beneficiamento da pimenta se coloca como o “sonho” de muitos assentados, significando a possibilidade de reestruturação das famílias e dos lotes e de incorporação no mercado consumidor. Neste sentido, a modernização agropecuária é “ressignificada” em prol das famílias assentadas visando a reestruturação do microcosmo em que estas se inserem.

A variedade de situações, possibilidades e propostas no seio do Projeto de Assentamento remetem à constituição de identidades múltiplas, que se contrastam no cotidiano das famílias, implicando em conflitos e disputas pelos espaços e pelo poder de identificação e representação do grupo, e mesmo na afirmação das identidades pessoais. Reconstruir a vida, a família, o grupo e a memória são desafios a serem superados nas ações e discursos que se tecem no cotidiano de trabalho, lazer e sociabilidade. A produção para a sobrevivência material implica no estabelecimento de novas práticas culturais e na constituição/afirmação de novas identidades em face não apenas dos conflitos no seio do

grupo social, mas também em referência a conquista de espaço em face do “outro”, da sociedade nacional que marginaliza o “sem terra” ou mesmo na localização do mundo rural.

Desta forma, a passagem de *sem terra* a *assentado* (ou mesmo a coexistência destes na sociedade brasileira) possibilita a percepção de uma realidade social complexa que supera a visão de uma modernização agropecuária que subordina e/ou suprime as diferenças e especificidades do mundo rural. Remetidos a uma nova condição social, a de assentado rural, novos desafios e lutas são enfrentados no âmbito da organização do assentamento, desde a distribuição espacial à forma de produção (coletiva ou individual/familiar). É neste contexto de emergência de novas “experiências” e lutas no campo que se inserem os assentados rurais do Projeto de Assentamento Nova Santo Inácio Ranchinho.

CAPÍTULO 2

IDENTIDADES ENTRECruzADAS E CONTRASTIVAS: AS REPRESENTAÇÕES DO MUNDO RURAL A PARTIR DAS NARRATIVAS DOS ASSENTADOS



Foto: Flávia Pereira Machado (março/abril de 2005).

A constituição de identidade de resistência: *Sítio Zumbi dos Palmares* demarca a posição de “lutadores”, dando continuidade histórica às lutas travadas no decorrer da história do Brasil.

A luta pela terra demarca não apenas a conquista e posse de um território para se estabelecer uma moradia, uma plantação, uma criação; para além das conquistas materiais se luta pela construção de um “lugar” social e cultural em que famílias, crianças, jovens, adultos e idosos constituirão novas identificações e representações acerca de si e do mundo que os cerca.

Neste sentido, a construção das representações sobre o grupo social (no caso em questão “sem terra” e, posteriormente, “assentados”) pelo próprio grupo acerca de si e pela sociedade circundante, delimita o processo de identificação. Este processo é possibilitado pela confrontação do “eu” com o “outro”, evidenciando a afirmação identitária como processo de negação do “diferente”.

Na constituição de um novo universo cultural e simbólico os assentados da Fazenda Nova Santo Inácio Ranchinho estabelecem diferenciadas relações de trabalho, produção, lazer e sociabilidade, delimitando novas identidades que se interagem e se contrastam no interior de suas ações e nos discursos produzidos no cotidiano. Este processo de afirmação identitária ocorrido no “microcosmo” do assentamento remete à percepção de um movimento mais amplo de transformação do mundo rural referente ao desencadeamento da modernização agropecuária que impõe ao campo novos modelos de produção e novas relações de trabalho.

A incorporação de novas práticas, tecnologias e produtos culturais pelo mundo rural advindas do mundo urbano e vice-versa remete a uma inter-relação entre rural e urbano, possibilitando a construção de imagens diferenciadas de urbanidade e ruralidade. Elementos e produtos culturais que demarcavam a diferenciação entre o mundo rural e o mundo urbano não mais se colocam como definidores das identificações e representações dos mesmos. Exemplo disto é a difusão da música caipira e sertaneja entre os “cidadinos”, assim como a divulgação do “hip hop” e outros estilos musicais da “cultura urbana” entre os ditos “caipiras”.

A demarcação das diferenças entre rural e urbano são reestruturadas a partir das transformações culturais, políticas, sociais e econômicas impulsionadas pelo processo de modernização. Sendo assim, rural e urbano são dois fenômenos que devem ser interpretados a partir de suas interações, e não de forma isolada, visto que “*a cidade*

pertence ao universo do campo, como o campo pertence ao universo da cidade” (Queiroz, 1978, p. 309).

A partir da construção de diferentes representações sobre o mundo rural, ressaltamos que as contraposições entre rural e urbano não implicam na superioridade de um em relação ao outro, mas na existência de mecanismos diferenciados de negociação. Estes mecanismos de negociação entre rural e urbano estão presentes nas ações e práticas discursivas formuladas pelos assentados, tanto na luta pela terra quanto na constituição do assentamento ao articularem suas identidades.

As identidades emergidas no assentamento são afirmadas mediante dois “movimentos”. De um lado, as representações construídas pelo “outro”, aqui entendido como a sociedade que exclui e marginaliza o “sem terra” estabelecendo, assim, a marcação da diferença³³ que se define como fundamental para a constituição das identidades. Por outro lado, através da “subversão” do campo a favor da cidade, negando sua especificidade e seus mecanismos próprios de negociação e significação das transformações, colocando este à mercê do que ocorre nos centros urbanos, visto que:

A sociedade brasileira atual conhece o setor agrário mais pelas imagens que aparecem na televisão, ecos da marcha dos sem-terra ou queimadas da Amazônia, do que pelo contato direto com a terra ou a vivência do ambiente rural e, muito menos, por sua participação direta na produção agrícola. A realidade dos anos 90 é urbana. Valores, referenciais, expectativas. Tudo remete à cidade. As novas gerações crescem em ambientes artificiais marcados pela escola, pelos programas de TV ou passeios aos shoppings, circulando no asfalto, “montados” em carros e aspirando o ar carregado do desenvolvimento industrial. (Arruda, 1997, p. 9).

Em contraposição a esta imagem construída do mundo rural veiculada pela mídia e apropriada pelo “imaginário” social, os assentados da Fazenda Nova Santo Inácio Ranchinho constroem múltiplas identidades a partir da constante interação entre urbano e rural, assim como nas inter-relações entre “moderno” e “tradicional”. Desta forma, a conformação de um novo universo cultural e simbólico é marcada pela negociação entre

³³ Segundo Woodward (2000), a marcação da diferença implica na sustentação da diferença através da exclusão; a partir da negação do outro estabelecemos nossa identidade.

diferentes identificações e representações do mundo rural, enriquecidas pela emergência destes novos sujeitos que buscam o seu “lugar” a partir do tecimento de novas práticas e na aquisição de saberes e fazeres tradicionais e “modernos”, sendo este processo de afirmação identitária o direcionamento deste capítulo.

2.1. – Representações sociais na conformação das identidades culturais

A busca por um “lugar” social e cultural pelos assentados da Fazenda Nova Santo Inácio Ranchinho remete a um processo de reconstrução de sua realidade social culminando na percepção de diferentes representações que demarcam as suas identidades. A emergência de novas práticas e discursos revela a disputa pelo “espaço” e pelo “poder de representação” tanto entre os sujeitos constituidores e constituídos no grupo social, quanto entre os sujeitos e elementos “externos” a este (a comunidade de Campo Florido e região, os agentes mediadores e as instâncias do Estado). Sendo assim, o assentamento emerge como um espaço de conflitos em que se constroem diferentes representações e identificações.

A constituição das identidades é perpassada por processos simbólicos, em que novas estruturas e práticas são construídas e (re)elaboradas no processo de luta e organização do assentamento, assim como nas estratégias cotidianas de sobrevivência e negociação cultural, política e simbólica. Ocorre, ainda, uma inter-relação entre a dimensão social e as decisões individuais nas ações cotidianas, revelando assim a constituição de identidades coletivas e pessoais, a serem percebidas nas representações sociais.

Acerca das representações sociais Moscovici (1978) afirma que estas não se restringem a uma reprodução, mas se colocam como uma “preparação para a ação”, pois “[...] *seu status é o de uma produção de comportamentos e de relações com o meio ambiente, de uma ação que modifica aqueles e estas, e não de uma reprodução desses comportamentos ou dessas relações, de uma reação a um dado estímulo exterior*” (Moscovici, 1978, p. 50). São, portanto, estruturas estruturadas (produto social) e estruturas estruturantes (processo social como práxis), já que, simultaneamente, refletem a realidade,

orientam para a ação e possibilitam a comunicação entre as pessoas. Neste sentido, dão forma às interações sociais, proporcionam modelos de conduta e orientam as ações.

As representações sociais são as idéias, imagens, concepções de mundo que os atores sociais possuem sobre a realidade, estando estas vinculadas às suas práticas sociais (Moreira & Oliveira, 1998). Cada grupo social elabora representações de acordo com sua posição no conjunto da sociedade, representações estas que emergem de seus interesses específicos e da própria dinâmica da vida cotidiana. A construção das representações sociais se vincula ao processo de identificação ao se estabelecer diferentes “posições de sujeito” (Hall, 2003). Neste sentido, não há apenas uma determinação mecânica do social sobre o indivíduo, este se define como um “*centro de decisões, uma instância de aprovação ou de recusa, uma fonte de racionalidade [...] a individualidade existe à parte da norma estatística, e na ruptura das continuidades previsíveis*” (Rouquete, 1998, p. 42).

A incorporação ou assimilação de determinadas práticas e linguagem são perceptíveis no âmbito do Projeto de Assentamento Nova Santo Inácio Ranchinho, desde o processo de organização do grupo para a luta pela terra até a constituição e consolidação do assentamento. Assimilando termos como luta, organização, companheirismo, assim como as práticas de reuniões, discussões políticas, se constitui uma “identidade sem terra”, e posteriormente uma “identidade de assentado”.

*O meu dia-a-dia é assim, a gente **luta** sempre, confiando em Deus e **luta** com fé, com vontade de controlar, agora nós tem vontade de controlar os filhos, a vida dos filhos, a família. Eu vejo aí, os filhos não podem fazer nada, num tem jeito de controlar, fazer uma plantação, uma boa colheita. A situação precária dos filhos, nossa senhora, a minha **luta** do dia-a-dia é essa, é a vontade é de ver a situação, controlar a situação da família, dos filhos. (M. G., Campo Florido – MG, 23/04/2005)*

Percebemos, assim, uma identificação entre cotidiano e luta, passando de uma situação de conquista da terra e luta por direitos sociais para a preocupação em superar as dificuldades do dia-a-dia, os obstáculos advindos com a posse da terra. Estas expressões e práticas incorporadas pelos assentados é que possibilitam o processo de identificação do grupo social, assumindo no momento da luta a “identidade sem terra” e posteriormente com a posse da terra, a “identidade de assentado”.

A construção da identidade “sem terra” é marcada por componentes fortes como a discriminação, a exploração, a miséria, evidenciando uma oposição a um “Outro”, no caso em questão a sociedade brasileira que exclui e marginaliza o “sem terra”. A representação construída, neste sentido, pela população do município de Campo Florido delimita a necessidade de afirmação identitária em face da “desumanização” e marginalização dos sujeitos envolvidos na luta pela terra.

Quando nós chegamos aqui o povo falava que nós era um bando de bandido, era bandido, era matador, assassino, ladrão, era isso [...] Hoje, totalmente, eles vêem nós diferenciado, eles vêem como uns campo-floridense e vê como pessoas igual eles mesmo e vê qual a importância dessa fazenda aqui, com a chegada nossa, pra Campo Florido. Essa fazenda aqui era improdutivo, hoje nessa fazenda aqui, quanta gente sai de Campo Florido para comprar vaca, comprar arroz, feijão, comprar galinha, comprar ovo, pimenta [...] Antes não produzia nada, então, hoje, a região nos vê totalmente ao contrário que eles nos viram na época que nós chegamos, então hoje nós somos considerados, por eles, considerados iguais a eles mesmos. Sempre tem algum, aonde tem mais de cem pessoas, vai ter um que vai continuar toda a vida achando aquilo e não muda, não muda nunca, mas Graças a Deus, hoje nós somos vistos como outras pessoas, como cidadãos também iguais a eles mesmos. (J. B. S., Campo Florido, 14/07/2003).

No depoimento percebemos o movimento de “aceitação” da comunidade circundante de uma situação excludente para a inclusão do “sem terra” no cotidiano desta. O sentimento de pertencimento, fundamental no processo de identificação, é determinado a partir da aceitação do grupo social no seio da comunidade “campo-floridense”, estando a própria humanidade e dignidade do “sem terra” vinculada ao trabalho e à produção agrícola, o que é explicitado na entrevista acima. Assim, as representações sociais, assim como as identidades estão ancoradas nos pertencimentos (Rouquete, 1998).

Uma outra questão é o estabelecimento de uma hetero-identidade que, segundo Denys Cuche (2002, p.184), se “traduz pela estigmatização dos grupos minoritários” remetendo a uma identidade negativa definida pelos “outros”, havendo a necessidade de forjamento de uma identidade positiva em negação a esta hetero-identidade. Neste sentido, a construção de uma representação do “sem terra” como marginal, criminoso implica no uso de termos e práticas que o excluem da sociedade nacional, dos direitos sociais e

políticos, não se vinculando apenas a uma questão de identificação e representação, mas também a uma dimensão econômica e política. Como veremos no capítulo III, o discurso midiático tem sido o principal veículo para a difusão desta hetero-identidade. A reação dos grupos organizados de “sem terra” é percebida na elaboração de panfletos, revistas, cartilhas e vasta literatura com o intuito de difundir os pontos positivos da luta pela terra, assim como os resultados do processo de assentamento.

Os depoimentos coletados entre os assentados e entre alguns moradores do município de Campo Florido (cidade onde se localiza o Projeto de Assentamento Fazenda Nova Santo Inácio Ranchinho) relatam que a chegada do grupo de “sem terra” ao município incidiu em “estranhamento”, tanto pela falta de informações acerca dos objetivos dos demandantes de terra, quanto pelos “boatos” divulgados que se referiam ao movimento como banditismo, pistolagem, o que contribuiu na formação de uma representação do “sem terra” de forma pejorativa. A “desconfiança” em relação ao grupo se pautava na questão da propriedade, desvirtuando a luta pela terra como uma tomada dos bens da população da cidade. Com o intuito de construírem novas imagens e representações acerca do grupo, a primeira iniciativa dos ocupantes da Fazenda Santo Inácio foi a organização de um campeonato de futebol; muitas pessoas assistiam aos jogos apenas para entrarem no assentamento a fim de conhecerem a fazenda depois da ocupação. A relação entre o grupo e os moradores da cidade é vista de forma diferenciada pelo seguinte depoente:

*Num primeiro momento, não foi lá muito, muita conflituosa não porque nós tínhamos o apoio da Igreja, do bispo, mas a gente, por notícia a gente tinha de pessoas, de **trabalhadores que morava em fazendas vizinhas e que tinha a curiosidade e o desejo de nos visitar e era orientado pelos patrões, pelos latifundiários que nós matávamos pessoas estranhas, e que nós não aceitávamos outras pessoas no nosso meio.** Até que nós tivemos um apoio, uma abertura muito boa com o hoje vereador Rufino e um outro que foi vereador também, Paulinho Quinze que tomava conta do esporte na época, que aí o Pedrinho, meu irmão, promoveu um campeonato onde trouxe esse pessoal pra dentro do assentamento. E eu me lembro que era uma coisa estrondosa, nos dias de jogo, nos domingos que o time da cidade vinha jogar no assentamento, a gente ainda estava acampado ainda, vinha cinco, seis caminhões de gente, inclusive uma carreta Scania carregada de gente, o pessoal tinha curiosidade, tinha vontade de vim conhecer, e às vezes no meio da semana ou em outra oportunidade ele era discriminado, não tinha uma desculpa, o futebol foi uma desculpa,*

uma forma da gente integralizar, e a gente até certo ponto, nós fomos bem recebidos pela população de Campo Florido.

(B.G., Campo Florido, 13/04/2005).

De acordo com o depoimento acima a preocupação em construir uma imagem pejorativa do “sem terra” se vincula aos grandes fazendeiros, temendo a repercussão do movimento nas fazendas da região. Os “preconceitos” construídos acerca do “sem terra” são engendrados por uma concepção que criminaliza o movimento de luta pela terra, estabelecendo uma imagem desumana acerca destes grupos. A busca do “lugar” social e cultural é marcada, assim, pela desconstrução das representações negativas do “sem terra” a partir de ações e discursos que visam a aceitação e a inserção do grupo na comunidade local.

Um outro fator importante a ser percebido é a identificação do sujeito no conjunto das ações sociais, visto que a constituição de um grupo, no caso o grupo de “sem terra”, demarca um processo de “desindividualização” do sujeito a favor do grupo social. As ações, práticas e linguagens são direcionadas pelas decisões tomadas coletivamente, implicando, a priori, na supressão do indivíduo. Processo este gerador de conflitos no âmbito do grupo social, visto que a supressão da individualidade gera inquietações de ordem pessoal, deflagrando uma luta no interior do grupo pelos interesses e decisões pessoais. Um exemplo disto é a opção pela produção coletiva ou individual, mesmo havendo a discussão do grupo em relação à primeira opção a decisão pela produção individual foi incorporada pelo grupo.

O processo de representação transita, assim, entre as diferentes dimensões do sujeito, sendo este entendido enquanto um “quase social” e a subjetividade como uma interface entre o psicológico e as relações sociais, e deste com a cultura. Neste sentido, o processo de interiorização da realidade pressupõe outro processo de superação e mediação, visto que a questão está na conversão de algo nascido no âmbito social que se torna constituinte do sujeito permanecendo “quase social” e continua constituindo o social pelo sujeito (Moreira e Oliveira, 1998).

A partir destas considerações, percebemos nas narrativas dos assentados a centralidade das representações acerca da terra, trabalho e família. Justifica-se, assim, o “tecimento” de um novo universo simbólico e cultural a partir da apropriação de tradições

expressas na significação da terra enquanto sustentáculo das relações sociais centradas essencialmente na família. Segundo Woortmann (2003), este processo de reestruturação do universo simbólico no campo é pautado pela relação de interligação entre três categorias: trabalho, família e terra. Neste sentido, a “ocupação da terra” se justifica pela subversão da ordem para cumprimento de valores³⁴.

A terra e o direito sobre ela são elementos fundamentais na reprodução social da família. A terra é o centro da materialidade do imaginário camponês. A terra, enquanto patrimônio, é uma variável de reprodução material (vazão cultural) e moral. Ela é um patrimônio de um tronco, expressão de uma família, de uma hierarquia (WOORTMANN, 1995); é a concretude da descendência. (Tedesco, 1996, p. 5).

Os sentidos atribuídos a terra como sinônimo de liberdade e de trabalho, a transformam em uma representação determinante do grupo social. A realidade de privações, associada a um contexto social e político de disputa por reconhecimento, dão um sentido especial à terra e à sua conquista. Essa construção simbólica do sentido da terra justifica o sofrimento, as ações e as lutas para a conquista desta, gerando uma relação de afeto entre o sujeito e a terra, o que é percebido na narrativa deste assentado:

Na terra eu me sinto em casa, eu tenho aqui as minhas matinhas que eu considero um paraíso, eu plantei uns eucaliptos pra construir camas artesanais, eu amo demais esses eucaliptos, apesar de ser um pouco contraditório, mas para o fim que eu quero eu acho que ecologicamente eu não sei. E tem a mata com um corguinho que eu amo, eu faço as minhas terapias, a minha higiene mental. Então isso aqui é minha vida. (B. G., Campo Florido, 13/04/2005).

A terra é o elemento central dos processos de construção e interpretação do real. As representações sociais da terra são, portanto, permeadas por significações existenciais que transformam a sua conquista em um processo simbólico fundante do ser no mundo. A narrativa acima é singular quanto a significação da terra para o agricultor ao relacioná-la à imagem de proteção, segurança, tranquilidade, sendo para o assentado a sua própria vida. A

³⁴ De acordo com a análise de Woortmann (2003), em referência a Otávio Guilherme Velho, a necessidade de apropriação da terra por parte dos camponeses se centra na reprodução familiar, na perspectiva futura de herança da terra dos filhos destes.

luta pela terra, neste sentido, se justifica pela recomposição social, cultural, simbólica e afetiva restabelecida através do vínculo do sujeito com a terra.

O trabalho se coloca como central na relação do sujeito com a terra, sendo incorporado como o veículo da interação entre a terra e a família; nele se pauta a transformação do “espaço” e a construção das possibilidades de reprodução familiar. No cotidiano dos assentados percebemos a dimensão do trabalho como fundamental para a reestruturação dos vínculos com a terra. As relações de trabalho são delimitadas de acordo com o modelo de produção adotado pelo grupo, havendo diferentes situações no interior do assentamento. A reprodução social da família se pauta tanto na manutenção do lote através da agricultura familiar, quanto no emprego de mulheres, homens e jovens nas fazendas vizinhas. A representação do trabalho é singular no seguinte depoimento:

Depois que eu vim pra cá, mudou que, bem mudou um pouco, porque a gente mora no que é da gente, mas eu já não posso trabalhar, num dou conta de carpir um quintal, de plantar, ajuda em alguma coisa. Ajuda assim, a Sebastiana a lavar uma roupa, ajudar a cuidar da menina, lavo uma louça, faço uma comida, lavo uma roupa, mas carpir um quintal, plantar, progredir eu já não dou conta.

(M.L.S.G., Campo Florido, 23/03/2005).

Para a depoente o trabalho se relaciona à produção agrícola, à manutenção do lote, no cultivo e colheita, havendo assim uma relação intrínseca entre a terra e o trabalho. O trabalho doméstico é concebido como um “sub-trabalho”, sendo desvalorizado em relação ao trabalho na terra, concepção esta incorporada pela representação construída pelo imaginário social. Um outro elemento trazido pelo depoimento se relaciona a divisão do trabalho por sexo e idade ao se referir ao espaço doméstico como o espaço de trabalho das mulheres e das crianças, assim como o espaço do quintal. Enquanto que a “roça” se coloca como o espaço masculino. As mulheres são empregadas, fundamentalmente, na colheita da pimenta e de outras culturas. Algumas famílias reconstróem essa lógica a partir de outros parâmetros, tendo à frente dos lotes as mulheres (famílias matriarcais) que lidam na produção do leite, na colheita e plantio na “roça” e nas demais atividades que, tradicionalmente, empregavam os homens. Em um outro trecho do depoimento, o trabalho é parte do cotidiano, a experiência vivenciada no decorrer de toda a vida:

Trabalhando pros outros, sempre trabalhando pros outros. O que mais que eu sinto é isso, o meu esposo trabalhava demais, ele trabalhava que nem um doido, mas nunca tinha nada, que trabalhava sempre pros outros. Trabalhava sempre o dia pra comer à noite, era sempre assim. Sempre colheita de café, abanava café, abanava era dez sacos de café no dia assim, na peneira mesmo. Quando chegava de tarde cê olhava pra ele assim, não sabia que cor ele era, que cor que era a roupa, podia raspar a camisa, podia raspar a poeira, quanto o suor que grudava na roupa. E tudo era difícil naquele tempo pra gente, tudo era difícil. Às vezes a gente passava, trabalhava, trabalhava, às vezes tinha dia que quase que num tinha o que dar pros filhos comer. Às vezes tinha dia que a gente olhava assim, às vezes comer assim uma mandioquinha, uma mandioca, um arroz. Teve um tempo que eu passei muito tempo fazendo um, nós tinha um pouco de milho colhido, e até que plantou, até que colheu o arroz, num tinha arroz, até que plantou, que colheu esse arroz, colheu alguma coisa, eu ralava milho, ponhava o milho de molho, ralava aquele milho pra tirar aquele fubazinho, fazia um angu, matava um franguinho. O frango nem num criava pintinho, pititico, pra fazer uma sopa, pra fazer um angu pra comer pra poder trabalhar. Passei muito tempo fazendo isso.

(M.L.S.G., Campo Florido, 23/03/2005).

Narrando o cotidiano de trabalho da família, principalmente do esposo, a depoente rememora as experiências vivenciadas marcadas pelas dificuldades financeiras, a carestia de alimentos e a exploração do trabalho. A dimensão social do trabalho se pauta na reprodução familiar justificando a submissão à péssimas condições de trabalho e sobrevivência. A divisão do trabalho por sexo reaparece havendo a delimitação das funções do homem como o provedor de alimentos e recursos para a sobrevivência da família, enquanto à mulher se impõe a função de criação dos filhos e manutenção da família. A alteração da condição social com a conquista da terra remete a novas relações de trabalho e familiares, de acordo com a narrativa da depoente:

Mudou, porque hoje a gente não falta roupa, não falta comê, graças a Deus. Eu hoje sinto feliz, só não sinto feliz porque eu vejo as coisas que às vezes vejo a dificuldade que os filhos passam com os netos. As chocações que os netos dá muito trabalho pros pais, dá muito desgosto. Você vê aí que tem muito neto que dá muito trabalho pro pai, pra mãe.

(M.L.S.G., Campo Florido, 23/03/2005).

Em relação à família, as narrativas evidenciam uma preocupação central com a reprodução familiar, comprovando a interligação entre terra, trabalho e família na construção do universo simbólico e cultural dos agricultores familiares. A família se coloca no centro da racionalidade e da subjetividade dos assentados, sendo a motivação para a luta pela terra e a conquista de direitos.

*O meu dia-a-dia é assim, a gente **luta** sempre, confiando em Deus e luta com fé, com vontade de controlar, agora nós tem vontade de controlar os filhos, a vida dos filhos, a família. Eu vejo aí, os filhos não podem fazer nada, num tem jeito de controlar, fazer uma plantação, uma boa colheita. A situação precária dos filhos, nossa senhora, a minha luta do dia-a-dia é essa, é a vontade é de ver a situação, controlar a situação da família, dos filhos.*

(M.L.S.G., Campo Florido, 23/03/2005).

O cotidiano da depoente é marcado pela incorporação da luta pela sobrevivência da família através da reprodução material e da religiosidade. A família, neste sentido, se mantém como o alicerce da luta cotidiana travada tanto pelos meios de produção, quanto pela reconfiguração simbólica e cultural. As práticas religiosas visam a unidade familiar e a orientação para a vida prática. Sendo assim, a busca de um sentido para a vida cotidiana se pauta na reprodução familiar, implicando na constituição de relações de trabalho e de vínculos com a terra para o cumprimento destes valores relacionados à família.

A depoente acima citada é o “elo” de uma família de grande expressão no assentamento; no decorrer de sua narrativa a família se apresenta como central em toda a sua vivência. Desde sua infância até sua maturidade há vinculação entre a terra, o trabalho e a família, sendo exemplo de luta e sobrevivência no âmbito do assentamento, assim como um outro assentado cujo lote demonstra seu compromisso com a reprodução familiar.

Partindo destas considerações, percebemos na complexidade do cotidiano dos assentados rurais da Fazenda Nova Santo Inácio Ranchinho em Campo Florido-MG, a constituição de diferentes identidades “pessoais” e/ou individuais, percebidas através das narrativas orais, que apresentam representações diferenciadas sobre as experiências vivenciadas pelo grupo e dos “eventos” que demarcam a trajetória de vida dos mesmos,

assim como o tecimento de identidades coletivas em determinados momentos, o que nos possibilita enfatizar a articulação de “estratégias de identidade” pelo grupo (Cuche, 2002).

2.2 – A constituição de identidades a partir da relação entre tradição e modernidade

Ao compreendermos as articulações de identidade estabelecidas pelo grupo enquanto “estratégias”, reafirmamos a apropriação de elementos culturais e o forjamento de uma unidade do grupo na situação específica de luta pela terra e na defesa dos interesses do assentamento. A distribuição dos lotes por família não implicou na dissolução da coletividade que é mantida em alguns espaços de interação e conflitos no interior do assentamento; como exemplo, o “ritual” da assembléia. As estratégias de articulação da identidade coletiva são percebidas no momento em que há a necessidade de unidade na defesa dos interesses da coletividade.

Porque a gente, nós aprendemos uma coisa e isso é certo, por que não adianta a gente pensar só duas cabeças para ver se faz alguma coisa, porque não faz. Às vezes está faltando alguma coisa e se tiver mais outras cabeças pra pensar, juntos eles conquistariam alguma coisa. É que nem a gente quando quer alguma coisa, a gente busca lá de fora, a gente luta e consegue o que a gente quer. A maioria das coisas que a gente lutou, a gente conseguiu e sempre quando a gente põe uma coisa na cabeça é difícil quando a gente não consegue, o pessoal é muito unido. (A. L. Campo Florido, 12/07/2003).

Percebemos neste discurso a afirmação de uma identidade de luta em torno de uma suposta unidade do grupo, demarcando a construção social da identidade ocasionada em um contexto marcado por relações de poder (Castells, 2002). A resistência a uma situação de opressão e discriminação, como a vivenciada pelos *sem terra*, remete à construção de uma *identidade de resistência*, dando origem a formas de resistência coletiva. De acordo com o depoimento abaixo, a precarização dos trabalhadores rurais, assim como a alteração da condição social destes impulsionou a articulação do grupo para a luta pela terra. Um outro ponto fundamental é o vínculo com a terra, ao apontar a experiência de trabalho na “roça”, o que também é percebido em outros depoimentos que narram a história

de vida dos assentados, tendo a maioria uma trajetória marcada pelo cotidiano de trabalho na terra:

E aí a gente que só sabia trabalhar na roça, teve que encarar o caminhão de bóia-fria e trabalhar no cultivo da cana para a usina. Foi aí então que a gente, baseado numa experiência que tinha lá de um assentamento que tinha acontecido lá na região, surgiu esse movimento de sem terra. Que teve com um trabalho de base feito pela pastoral e pelo sindicato.

(B.G., Campo Florido, 13/04/2005).

Desta forma, a definição da identidade de resistência é buscada a partir das considerações de Castells que distingue três formas e origens de construção de identidades: a identidade legitimadora (construída através das instituições dominantes da sociedade), a identidade de resistência e a identidade de projeto, sendo estas últimas perceptíveis entre os assentados de Campo Florido. Enquanto *sem terra* percebemos a constituição da *identidade de resistência*, que é “*criada por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo, assim, trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade, ou mesmo opostos a estes últimos*” (Castells, 2002,p. 24).

Só que, hoje, é o seguinte entre o pessoal aqui no assentamento, as pessoas são um pouco diferenciadas, agora quando se toca de envolver o assentamento com as cento e quinze famílias, aí o pessoal está unido igual era antes. Agora quando se trata de relacionamento, aí então tem diferença, modificou bastante. Agora quando se trata de prejudicar o assentamento aí não, as famílias estão unidas para o que der e vier. (J. B. S., Campo Florido, 14/07/2003).

A articulação da *identidade de resistência* é concomitante à percepção de uma diferenciação pelo próprio assentado (“*as pessoas são um pouco mais diferenciadas*”), delimitando a coexistência de identidades pessoais e identidades coletivas no cotidiano dos assentados. Sendo assim, estas identidades (individuais e coletivas) podem ser compreendidas como “pontos de apego temporário”, em que o sujeito é obrigado a assumir

uma posição (Hall, 2000) de acordo com a realidade vivenciada, implicando no tecimento de práticas discursivas que remetem a uma marcação simbólica. No que se refere a identidade de “sem terra” percebemos a naturalização do “ser sem terra”, delimitando características próprias “*sem terra você sabe como é que é, sempre tem um pra ficar agitando*” (J.B.S., Campo Florido, 14/07/2003). Na narrativa abaixo o depoente afirma sua identidade de assentado em referência a sua condição social, delineando uma imagem do ser assentado em relação ao mundo exterior, estabelecendo um comparativo entre a expectativa e a oferta no que se refere à educação:

Eu não tenho o que reclamar, nós aqui em ponto de nós sermos assentados nós estamos de parabéns com os professores, de professor, de escola, tudo aí pra mim está ótimo, num tenho que reclamar pra isso.

(Z.F.S., Campo Florido, 12/07/2003).

Segundo Woodward (2000) a marcação simbólica é “*o meio pelo qual damos sentido a práticas e a relações sociais, definindo, por exemplo, quem é excluído e quem é incluído*” (Woodward, 2000, p. 14). Esta marcação simbólica delimita a estruturação de projetos e ações que visam a manutenção da coesão do grupo, face aos conflitos deflagrados pelas diversas identidades individuais. Neste sentido, a produção da identidade de assentado impõe ao grupo a articulação da “comunidade de memória” (ver Pessoa, 1997), em que a identidade coletiva é constituída com referência a um “fato triunfal na vida do grupo”. Sendo assim, a luta pela conquista da terra é apreendida pela memória trazendo ao grupo a identificação. A necessidade de “lembrar” a luta pela terra nos remete a percepção da constituição de um “mito fundacional” em torno deste fato, tendo como herói mítico um determinado personagem que liderou o grupo nas ocupações de terra³⁵. Exemplo disto é a articulação da Escola Família Agrícola com o objetivo de “transmitir” a memória da luta pela terra, os conhecimentos tradicionais, as novas tecnologias, assim como a possibilidade de formulação de projetos de produção visando a permanência dos assentados no campo.

³⁵ Os depoimentos e as conversas informais trazem diferentes versões acerca da formação do grupo, alguns trazem J.B.S como protagonista da luta pela terra, outros o colocam em um papel secundário, como fruto de um forjamento de um “herói” para o movimento.

Agora a Escola Família Agrícola não, além de aprender a escrever e ler, ele vai aprender o porque ele tá aqui nessas terras, qual que é a finalidade dele aqui dentro dessa terra. E aí sempre a gente fala “opte ou não por ficar no lote”, mas ele vai saber porque que ele veio pra cá, porque que o pai dele veio pra cá, qual a visão do pai dele no futuro, o que que o pai dele quer pro futuro dele, ele vai ficar sabendo, ele vai optar ou não. Porque aí também a Escola Família Agrícola não pode ser, não é uma corrente pra amarrar você no campo, não, mas é um objetivo. Bom seria que fosse mesmo, garantir a segurança no campo, a gente sabe que não tem outra saída.

(L., Campo Florido, 15/07/2003).

A “retomada” da tradição (entendida como a produção familiar e os conhecimentos transmitidos oralmente pela família), assim como a preocupação em utilizar a memória (ao incorporarem em seu discurso a necessidade de “lembrar” aos filhos a trajetória de luta dos pais) se coloca como a reordenação de materiais culturais visando a afirmação identitária. Ao mesmo tempo, a incorporação de novas relações de produção (técnicas agrícolas, mecanização da agricultura e relações de trabalho reorganizadas pela agroindústria) remete a “modernização”. Entendidos, a priori, como opostos, modernidade e tradição se adentram no assentamento, impondo aos assentados a resignificação destes elementos a partir de sua própria realidade, implicando em uma interlocução entre estas.

Neste sentido, a incorporação de técnicas agrícolas “modernizantes” se mesclam a saberes e fazeres tradicionais na constituição de novas relações de trabalho, conforme visualizamos nesta narrativa ao evidenciar os objetivos do projeto de Escola Família Agrícola no assentamento: “*ao invés de você fazer um técnico agrícola, você vai fazer um agricultor técnico, um cara que treina a técnica, que vai se sentir orgulhoso de estar trabalhando tecnicamente dentro da própria terra dele, aí tá dentro da escola*” (L., Campo Florido, 14/07/2003). Neste entendimento são elaboradas estratégias para incorporação dos assentados ao mercado capitalista das “técnicas modernizantes”, tecendo nesse processo uma *identidade de projeto*, quando “*os atores sociais, utilizando-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, de buscar a transformação de toda a estrutura social*” (Castells, 2002, p. 24).

Castells (2002) afirma que a *identidade de projeto* é formulada através da produção de sujeitos partindo de uma identidade oprimida para a ampliação do “projeto de identidade” à toda a sociedade, sendo originada assim, a partir da resistência comunal dentro da “sociedade em rede”³⁶. Compreendemos, a partir destas considerações, os projetos de sustentabilidade do assentamento como os “materiais culturais disponíveis” aos assentados na constituição da identidade coletiva em detrimento a “hetero-identidade”. Consideramos tanto os projetos voltados para a produção da terra (agrovilas, grupos de trabalho e outros), quanto o projeto da Escola Família Agrícola, como estes materiais culturais, visto que implicam na apropriação de valores culturais para a afirmação da identidade de assentado.

E aí nós teve muita dificuldade, no primeiro ano a gente plantou tudo no coletivo com aquela animação, fizemos uma boa colheita, mas depois parece que o coletivo, não sei se foi falta de discussão ou se foi falta de alguém que tem mais conhecimento colocar o que que é o coletivo, a forma do trabalho coletivo, então esse trabalho, como mal diz o outro, foi desmanchando. No outro tomamos a discussão de individual, ninguém mais estamos trabalhando coletivo e as pessoas hoje, pouco a pouco, tão reconhecendo que o trabalho certo mesmo é o trabalho coletivo, a questão individual tem alguém que sobe e outros desce. Hoje, na verdade, o pessoal tá vendo, tão vendo na consciência que se não for coletivo é dificilmente a reforma agrária dá certo.

(J.B.S., Campo Florido, 14/07/2003).

Na constituição de um novo universo cultural e simbólico e na busca de um “lugar” social, os assentados constroem a si mesmos e o mundo que os cerca através das representações e identificações tecidas no cotidiano de luta, trabalho, lazer, família e sociabilidade. Dentro desta lógica de reconstrução social, cultural e simbólica o eixo norteador de suas práticas e discursos é a reprodução familiar que justifica tanto a ocupação da terra, quanto as diferentes opções de produção e desenvolvimento. Neste sentido, as

³⁶ Compreendida por Castells (2002) como a nova forma de organização social delimitadora de transformações no mundo, moldando-o a partir das tendências conflitantes da globalização e da identidade; a “sociedade em rede” é caracterizada pela “globalização das atividades econômicas decisivas do ponto de vista estratégico; por sua forma de organização em redes; pela flexibilidade e instabilidade do emprego e a individualização da mão-de-obra. Por uma cultura de virtualidade real construída a partir de um sistema de mídia onipresente, interligado e altamente diversificado. E pela transformação das bases materiais da vida – o tempo e o espaço – mediante a criação de um espaço de fluxos e de um tempo intemporal como expressões das atividades e elites dominantes.” (Castells, 2002, p. 17).

dificuldades enfrentadas em relação à produção evidenciam ou mesmo mascaram as disputas pelo poder de representação e pela ocupação dos espaços, assim como as identidades pessoais se contrastam com as identidades coletivas na busca de tornar a subjetividade significativa no seio das decisões coletivas.

A reprodução familiar, no sentido em que a empregamos, se refere não apenas à dimensão econômica de sobrevivência material da família rural, mas na constituição de práticas culturais que delimitam novas formas de interação entre o homem e o seu meio. Interagindo elementos de ordem global com valores e sentidos da localidade; o mundo rural é reconstruído a partir de seus “microcosmos” constituidores de uma realidade social complexa e diversificada.

A “ritualização” das práticas políticas no cotidiano dos assentados demarca a vinculação entre uma consciência política e a religiosidade, resignificando estas práticas a partir de seus referenciais. As assembleias e reuniões se iniciam com orações pedindo a “intervenção divina” nas discussões e decisões a serem realizadas pelo grupo.

A comemoração do aniversário do assentamento deflagra a busca de um “mito fundacional”, assim como a emergência de uma comunidade de memória ao designarem como data oficial o dia da ocupação da fazenda, dezenove de maio. A festa em comemoração à ocupação da fazenda é marcada pelos ritos religiosos e pela “folia de reis”, sendo percebido a tentativa de reconstrução de tradições no âmbito de um novo espaço, conforme pontuado por André Azevedo da Fonseca (2004):

José Ferreira dos Santos, conhecido como José Messias, é violeiro e mestre de folia. “A procissão no aniversário era uma intenção que a gente tinha desde a beira da rodovia”. Por causa de diversos problemas enfrentados nos primeiros anos do assentamento, somente em 1996 conseguiram reorganizar o grupo para a comemoração. “A folia é tradição na família. Meu avô passou para o meu pai e ele passou para mim. Meu filho – o Israel, de doze anos – já está aprendendo”. (Fonseca, 2004, p. 100).

A recriação de tradições de família revelam a preocupação em consolidar referenciais simbólicos para a constituição do mundo social. Em 26 de março de 2005 presenciamos a prática de uma tradição “antiga” passada pelos ancestrais na sexta-feira da paixão, em que a “reza” do terço (rosário) é realizada na base do cruzeiro (uma cruz

levantada no centro de um lote); o que ocorreu de forma singular foi o fato de “cobrirem” a santa, escondendo-a, representando o luto da mesma pela morte de Cristo. A prática desta tradição, assim como de outras, remete a percepção do reordenamento simbólico e cultural a partir da retomada de tradições familiares diversas na constituição de uma memória coletiva única.

Os assentados do Projeto de Assentamento Nova Santo Inácio Ranchinho constroem em suas práticas cotidianas diversas identidades que se entrecruzam na consolidação de seu “lugar” social, concebendo o assentamento como um espaço de conflitos e interações. A disputa de projetos diferenciados de produção reproduzem a luta diária entre a coletividade e as decisões pessoais, remetendo à percepção de que uma não se condiciona a outra, mas que estas interagem na consolidação de representações e práticas sociais delineadoras das identidades individuais e coletivas.

CAPÍTULO III

OS OUTROS: DISCURSOS ENTRECRUZADOS NA CONFORMAÇÃO DAS IDENTIDADES COLETIVAS



Foto: Flávia Pereira Machado (abril de 2005)

Encontro da Juventude do Movimento Terra Trabalho e Liberdade (21 a 23 de abril de 2005) no assentamento, demarcando a atuação do agente mediador junto ao grupo social.

A construção das identidades culturais se processa na relação entre o eu e o outro na composição do mundo social e cultural. As estratégias de negociação entre diferentes identificações revelam a complexidade da realidade social, assim como as disputas pelo poder de representação. Neste sentido, o assentamento emerge como um espaço de conflitos entre a dominação política do Estado, a direção política dos agentes mediadores e os interesses individuais e coletivos no seio do assentamento.

As representações construídas tanto pelo grupo social, quanto pela sociedade circundante definem a articulação das identidades coletivas e pessoais, transformando o assentamento em espaço de interlocução entre diferentes práticas sociais e culturais. Os assentamentos emergem, assim, “*como processos sociais complicados constituídos no seio de um complexo e contraditório jogo de forças sociais*” (Ferrante, 1994, p. 127).

A complexidade dos processos sociais em interação no âmbito do assentamento demarcam não apenas a constituição de representações antagônicas acerca da realidade social, mas também no tecimento de estratégias de negociação diferenciadas entre rural e urbano, moderno e tradicional.

A imagem construída acerca do “sem terra” pelo discurso midiático é responsável pela formação de determinadas representações sociais que remetem a uma exclusão ou inclusão destes sujeitos de acordo com a situação ou orientação vigente. Assim como as representações construídas pelos agentes mediadores impulsionam a constituição de uma identificação única para os trabalhadores rurais, tendo como referencial a luta política.

Neste sentido, nosso olhar se volta para a constituição de diferentes discursos acerca das experiências vivenciadas pelos assentados da Fazenda Nova Santo Inácio Ranchinho, a fim de considerarmos a afirmação das identidades como parte deste processo de negação das representações construídas pelo Outro.

Os Outros neste contexto são localizados entre os diversos discursos articulados pela imprensa escrita de Uberaba, na divulgação de notícias acerca das ocupações de terra no início da década de 1990 nas quais os sujeitos de nossa pesquisa se colocam como protagonistas, e na veiculação de matérias pagas que refletem o debate acerca das ocupações entre os defensores e os oponentes das ações perpetradas pelo grupo em questão. Enfocamos, para tanto, o Jornal da Manhã devido à sua maior difusão na região do

Triângulo Mineiro, se caracterizando como um jornal regional, em que as matérias acompanham os “acontecimentos” fora dos limites de Uberaba. O recorte temporal se estabelece entre 1990 e 1993, justificado pela grande variedade de periódicos publicados diariamente, o que dificulta a apreensão de longos períodos.

Os agentes mediadores a serem considerados em sua relação direta com os assentados estão vinculados ao Movimento Terra Trabalho e Liberdade (MTL), que incorporou a luta e a conquista do grupo em questão como parte de suas lutas políticas. Definimos como material as cartilhas, revistas, jornais e panfletos elaborados pelo movimento acerca da reforma agrária, a fim de delimitarmos as representações construídas acerca do “sem terra” e do “assentado”, assim como o discurso articulado em relação à modernização agropecuária.

Ao analisarmos as narrativas construídas pela mídia e pelos agentes mediadores nos utilizamos de alguns recursos da Análise do Discurso³⁷ ao enfocarmos a construção de discursos acerca das experiências vivenciadas pelos sujeitos/agentes de nossa pesquisa. Para tanto, apreendemos a concepção de discurso em Foucault (1986) como uma prática relacionada a “outras práticas” no campo social (ver Gregolin, 2001). Segundo as considerações de Foucault (1986) o discurso deve ser compreendido como uma “prática discursiva”, visto que:

Não podemos confundir com a operação expressiva pela qual o indivíduo formula uma idéia, um desejo, uma imagem; nem com a atividade racional que pode ser acionada num sistema de inferência; nem com a “competência” de um sujeito falante quando constrói frases gramaticais; é um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, numa dada época, e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou lingüística, as condições de exercício da função enunciativa.

(Foucault, 1986, p. 136)

Desta forma, os discursos são conformados a partir de um “lugar” sócio-institucional (De Certeau, 1987), em que os sujeitos estabelecem um “jogo estratégico e

³⁷ Segundo Gregolin (2001) a Análise do Discurso surge a partir dos trabalhos de Pêcheux, Foucault e Bakhtin, tendo como principal tema a problematização sobre o sujeito e a produção de sentidos. Constituinte-se como campo do saber na área da Lingüística a partir da década de 1960.

polêmico (dominação, luta, esquivas, etc.), um espaço em que saber e poder se articulam (quem fala, fala de algum lugar, a partir de um direito reconhecido institucionalmente)” (Gregolin, 2001). A constituição de discursos pela mídia e pelos agentes mediadores é marcada pela disputa pelo “poder de representação” (Bourdieu, 1998), a fim de legitimar seu espaço de poder e saber acerca das experiências dos assentados e dos “acontecimentos” que se tornam relevantes para a sociedade nacional.

Segundo Gregolin (2001), a partir de uma leitura de Foucault, o exercício do discurso é *“um resultado de diversos sistemas de controle da palavra, resultante de diversas práticas restritivas, tanto daquelas que limitam o que pode ser dito, quanto daqueles mecanismos que delimitam os horizontes da produção e recepção de sentido”* (Gregolin, 2001, p. 16). A produção de discursos evidencia a preocupação em estabelecer determinadas interpretações da realidade social, assim como a condução de sentidos, valores e normas para o todo social ou para os grupos específicos, visando a legitimação do “poder de representação”.

O discurso, neste sentido, é permeado pela exterioridade das relações sociais e culturais, assim como pelas relações de poder estabelecidas nos diversos “microcosmos” sociais. Sendo assim, tanto o jornal impresso e os agentes mediadores, quanto os assentados tecem práticas discursivas no estabelecimento de sentido e orientação para a vida prática.

3.1 – “Fogo cruzado”: debate acerca da reforma agrária na imprensa escrita de Uberaba

Os textos midiáticos são construídos e organizados a partir de diferentes códigos e signos que se entrecruzam na formulação da “verdade”(Tasso & Barbosa, 2001). Segundo Foucault (1998) a produção de “verdades” se vincula ao estabelecimento de um *“conjunto das regras segundo as quais se distingue a verdade do falso e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder”* (Foucault, 1998, p. 13). Neste sentido, os textos midiáticos são estruturados a partir de uma pretensão de verdade, se utilizando de recursos que validam as informações veiculadas, como uma suposta “imparcialidade/neutralidade”

ao noticiar determinados acontecimentos, ou mesmo o uso de conhecimento científico ou especializado.

Os textos midiáticos constroem sentidos e verdades ao estabelecerem o que deve ou não ser noticiado. O “filtro da mídia” estabelece um julgamento social, político e econômico, delimitando o que é importante nesses campos. Sendo assim, a mídia constitui o “acontecimento” de acordo com seus interesses e julgamentos. Estes “acontecimentos discursivos” só adquirem significado no contexto em que são produzidos.

A profusão de notícias e informações veiculadas pela mídia diariamente, ou mesmo em tempo real (televisão e internet), contribuem para a emergência de um efeito de memória zero (0), em que as informações veiculadas não são passíveis de reflexão pelos receptores. O real é presentificado, não havendo a preocupação em se estabelecer uma memória acerca de determinados “acontecimentos”.

Partindo destas considerações, analisamos os textos produzidos pelo Jornal da Manhã, editado na cidade de Uberaba – MG, como produtor de um determinado discurso ou discursos sobre o “sem terra”. Discursos estes que contribuem na formação de uma representação do sem terra incorporada pelo “imaginário social”. Um outro recurso utilizado pela imprensa escrita é a abertura a textos pagos que evidenciam o debate travado entre os oponentes e os defensores da “causa” dos sem terra.

É fundamental ressaltarmos que o texto jornalístico é uma escrita informativa, mas que constitui determinados discursos, como já apontado. Ao se vincular a um lugar sócio-institucional, sua escrita é datada, demarcando as idéias e imagens vigentes em determinado tempo e espaço ou mesmo contribuindo na formação das mesmas a partir do discurso produzido. Neste sentido, as matérias analisadas entre 1990 e 1993 refletem o momento histórico vivenciado tanto na cidade de Uberaba e região, quanto no cenário nacional, o que nos permite estabelecer interações entre o local e o global na conformação do cotidiano da população.

No decorrer da década de 1990 o Jornal da Manhã, assim como o Jornal de Uberaba³⁸ expuseram uma grande preocupação com os rumos da agricultura, veiculando

³⁸ O Jornal de Uberaba foi a nossa primeira fonte de pesquisa, porém as “notícias” veiculadas se limitam a cidade de Uberaba, não considerando os “acontecimentos” em escala regional. Em alguns momentos, conforme será visualizado, o Jornal de Uberaba apresenta algumas matérias pagas, o que será citado no corpo do texto.

matérias e artigos que buscavam informar e disseminar as discussões acerca da mesma no Congresso Nacional, estabelecendo a visão de uma função social da agricultura para o desenvolvimento econômico, para a “pacificação” das famílias rurais, erradicação da miséria e da fome. Conforme percebemos nos jornais ocorreu, neste período, uma crescente vinculação entre agricultura e desenvolvimento econômico como forma de superação da crise em que o país mergulhou com o fim da ditadura militar e a “redemocratização” com o Governo José Sarney. Exemplo disto são as notícias acerca das discussões para a elaboração e aprovação da Lei Agrícola no Congresso Nacional: “*Lei Agrícola que ofereça soluções aos problemas do Brasil, onde a pobreza e a fome não encontram justificativa no potencial da terra e na riqueza de poucos*” (Jornal da Manhã, Uberaba-MG, 05 de janeiro de 1990, ano XVIII, nº 5.145, p. 11).

A constante referência ao tema da produção agropecuária revela a formação econômica da região com base agrária e agrícola. A cidade de Uberaba e região são conhecidas no âmbito nacional pela criação do gado zebu, se destacando pela exposição agropecuária realizada pela Associação Brasileira dos Criadores de Zebu – ABCZ -, sendo considerada, segundo as informações levantadas pelos jornais, a maior da América Latina em termos de negociação de gado.

O contexto nacional na década de 1990 é marcado pela preocupação com o desenvolvimento da produção agropecuária, a partir do processo de modernização desencadeado na década de 1960: “*O futuro do mundo está na agricultura. Será forte o país não que produzir petróleo, mas que produzir alimentos*”; entrevista do deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE) concedida ao Jornal da Manhã em ocorrência ao Encontro Nacional da Lei Agrícola promovido pela Comissão de Agricultura e Política Rural em Brasília no ano de 1990 (Jornal da Manhã, Uberaba-MG, 05 de janeiro de 1990, ano XVIII, nº 5.145, p. 11). O discurso apropriado pelos jornais ressalta a necessidade de aumento da produção, como forma de superação das desigualdades sociais, ao produzir um maior contingente de alimentos para o abastecimento interno e a diminuição dos custos para a classe trabalhadora, a exemplo do ocorrido nos países de capitalismo avançado (Abramovay, 1992), conforme exposto na seguinte matéria:

Egreja (deputado José Egreja do PTB-SP) ressaltou que se a agricultura puder cumprir sua missão de produzir os alimentos

necessários e suficientes para o povo brasileiro, bons e baratos, terá dado decisiva contribuição à pacificação da família brasileira, evitando a fome e erradicando a miséria.

Fonte: Jornal da Manhã, Uberaba-MG, 05 de janeiro de 1990, ano XVIII, nº 5.145, p. 11.

Apesar dos “silenciamentos” quanto aos conflitos no mundo rural, o texto midiático revela a preocupação com a produção agrícola voltada para o mercado interno como forma de superação destes conflitos, redimensionando a discussão acerca da reforma agrária e agrícola, conforme divulgado pela entrevista com o então ministro da Agricultura do Governo Collor, Íris Rezende Machado (PMDB-GO):

A seu ver, a Lei Agrícola terá de se traduzir num mecanismo de modernização agrícola. A tecnologia deve ser estimulada para o aumento da produtividade e para distribuição racional dessa produção. Neste sentido, o ministro destacou a importância do acesso do agricultor ao crédito rural, como uma garantia para viabilizar a atividade.

Fonte: Jornal da Manhã, Uberaba-MG, 05 de janeiro de 1990, ano XVIII, nº 5.145, p. 11.

Este discurso remete à percepção da atuação do Estado na viabilização da modernização agrícola no país a partir de incentivos e créditos que financiem os grandes empreendimentos e os pequenos e médios agricultores. Um outro ponto da matéria nos revela uma preocupação oculta no discurso, que aparece através dos silêncios; os conflitos no campo devido a disputa por terra entre ocupantes “sem terra” e grandes proprietários e seus respectivos representantes, o que pode ser interpretado na fala do ministro Íris Rezende acerca da necessidade de elaboração de uma Lei Agrícola juntamente com a Lei Agrária, na condição de preservação/manutenção da propriedade privada. No trecho citado ele propõe um anteprojeto de Lei Agrária enquanto resultado de “*estudos técnicos do ministério através do INCRA [...] Acentuou, ainda, que se trata de estudo isento de faccionismos ou interesses, pois se limita às regras da Constituição, ‘mantendo-se no respeito à propriedade para que cumpra sua função social’*” (Jornal da Manhã, Uberaba-MG, 05 de janeiro de 1990, ano XVIII, nº 5.145, p. 11.). Ao afirmar que o período em questão é o momento histórico para a elaboração de uma Lei Agrícola e Lei Agrária reforça

nossa percepção dos silêncios que marcam o interdiscurso, revelando a existência e a preocupação com os conflitos no campo e a manutenção da propriedade privada.

Analisamos as discussões acerca da agricultura e do campo como um todo anteriores ao processo de ocupação da fazenda a fim de revelar o contexto em que emergem os conflitos. Identificamos, portanto, dois pontos fundamentais à nossa pesquisa: o primeiro refere-se a preocupação com a modernização agrícola, expresso nas discussões acerca da Lei Agrícola que se tornam noticiáveis durante alguns meses tanto no Jornal da Manhã quanto no Jornal de Uberaba no ano de 1990, assim como o reflexo das medidas relacionadas ao setor para a região do Triângulo Mineiro, e principalmente para a cidade de Uberaba, produtora de gado zebu; exemplo disto é o artigo de Alysson Paulinelli, presidente da Confederação Nacional de Agricultura – CNA -, no Jornal da Manhã na mesma data em que é noticiado o Encontro Nacional da Lei Agrícola. Este apontava para eminência de uma crise da agricultura durante o governo de José Sarney: *“a agricultura por estar descapitalizada, encontra-se no limiar de sua mais grave crise. Possibilidade agravada pelo fracasso total da reforma agrária da atual gestão, que não estimulou abertura de novas fronteiras agrícolas e refreou, pela falta de crédito, a aplicação de novas tecnologias no campo”* (Jornal da Manhã, Uberaba-MG, 05 de janeiro de 1990, ano XVIII, nº 5.145, box, p. 11.). Em crítica ao governo Sarney afirmava ainda que *“a atual gestão, em curto espaço de tempo, plantou as raízes da estagnação e falência do que foi construído e conquistado nos últimos vinte anos”* (ibid, ibidem). Há que se ressaltar, ainda, o teor político-partidário que permeia sua fala, demarcando sua posição em relação a reforma agrária e as políticas agrárias e agrícolas.

O discurso acima citado nos remete à percepção da polêmica existente no período pós-ditadura militar, conhecido como “redemocratização”; os incentivos dados pelos governos militares através dos créditos agrícolas aos grandes empreendimentos possibilitou o avanço no processo de modernização no campo (ver Panini, 1990). Por outro lado, a má distribuição destes créditos ou mesmo a dificuldade de acesso por parte dos pequenos agricultores e também a ausência de uma reforma agrária eficaz, contribuíram para o aumento dos conflitos no campo, culminando em uma década (1980) marcada pelas ocupações de terra e o surgimento de novas organizações e grupos demandantes de terra (conforme analisamos no capítulo I). O segundo ponto fundamental para nossa pesquisa se

refere, neste sentido, aos conflitos no campo “apagados” nos discursos emitidos pelos representantes políticos, mas evidenciados em alguns pontos dos discursos veiculados pela mídia.

Através das notícias citadas, percebemos um “apagamento” da opinião do jornal, dando a estas notícias um caráter impessoal ao trazer a opinião de políticos e dos responsáveis pelas medidas. Apesar desta tentativa de “distanciamento” com o intuito de tornar o texto “imparcial”, a definição de quem deve ou não emitir opinião, e do que deve ou não ser noticiado remete à subjetividade do jornalista e do editor, marcada pelos interesses do jornal em divulgar ou não determinadas notícias, exercendo assim o poder de narrar e representar os “fatos” sociais e políticos.

Em 24 de janeiro de 1990 se noticiava a primeira atuação dos sujeitos de nossa pesquisa; a priori, nossa pretensão seria a análise do discurso da mídia em relação ao “sem-terra”; no entanto ao nos defrontarmos com a riqueza do material ampliamos nossa perspectiva incorporando os debates travados entre os opositores e os favoráveis ao processo de ocupação de terras na região. Geralmente, as matérias relacionadas às ações dos “sem-terra” receberam destaque no Jornal da Manhã ao tomarem maiores dimensões na região, mobilizando as opiniões de diversas entidades. Quanto a referência nos jornais, o termo “sem-terra” corrobora para a constituição de uma identificação entre o grupo isolado e as ações em âmbito nacional, homogeneizando a experiência de luta de grupos diversos em situações diferenciadas:

<<SEM-TERRA>> INVADE FAZENDA EM ITURAMA E VAI SER DESALOJADO POR PELOTÃO DE CHOQUE DA PM

Cerca de setenta <<sem-terra>>, apoiados por políticos do PT, sindicalistas e religiosos, invadiram a Fazenda Colorado, no distrito de Vila União – município de Iturama. Sem encontrar resistência, a ocupação foi pacífica, mas os posseiros resistiram ao primeiro grupo de policiais-militares enviados à área.

<<SEM-TERRA>> INVADE FAZENDA

Iturama – Uma nova invasão de terras, durante a madrugada de ontem, neste município do Pontal do Triângulo, movimentou o Pelotão de Choque do Batalhão, que seguiu com destino à fazenda ocupada, na tentativa de desocupá-la pacificamente.

De acordo com informações liberadas pela PM, setenta “sem-terra” apoiados por religiosos, políticos e sindicalistas,

ocuparam a Fazenda Colorado, situada no Distrito de Vila União, neste município, sem qualquer incidente.

Inicialmente, 25 homens da PM sediados em Iturama foram deslocados para a área, onde encontraram os invasores já armando barracas e não conseguiram desaloja-los. Decidiu-se, então, pelo envio do Pelotão de Choque do 4º Batalhão.

Informações não confirmadas indicavam que também o deputado federal Virgílio Guimarães (PT/BH) se encontrava em Vila União apoiando os invasores, em companhia de vereadores do Partido dos Trabalhadores, advogados, lideranças sindicais e membros da Pastoral da Terra. O clima na área de conflito é tenso, mas não havia sido registrado qualquer incidente até o início da noite de ontem.

Fonte: Jornal da Manhã, Uberaba-MG, 24 de janeiro de 1990, ano XVIII, nº 5.161, capa e p. 5.

O discurso midiático contribui na construção de representações sociais a partir de termos que remetem a uma imagem negativa ou afirmativa acerca de determinado fato histórico e social. A partir da intertextualidade é possível identificarmos a ocorrência de conflitos no campo no que tange ao processo de reforma agrária e conquista de terra, silenciados nas discussões sobre modernização agrícola ou de regulamentações que beneficiem o setor.

O discurso midiático encobre a subjetividade das informações ao tecer uma visão supostamente imparcial e neutra acerca dos acontecimentos, dando às notícias um caráter de cientificidade ao trazer a opinião dos responsáveis pela ação. No início das reportagens acerca das ocupações percebemos apenas a veiculação da versão oficial a partir dos depoimentos dos policiais. O uso de termos como “invasão” remete a uma visão de criminalização das ações dos ocupantes de terra, visto que estes rompem com as leis determinadas de proteção da propriedade privada, mesmo que no processo de desintegração de posse o “esbulho” seja pago pelo INCRA. O reforço do termo sem-terra fortalece a identificação dos demandantes por terra, dando a estes grupos isolados certa unidade, atendendo não apenas ao objetivo de determinados agentes mediadores em constituírem a identidade sem terra, mas também a construção de uma hetero-identidade negativa, ao colocar os sem terra como criminosos ou mesmo exógenos à sociedade nacional.

O enfoque das notícias veiculadas incide na pretensão de “narrar o fato como ele aconteceu”, trazendo as opiniões diversas acerca do “acontecimento”. Neste sentido, a

divulgação da reação dos grandes fazendeiros à ocupação da fazenda Colorado em 23 de janeiro de 1990 é destacada na manchete do Jornal da Manhã de 25 de janeiro de 1990:

Fazendeiros partem para o revide contra os invasores

Pneus de veículos foram furados, enquanto defensores dos “sem-terras” se viam cercados dentro da delegacia.

PM desocupa fazenda invadida em Iturama

Embora sem violência, a Polícia Militar precisou de energia para retirar de Iturama os principais líderes do movimento dos “sem-terra”, invasor da Fazenda Colorado, no distrito de Vila União. Revoltados com a invasão, fazendeiros cercaram a Delegacia de Polícia e chegaram a furar os pneus dos veículos dos defensores dos “sem-terra”.

Del Duque³⁹ explicou aos líderes do movimento que a PM dava ao grupo garantias de que não haveria violência, mas que a fazenda deveria ser desocupada. Os que se recusassem a deixar a propriedade, seriam retirados à força, se necessário, e indiciados em inquérito por esbúlio possessório (invasão) e desrespeito à autoridade.

Fonte: Jornal da Manhã, Uberaba-MG, 25 de janeiro de 1990, ano XVIII, nº 5162, capa e p. 5.

O jornal se apóia nas informações dadas pela Polícia Militar, não se preocupando com a divulgação da posição dos líderes do movimento. O discurso assume um tom de imparcialidade, dando um caráter “científico” e de “verdade” às notícias veiculadas. Um ponto importante é a posição de ofensiva assumida pelos fazendeiros, ameaçando a integridade física dos líderes; conforme é explicitado pelo jornal.

Os ocupantes de terra citados na reportagem acima são parte de um grupo maior oriundo de Limeira D'Oeste que, de acordo com os depoimentos dos assentados, se dividiram na ocupação da fazenda permanecendo na cidade. Notícias relevantes para a nossa pesquisa aparecem na notícia abaixo:

O pelotão de choque do 4º Batalhão deverá permanecer em Iturama por mais alguns dias, uma vez que um outro grupo de “sem-terras” foi localizado no distrito de Limeira D'Oeste. As características levantadas são de que o grupo se prepara para

³⁹ 1º Tenente Hilton Del Duque, comandante da operação de desocupação da Fazenda Colorado.

invadir uma das fazendas do município de Iturama, que é considerada o berço da UDR (União Democrática Ruralista).

Fonte: Jornal da Manhã, Uberaba-MG, 25 de janeiro de 1990, ano XVIII, nº 5.162, p. 5. (grifo nosso)

A informação veiculada pela mídia coincide com a narrativa dos assentados referentes às dificuldades em desapropriar terras na região de Iturama – MG, devido a atuação da UDR (União Democrática Ruralista), conforme o depoimento de um assentado:

Então o INCRA achou que naquela hora tava muito difícil terra lá em Iturama, porque o ministro da Reforma Agrária naquela hora era o Antonio Cabrera, ele só na região de Iturama tinha três fazendas. Então ele nunca ia querer fazer reforma agrária numa região que ele tem fazenda, e a fazenda dele era tudo ilegal.

(J.B.S., Campo Florido, 14/07/2003)

Em 27 de janeiro de 1990 o jornal apresentava a posição da Central Única dos Trabalhadores – CUT - em relação aos demandantes por terra em Iturama – MG, que aguardavam a definição de sua situação após ocuparem uma fazenda na região, a Fazenda Colorado mediante as promessas do INCRA de assentarem as famílias.

CUT avalia situação de <<sem-terra>> em Iturama

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) em Uberaba fez uma reunião com os sem-terra de Iturama, para uma avaliação do movimento de posse de áreas naquela localidade e também do que será definido para as próximas etapas de atividades.

Segundo o diretor Décio Lemos a coordenação decidiu por encaminhar caravanas a Belo Horizonte e Brasília, com a finalidade de “exigir tanto do governo estadual como do federal o direito de posse da terra”. Ele diz que o local ocupado pelos posseiros em Iturama não tinha proprietário apesar do DER reivindicar sua posse.

Décio Lemos confirma também que, para a organização da caravana com destino a Belo Horizonte e Brasília, a CUT começará uma campanha em Uberaba, com vistas a arrecadar fundos que cubram as despesas daquelas viagens.

Fonte: Jornal da Manhã, Uberaba-MG, 27 de janeiro de 1990, ano XVIII, nº 5.164, Caderno Dois.

A informação e opinião transmitidas pelo jornal revelavam o processo de emergência dos agentes de mediação entre o grupo de demandantes por terra e as instâncias do Estado. A mediação dos conflitos e mesmo a negociação entre Estado e sem terra é marcada pela participação ativa de diferentes grupos que visam se apropriar das lutas sociais através dos discursos produzidos e no exercício do “poder de representação”, o que discutiremos adiante.

As notícias acerca das discussões de políticas econômicas para o setor agrícola, a organização dos ruralistas em torno da UDR e o debate sobre a reforma agrária ocupavam considerável espaço no Jornal da Manhã no ano de 1990, o que demarca uma concentração da atividade agropecuária na região.

Presidente do INCRA anuncia reforma agrária municipalizada

Segundo ele (Mário Luiz Pegoraro, presidente do INCRA), a Reforma Agrária não será tratada como um problema político e ideológico, mas feita de maneira técnica e objetiva. Neste sentido, nada mais concreto que a municipalização da reforma agrária, envolvendo a União, Estados e Municípios onde existem os “sem-terra”.

Sobre os conflitos de terra, Mário Luiz Pegoraro disse que muitos deles decorrem de estimulação ideológica e política, em prejuízo a todas as partes envolvidas. O presidente do INCRA posicionou-se favorável ao direito de propriedade, dizendo que é preciso reconhecê-lo. E mais: todas as reintegrações de posse devem ser feitas se as propriedades invadidas são produtivas, afirmando que o Executivo deve cumprir todas as determinações do Judiciário neste sentido.

Fonte: Jornal da Manhã, Uberaba-MG, 07 de abril de 1990, ano XVIII, nº 5.222, p.03 do Caderno 2.

A visão da reforma agrária enquanto problema técnico a ser superado é remanescente de outros períodos, particularmente, da ditadura militar em que a tecnologia foi um dos pontos chave para o discurso do Estado e também por parte de determinados grupos de pesquisadores e movimentos políticos acerca da superação da crise, uma vez que esta se torna crônica na década de 1990, despolitizando o debate sobre a questão. A discussão gera polêmica entre estudiosos, defensores e oponentes do tema, visto que o caráter político ou técnico da reforma agrária não é consensual (ver Panini, 1990).

As primeiras notícias veiculadas pelo jornal da Manhã sobre as ocupações de terra protagonizadas pelos sujeitos/agentes de nossa pesquisa se pautam na opinião “técnica” da Polícia Militar e do INCRA, representando o discurso oficial do Estado e no discurso dos agentes mediadores (CUT, sindicatos, entre outros). O que denota a preocupação com a legitimidade do discurso construído acerca das ocupações de terra, destacando o lugar sócio-institucional em que os mesmos são produzidos:

Invasão de posseiros provoca mobilização da Polícia Militar

Uma invasão de posseiros em área do Departamento Nacional de Estradas e Rodagens (DNER) obrigou patrulheiros da Polícia Rodoviária Federal (PRF) a acionarem o apoio da Polícia Militar, após o que a situação foi contornada, com a retirada dos invasores.

Segundo informações da PRF, os posseiros iniciaram a perfuração de alicerce, na área, próxima ao chamado “Trevão” (cruzamento entre BR’s 262 e 050). Instados por um patrulheiro a deixarem o local, com a informação de que estavam invadindo área do DNER, os invasores resistiram.

A Polícia Militar foi então acionada. Policiais fortemente armados rumaram para o local, acompanhados de cães-policiais, mas o uso da força não foi necessária. Maquinas da prefeitura também se deslocaram para a região para taparem os buracos deixados pelos posseiros.

Fonte: Jornal da Manhã, Uberaba-MG, 16 de maio de 1993, ano XXI, nº 6.189, capa.

A notícia não identifica o grupo de ocupantes de terra que promoveu a ocupação da rodovia, homogeneizando os diferentes grupos de demandantes de terra em um mesmo termo “sem terra”, utilizado em determinados momentos de forma pejorativa, constituindo uma hetero-identidade. Em contraposição a esta hetero-identidade determinados agentes mediadores vêm no uso do termo uma estratégia de fortalecimento da identidade política dos sujeitos que integram os grupos de trabalhadores rurais, delineando a marcação da diferença em relação aos demais grupos sociais existentes no campo, assim como em relação aos “latifundiários”.

No dia 20 de maio de 1993, com a ocupação da Fazenda Santo Inácio e Ranchinho em Campo Florido – MG, o grupo é identificado como Movimento dos Sem-Terra de Iturama, remetendo a um reconhecimento da “autoridade” do grupo em relação a

sua representação e identificação, se diferenciando dos demais movimentos de luta pela terra existentes no campo brasileiro:

Sem-terra invadem fazenda no município de Campo Florido

Apesar de acompanhar toda a movimentação dos sem-terra, policiais militares não tomaram qualquer atitude contra os invasores.

Fonte: Jornal da Manhã, 20 de maio de 1993, ano XXI, nº 6192, capa (manchete).

Sem-terra invadem fazenda em Campo Florido

Cento e quarenta e três famílias do Movimento dos Sem-Terra de Iturama invadiram na madrugada de ontem a Fazenda Santo Inácio/Ranchinho no município de Campo Florido (a 8 quilômetros do centro da cidade). A polícia militar chegou no local ontem à tarde, mas não tomou qualquer atitude contra os invasores, por ordem do Comando Geral da Corporação. Líderes do movimento dizem que as famílias permanecerão no local até que a situação seja legalizada pelo Governo Federal, que, através do Ministério da Agricultura e do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), prometeu o assentamento dos posseiros.

Segundo Luís Carlos Barroso, um dos líderes dos sem-terra, o movimento é uma continuidade das invasões de 1990, em Iturama: “Após duas ocupações de terra, o governo vem nos enrolando com promessas de assentamento que nunca se concretiza”. Ele disse também que em 91 o Incra propôs às famílias a distribuição das terras da Fazenda Santo Inácio e Ranchinho, então em processo de desapropriação. Em 16 de abril de 91, um decreto-lei do governo Collor de Melo desapropriou para reforma agrária as terras da fazenda (1583 hectares), considerada latifúndio improdutivo utilizado para especulação.

A propriedade faz parte do espólio de Álvaro Lopes Cançado. Os cerca de quatro herdeiros que lutam pela posse do local entraram com ação contra a desapropriação, mas a 12ª Vara da Justiça Federal em MG determinou o assentamento das famílias cadastradas pelo INCRA na região e a emissão dos títulos de posse. Um recurso no segundo semestre do ano passado, entretanto, na Justiça Federal em Brasília, teve liminar cassando a decisão da 12ª Vara Federal de Minas.

Liderados pela pecuarista Vânia Lopes Cançado, não encontrada ontem em Campo Florido, os herdeiros alegam a falta de regulamentação da Legislação Agrária para embargarem o assentamento das famílias em suas terras, segundo os representantes do movimento.

Os deputados estaduais Gilmar Machado e Adelmo Carneiro Leão, ambos do PT, participaram das negociações que envolvem o governo de Minas, além do Ministério da Agricultura e os proprietários. No dia 5 de abril último, o então ministro da Agricultura, Lázaro Barbosa e o presidente do INCRA, Osvaldo Russo, estiveram em Iturama, onde foram assentadas 131 famílias no programa de reforma agrária do governo.

“Os dois fizeram um discurso eloqüente, muito bonito, dizendo que lugar de trabalhador é na terra e não passar fome, mas até agora nosso problema não foi resolvido”, afirma Barroso.

Fonte: Jornal da Manhã, 20 de maio de 1990, ano XXI, nº 6.192, p. 13.

Diversos elementos são levantados na notícia divulgada pelo Jornal da Manhã. Em relação à informação trazida pelo jornal percebemos a preocupação em levantar dados referentes ao grupo de ocupantes de terra, como o número de famílias, a denominação do grupo, a origem e a localização da ocupação, o que demonstra a necessidade de identificar o grupo demarcando a diferença com os demais grupos de “sem terra”. Ao relatar a atitude da polícia em relação a ocupação da fazenda, percebemos a “cobrança” de uma tomada de posição por parte da mesma, o que é evidenciado pela expressão “*não tomou qualquer atitude contra os invasores*”. Neste sentido, o discurso produzido pelo jornal delimita a posição ideológica de “defesa” da propriedade, ao se evidenciar no interdiscurso a preocupação em se estabelecer atitude contrária à de negociação e espera proposta pelo comando da polícia. O discurso do jornal pode ser interpretado, também, como uma tentativa de explicitar a “boa vontade” das autoridades constituídas em relação a um ato “irregular”, construindo uma imagem de “pacificidade” em torno do diálogo a ser estabelecido entre o grupo de demandantes por terra e o Estado, representado pela polícia.

Referente ao discurso das lideranças do movimento retratado pelo jornal (representado pela fala de Luís Carlos Barroso), percebemos a constituição de uma continuidade histórica para o movimento ao se vincular às ocupações na região de Iturama, “*o movimento é uma continuidade das invasões de 1990, em Iturama*”. A continuidade histórica do movimento permite o forjamento de um “mito fundacional”, de uma “comunidade de memória” baseada na reunião de pessoas para a luta pela terra ainda em Limeira D’Oeste – MG, entrecruzando na constituição do grupo trajetórias e experiências de vida diversificadas, assim como de diferentes situações e origens. A legitimidade do

grupo é articulada pelo jornal ao citar a presença de deputados estaduais na mediação das negociações junto ao Estado.

Outras informações levantadas pelo jornal pretendem dar à notícia o estatuto de “verdade”, a fim de legitimar o discurso do mesmo, ao apresentar a posição de ambas as partes (ocupantes, proprietários e polícia), assim como de outros dados (proprietário da Fazenda, a posição da Justiça, legislação, entre outros).

As ocupações de terra promovidas pelos “Sem-Terra de Iturama”, nome pelo qual ficou conhecido o grupo em que nos centramos, mobilizaram sindicatos, associações e outras entidades em uma discussão acerca do apoio ou não às ações do grupo; este debate é perceptível nas matérias pagas tanto pelos opositores quanto pelos apoiadores e mesmo promotores das ações. Nestas discussões é possível perceber a concepção de reforma agrária dos dois blocos arregimentados em torno do fato da ocupação da Fazenda Santo Inácio/Ranchinho em dezenove de maio de 1993, assim como a visão acerca do papel da produção agropecuária para o desenvolvimento do país. Para tanto, investigamos nos arquivos as matérias relacionadas tanto às ocupações de terra quanto aquelas que se referiam à produção agrícola, ao desenvolvimento rural como um todo. No Jornal de Uberaba desvelamos a preocupação com as notícias locais, se centrando principalmente na produção do gado zebu, visto ser a cidade considerada a capital do gado zebu e a região berço da UDR.

A ação dos sindicatos e entidades “defensoras” do grupo de demandantes por terra (sujeitos/agentes de nossa pesquisa) refere-se à mediação das negociações entre o Estado e o grupo em questão, assim como entre o grupo e a sociedade circundante. Os agentes mediadores estão presentes nos acordos e ajustes estabelecidos entre o INCRA, a Polícia e a Justiça, conforme percebido nas reportagens veiculadas pelo Jornal da Manhã. Uma outra forma de mediação é a divulgação do discurso de defesa da reforma agrária nos veículos de comunicação de massa, como é o caso da imprensa escrita, através tanto das entrevistas concedidas aos jornais, quanto de artigos publicados nos jornais no espaço das matérias pagas. Estes artigos revelam o debate travado entre os defensores e os oponentes da ocupação da Fazenda Santo Inácio Ranchinho e mesmo dos movimentos de luta pela terra, delimitando diferentes representações do “sem terra”, assim como de concepções diversas de reforma agrária, conforme podemos identificar no seguinte artigo:

Reforma Agrária já

“Em vez de ter pena dos pobres e acabar com os ricos, devemos acabar implacavelmente com os pobres, elevando seu padrão de vida”.

(Bernard Shaw)

A ocupação da Fazenda Santo Inácio/Ranchinho em Campo Florido, na semana passada, pelos “Sem Terras de Iturama”, recoloca para o Triângulo Mineiro a discussão de se promover a Reforma Agrária, o quanto antes, neste país.

Acampados à margem da rodovia há mais de três anos; trabalhando na condição de boiás-frias, inseridos na triste realidade de famintos e miseráveis; com uma promessa governamental nos corações – de serem assentados na Fazenda Santo Inácio/Ranchinho – um decreto de desapropriação e um processo de assentamento emperrados pela burocracia governamental e judicial; os Sem-Terra”, inconformados, resolveram romper com essa realidade, promovendo a ocupação da área prometida a eles e forçando o governo e os ex-proprietários a saírem do comodismo – porque a fome e a miséria têm pressa – e negociarem.

A Fazenda tem mais de 3.500 hectares, improdutivos e foi palco de um verdadeiro crime ecológico, com um desmatamento do cerrado sem critérios servindo meramente a carvoeiros, como se constata pelas inúmeras autuações que a polícia florestal lavrou. O valor social da terra em nenhum momento se fez presente. Contudo, o que se constatou, foi que o latifúndio improdutivo antes de ser um problema social, também é um problema econômico.

Com a chegada dos “Sem-Terra” a Campo Florido, a primeira impressão que a comunidade local expressou, foi de que estariam herdando um problema social grande, tendo que administrar mais 500 pessoas na condição marginal. No entanto, ao conhecerem mais de perto a organização dos “Sem-Terra” e suas experiências anteriores em áreas onde já haviam assentadas e produzindo – Fazenda Barreiro, no município de Iturama – mudou-se o enfoque social do problema social para o econômico.

A Fazenda Santo Inácio/Ranchinho, a muitos anos não gera nenhuma receita àquele município, seja através de recolhimento de impostos, seja gerando empregos ou contribuindo para a economia local com movimentação comercial.

Mudando o enfoque, existe muita expectativa de que os “Sem-Terra” venham se incorporar à comunidade de Campo Florido invertendo a lógica anterior dos ex-proprietários.

O que está correto, pois dentro do quadro nacional as famílias já assentadas pela Reforma Agrária conseguem uma produtividade superior à média nacional dos pequenos agricultores, refletindo em considerável aumento da renda familiar, deixando a condição de miseráveis para ocuparem o espaço de cidadãos consumidores e contribuintes do fisco.

Essa mudança de status é fundamental para o país, que é o sexto em miséria rural entre 114 países e ocupa o quarto lugar

entre os países onde o número de agricultores pobres aumentou no período 1965-88. Saltou de 68% para 73% da população rural vivendo abaixo da linha da pobreza (informação publicada no jornal O Estado de São Paulo, de 13.01.93). O Brasil também é campeão mundial de concentração de terra. Os vinte maiores proprietários têm, somados, a mesma quantidade de terra de 3,3 milhões de pequenos agricultores, ou seja, 20 milhões de hectares. Esse fato, por si, é detonador dos conflitos no campo que, segundo a CPT – Comissão Pastoral da Terra, matam um trabalhador rural a cada três dias.

A coragem e determinação dos “Sem-Terra”, acampados agora na Fazenda Santo Inácio/Ranchinho, nos faz refletir a necessidade de se promover uma repartição de renda e riqueza neste país, dando ao trabalhador a condição de cidadão. Esta justiça social sem dúvidas se fará através da Reforma Agrária, aqui colocada, também a necessidade de despi-la de preconceitos, livre dos lobbies e da influência da bancada ruralista do Congresso, caso contrário, os assentamentos no campo não vão passar do ridículo perpetrado por Sarney – Collor e continuado por Itamar.

A Reforma Agrária é a garantia do aumento da produção de alimentos e base de uma economia nacional forte, geradora de empregos, aumentando a renda familiar e principalmente pacificando o caldeirão social pronto a explodir. É imperativo caminharmos nesse rumo.

*João Lister Pereira
Presidente do Sindicato dos Bancários de Uberaba e
Diretor Executivo da Confederação Nacional dos Bancários –
CUT*

Fonte: Jornal da Manhã, 26 de maio de 1993, ano XXI, nº 6.197, p. 04 (matéria paga)

Este artigo publicado no Jornal da Manhã reflete os debates acerca da Reforma Agrária impulsionados pela ocupação da Fazenda Santo Inácio e Ranchinho em Campo Florido, vinculando um “acontecimento” de ordem local, a uma estrutura mais ampla de consolidação da reforma agrária no país. Percebemos o uso de um recurso que dá o efeito de realidade e cientificidade ao texto através do uso de estatísticas e dados que servem para atestar o discurso elaborado a favor da reforma agrária e dos ocupantes de terra.

Em contraposição ao discurso da CUT, entidades e sindicatos patronais (ligados aos grandes proprietários de terra), articulavam seu discurso em torno da defesa da propriedade, da família e dos valores morais. O informe publicitário divulgado pelo Jornal

da Manhã e pelo Jornal de Uberaba em 29 de maio de 2003 é exemplar quanto a representação das ocupações de terra como atos criminosos, anti-constitucionais e violentos.

Informe Publicitário

INVASORES DE FAZENDA GERAM INTRANQUILIDADE NA REGIÃO

A região do Triângulo Mineiro vem conseguindo elevar consideravelmente sua produção agropecuária em função dos processos tecnológicos modernos desenvolvidos por profissionais do setor, em igualdade de condições às práticas encontradas nas mais expressivas zonas agrícolas do país. O município de Campo Florido, em especial, conseguiu, nesta última década, introduzir empreendimentos tecnificados graças à desenvoltura dos produtores rurais que ali atuam. Assim é que, o município de Campo Florido, passou a ser detentor hoje de uma notável área de lavouras de grãos, produzindo mais de quarenta mil toneladas de arroz, feijão, soja, milho, trigo, ervilha, anualmente. A pecuária bovina é desenvolvida com alto nível tecnológico, produzindo carne, leite e reprodutores em graus de produtividade muito superiores às médias do país. Outras atividades como a produção de laranja, café, abacaxi, peixes, mel, etc., estão introduzidas na diversificação rural. Graças a processos agrícolas artificiais, os produtores daquela zona conseguiram transformar campo e cerrado nativo em exuberante manancial produtor de alimentos. Através de trabalho mecanizado de preparo e conservação do solo, aplicação de corretivos, fertilização, semeio de gramíneas, exploração agropecuária foram modificados, racionalmente, e se constituem na atualidade na única e fundamental sustentação daquele município. A produção rural é a promotora das riquezas e geradora dos empregos de milhares de trabalhadores que lá militam. Entre as centenas de propriedades rurais produtivas daquele prospero município, a Fazenda Santo Ignácio/Ranchinho, com 3.967 hectares, foi uma das que mais recebeu melhoramentos tecnificados e que tem obtido alta produtividade na pecuária e na agricultura. Utilizando mecanismos que viabilizam a formação artificial de pastagens através do plantio de lavouras de cereais, a Fazenda Santo Ignácio/Ranchinho, conseguiu estabelecer rotatividade de culturas que possibilita a obtenção anual de grandes safras de arroz e milho e elevada produtividade de carne e leite. São 3.365 cabeças de gado bovino alojadas na propriedade. Parte destes animais é destinada à cria e o rebanho leiteiro produz mais de 150 mil litros de leite por ano. Estão sendo produzidos 6 mil sacos de arroz e 2 mil sacos de milho. uma área de mais de 450 hectares está em fase final de preparo para ser incorporada à produção de grãos neste próximo ano agrícola. A preservação ambiental tem lugar destacado nos empreendimentos

processados na Fazenda Santo Ignácio/Ranchinho. Além das práticas de conservação do solo, empregadas na agricultura e pecuária, destaca-se a preservação de 793 hectares de reserva florestal, onde se mantém rigoroso controle com o objetivo de manter a fauna e a flora típicas do cerrado. Em que pese todo o dedicado trabalho que ao longo de muitos anos vem sendo realizado na Fazenda Santo Ignácio/Ranchinho, com o intuito de produzir mais alimentos e gerar empregos, parcela de grupos sindicais urbanos (bancários, professores, eletricitários e empregados da construção civil), estudantes, alguns padres e freiras de Uberaba e região utilizaram 143 famílias que estavam em Iturama – Pontal do Triângulo, para promover a invasão daquela unidade de produção, sob a alegação de pretenderem, com este ato criminoso, sensibilizar as autoridades para a questão da reforma agrária no país. O fato, ocorrido na madrugada do último dia dezoito, está causando incontida intranqüilidade entre o setor produtivo de todo o Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, por se tratar de agressão violenta à ordem e à lei, provocador de reflexos altamente negativos tanto no setor de produção rural como urbano.

Fonte: JORNAL DA MANHÃ. Uberaba-MG, sábado 29 de maio de 1993, ano XXI, nº 6200, capa.

JORNAL DE UBERABA. Uberaba-MG, sábado 29 de maio de 1993, ano 6, nº 1990, capa.

O recurso utilizado na escrita do informe publicitário remete à construção de uma imagem positiva da Fazenda Santo Inácio e Ranchinho, anterior ao processo de ocupação pelos “sem terra”, negando a ação do movimento e descaracterizando a luta pela terra ao vincular esta a criminalidade e à “desordem” social. A imagem construída acerca da fazenda é de um “paraíso” produtivo profanado pela ação dos “sem terra”. Segundo os depoimentos dos assentados e de moradores da cidade de Campo Florido, a fazenda se encontrava abandonada pelos proprietários no momento da ocupação, se destinando ao uso de pastagens pelos vizinhos da fazenda e pela ação predatória das carvoarias clandestinas existentes no interior da mesma, o que desconstrói o discurso de produtividade e preservação ambiental articulado no informe publicitário. O discurso revela a posição política do emissor (anônimo) em relação às ocupações de terra, se colocando contrário a estas ações, entendendo-as como práticas arbitrárias ao campo legal e constitucional que dão as bases para a sociedade nacional, evidenciando sua identificação com os grandes proprietários de terra da região e com as entidades representativas desta classe ou grupo

social. Contudo, se torna necessário enfatizarmos a posição política de quem profere o discurso, buscando conferir legitimidade ao emissor, ressaltando a problemática do texto e do contexto na construção deste discurso acerca da atuação dos grupos demandante de terra.

A construção da representação do “sem terra” como criminoso tem sido lugar-comum no discurso midiático e no discurso de diversos grupos, entidades e sindicatos ligados aos grandes proprietários de terra, sendo veiculado e incorporado pela população através dos veículos de comunicação de massa. A atribuição de caráter violento às ações coletivas engendradas pelos grupos demandantes de terra mascara a ação dos pistoleiros e “capangas” contratados pelos latifundiários, assim como pela própria repressão da polícia. Exemplo disso, são os assassinatos de lideranças destes movimentos em todo o país, como o massacre de Eldorado de Carajás. Reconhecemos que as ações de violência são partilhadas pelos dois lados, não se estabelecendo ainda a “paz no campo”.

Um outro discurso produzido pelos oponentes do movimento de luta pela terra é a articulação de frentes de defesa da propriedade junto ao Poder Legislativo, como é o caso da bancada ruralista no Congresso Nacional, conforme podemos identificar no artigo abaixo:

“O VERDE DA MINHA FAZENDA É O MESMO VERDE DA MINHA BANDEIRA”

*Companheiros ruralistas
Quero lembrar a todos!!!
Sei que muitos já se esqueceram
Alguns nunca pensaram
“Que o boi come capim
O capim nasce na terra
Sem ela, ele não sobrevive”.*

*A saída de um governo e a entrada de outro não serve de pretexto para desestabilizar o sistema produtivo rural. **O desrespeito às leis propicia a anarquia, invasões e conflitos fundiários fabricados, com o único intuito de atropelar o Judiciário e o Congresso, sem antes definir por lei os índices de produtividades por região geográfica no país.***

Mas, serve para ensinar aqueles que dirigem as entidades de classe que é somente por falta de coragem política que isto está acontecendo.

Graves problemas nacionais que envolvem nossa sobrevivência não podem ser tratados de maneira ampla, vaga e superficial, como tem sido até agora.

*As leis que prejudicam e ameaçam as propriedades produtivas, estão na pauta de votação para o dia primeiro de junho de 1993, com o projeto de rito sumário para desapropriar em 48 horas. **Temos que mobilizar urgentemente os nossos deputados para que não falem à votação nesse dia. É a nossa última chance de proteger a propriedade produtiva:** em apenas 48 horas não se faz laudos periciais.*

A falta de visão, informação, autenticidade e firmeza nas decisões importantes inibem a urgência de se fazer política classista.

O medo de serem tachados como radicais, na defesa da terra produtiva, só tem prejudicado o setor agropecuário.

Questões vitais são relegadas a segundo plano, achando que os problemas estão além das porteiras das fazendas.

Temos que modernizar, agilizar, cristalizar nossas idéias, ajudar a governar o Brasil. Temos este direito, a agropecuária produz a maior riqueza nacional. Fazermos o lobbie político na base municipal, estadual e federal, financiando, elegendo, prestigiando e cobrando sempre deles os compromissos assumidos. Populismo, peleguismo, demagogia, não aceitaremos mais.

De que adianta acabar com a aftosa, fazer melhoramentos genéticos, possuir o melhor boi do mundo e não termos nossas fazendas?

Até quando vamos suportar essa intranquilidade, insegurança e humilhação, vendo companheiros nossos perderem suas propriedades transformadas em favelas rurais?

Ora, gente! Vamos criar coragem, mudar tudo isso que está errado, defendendo a terra que está produzindo e alimentando a nossa pátria.

Luiz Rezende

UDR – União Democrática Ruralista de Minas Gerais.

Fonte: Jornal de Uberaba, 01 de junho de 1993, ano 6, nº 1992, p. 04 (matéria paga)

O discurso acima estabelece uma defesa da propriedade da terra vinculada a manutenção da ordem social através das leis. O descumprimento das leis evidencia uma situação de “caos”, desordem social e “anarquia”. O uso destes termos no discurso reforça a constituição de uma imagem negativa do “sem terra”, assim como estabelece uma diferenciação entre as reivindicações dos proprietários consideradas legítimas por se manterem dentro da lei, enquanto que as do “sem terra” desvirtuariam a dimensão legalista,

ao atentarem contra o direito constitucional de manutenção da propriedade privada. Este embate/debate é travado nos jornais da Manhã e de Uberaba através dos informes publicitários, assim como através das notícias sobre os apoios que cada um recebe.

Invasão de fazenda mobiliza sindicatos

A invasão da Fazenda Santo Inácio/Ranchinho por integrantes do Movimento dos Sem-Terras de Iturama provoca a mobilização de duas frentes na região. De um lado os dirigentes de sindicatos rurais da região pedem a desocupação imediata das terras e afirmam que a fazenda é produtiva. Por outro, dirigentes ligados aos trabalhadores defendem a desocupação e a desapropriação das terras.

A Polícia Civil está concluindo inquérito que apura a invasão.

Sindicatos rurais vão defender propriedade <<custe o que custar>>

Os sindicatos rurais do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba saem em defesa da Fazenda Santo Inácio Ranchinho em Campo Florido. Ontem em reunião de diversas lideranças do setor no Sindicato Rural em Uberaba, um documento que defende “a propriedade rural custe o que custar” foi elaborado para ser remetido a diversas autoridades e a sociedade em geral.

De acordo com o presidente do Sindicato Rural de Uberaba, Ataíde Fatureto, “o setor rural não pode concordar com este tipo de agressão como invasão em fazendas de terras produtivas”. Ele salientou que o “o Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba sobressaem com a produção agrícola e foi incisivo na entrevista ao Jornal da Manhã: “temos de dar um basta nisso”. O documento que enfoca a posição dos ruralistas irá ser divulgado no dia de hoje.

A Fazenda Santo Inácio/Ranchinho foi ocupada no dia 19 de maio por 143 famílias, oriundas do município de Iturama. Elas fazem parte do movimento dos Sem-Terra e estavam acampados em uma rodovia daquele município há mais de três anos, esperando o assentamento por parte do governo.

Presidente do Sindicato dos Bancários defende laudo oficial emitido pelo Incra

“A terra foi mesmo declarada improdutivo”. A afirmação foi do presidente do Sindicato dos Bancários de Uberaba, João Lister Pereira, um dos primeiros a levantar a bandeira em favor das famílias que ocuparam a Fazenda Santo Inácio/Ranchinho em Campo Florido. Ele disse que o laudo oficial do INCRA já qualificou como latifúndio improdutivo a fazenda ocupada e que a

experiência do assentamento de Limeira D'Oeste reforçou a posição favorável aos esforços pela Reforma Agrária.

Lister afirma que a ocupação em Campo Florido traz a análise de outros assentamentos. Ele exemplificou a fazenda Barreiro do município de Limeira D'Oeste, onde faz um relato que só os assentados hoje são responsáveis por 50% da produção do município. O assentamento através da Reforma Agrária é uma das grandes maneiras de distribuição de renda e a escassez de produção no Brasil, na opinião do presidente dos bancários.

Segundo o líder sindical, ontem o Congresso votou o andamento mais rápido do processo de desapropriação de terras e que a ação impetrada na Justiça contra a desapropriação, pelos atuais proprietários “só tem o objetivo de ganhar tempo para a retirada de madeira da área”.

Sem-terra terão apoio dos sindicatos

Os sem-terra que ocuparam a Fazenda Santo Inácio/Ranchinho, no município de Campo Florido, ganham apoio dos deputados, organismos sociais e sindicatos. Eles prometem manifestações em favor dos invasores na manhã de hoje.

Deputados vão participar de manifestação na fazenda ocupada

Deputados, organismos sociais, sindicatos e comissões de luta estarão realizando na manhã de hoje, uma manifestação na Fazenda Santo Inácio/Ranchinho, ocupada por mais de 140 famílias no mês passada. O objetivo da manifestação é avançar na defesa do assentamento dos Sem-Terra, segundo assessoria dos manifestantes. Nos últimos dias as lideranças dos produtores e trabalhadores têm travado uma disputa de posições opostas ao fato da ocupação. O prefeito de Limeira D'Oeste e o presidente da câmara daquela localidade que teve uma ocupação em 85/86, saem em defesa dos Sem-Terra.

Um grupo formado por lideranças sindicais, comissões de luta (de combate à Fome e à Miséria), a Comissão de Direitos Humanos e os deputados estaduais, Adelmo Carneiro Leão e Roberto de Carvalho (ambos do PT) estarão se dirigindo para a fazenda ocupada no início desta manhã. A previsão do grupo é de realizar uma série de encontros com lideranças públicas de Campo Florido e do comando militar da região.

O prefeito de Limeira D'oeste, Antônio Ferrari (PMDB), município que teve um assentamento de 130 famílias em 86 depois de uma ocupação de nove meses, defende o assentamento citando o exemplo da sua localidade. Ele classifica a fazenda ocupada na sua jurisdição (Barreirinho), como o “celeiro da região”. No levantamento feito pelo Chefe do Executivo, as 130 famílias assentadas são responsáveis por 50% da produção de grãos do

município. Já o presidente da Câmara local, Aparecido Baltazar (sem partido) foi um pouco mais além, ele disse “que a reforma agrária no País nunca existiria sem a ocupação”. Nos próximos dias, o presidente do Legislativo de Limeira D'Oeste estará seguindo para Campo Florido, onde levará apoio aos atuais ocupantes da Fazenda Santo Inácio/Ranchinho.

Fonte: Jornal da Manhã, 05 de junho de 1993, ano XXI, nº 6.206, capa e p. 03.

A articulação dos grupos de apoio aos “sem terra”, assim como de objeção às ações dos mesmos definem a multiplicidade de estratégias de negociação constituidoras das representações sociais, delimitando as interações e os conflitos entre identidades pessoais e culturais no âmbito do debate acerca da reforma agrária. A imagem construída do “sem terra” se vincula, de um lado ao “bandido”, “criminoso”, “fora-da-lei”, tecida no interior do discurso midiático, das entidades patronais e entre os fazendeiros. Por outro lado há a vitimização do “sem terra”, destituindo-o de referenciais próprios de luta e práticas discursivas, estando esta representação vinculada aos agentes mediadores. O discurso enquanto prática define as ações dos grupos sociais evidenciando as posições ideológicas e os interesses individuais e coletivos, conforme percebemos no artigo publicado no Jornal da Manhã em 08 de junho de 1993:

<<Repúdio da classe rural às invasões de terra>>

As entidades de classe, ligadas ao setor rural, Sindicatos Rurais Patronais, Associações e Cooperativas, reunidas em Uberaba, deliberaram repudiar veementemente a invasão de terras que agridem o setor produtivo como um todo, repugnando também os atos de violência.

As entidades representativas da classe rural promoverão todo esforço no sentido de verem garantidas as prerrogativas constitucionais e a proteção de toda e qualquer propriedade rural, seja ela produtiva ou não e repelirão qualquer invasão pois, estas propriedades rurais, garantem a sobrevivência dos povos.

Repudiam também a invasão das fazendas Santo Inácio e Ranchinho, no município de Campo Florido, e exigirão o fiel cumprimento da lei e apuração dos atos e penalização dos infratores do direito violado. Estas invasões constituem agressões ao direito e à justiça.

Acreditam ainda que o Poder Judiciário, fará manter a lei e a ordem, restabelecendo a tranqüilidade tão almejada pelo setor produtivo rural como também toda sociedade; caso contrário,

imperará a desordem e a anarquia. Onde prevalece a força, a lei não prevalecerá, e isso não é o desejo da classe produtora rural.

Uberaba, 02 de junho de 1993.

*Sindicato Rural de Uberaba
Sindicato Rural de Uberlândia
Sindicato Rural de Ituiutaba
Sindicato Rural de Campina Verde
Sindicato Rural de Iturama
Sindicato Rural de Campo Florido
Sindicato Rural de Conquista
Sindicato Rural de Sacramento
Sindicato Rural de Prata
Sindicato Rural de Conceição das Alagoas
Sindicato Rural de Patrocínio
Associação Brasileira dos Criadores de Zebu – ABCZ
Cooperativa Regional dos Produtores de Leite do Vale do Rio
Grande – Coopervale
Cooperativa dos Empresários Rurais do Triângulo Mineiro –
CERTRIM
União Democrática Ruralista – UDR*

Fonte: Jornal da Manhã, 08 de junho de 1993, ano XXI, nº 6.208, capa (matéria paga).

Vinculados aos interesses dos grandes proprietários de terra, as entidades e sindicatos patronais defendem a propriedade a partir da manutenção da lei, articulando não apenas seus discursos em torno dos seus interesses, mas também as práticas que orientam a posição ideológica dos mesmos. O grupo se articula de forma a garantir a defesa de seus interesses, estabelecendo uma identificação única baseada na propriedade da terra, enquanto estabelece como marcação da diferença o respeito ou não às leis (no caso em questão, o Outro se coloca como o “sem terra” que age, segundo os princípios destes à margem da lei). O discurso em torno da defesa da lei é articulado visando a identificação da população, gerando, de certa forma, uma imagem de terror em relação ao “sem terra”. Em contraposição a estas representações se articula o discurso e as identidades dos “sem terra”, conforme é apresentado no jornal de 09 de junho de 1993:

Aos moradores de Uberaba

Nos dirigimos aos moradores de Uberaba para comunicar as razões que nos levaram a ocupar, desde 19 de maio, parte da terra da fazenda Santo Inácio Ranchinho.

Há cerca de um ano, o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) determinou a desapropriação de parte da fazenda, até então de propriedade da família de Álvaro Lopes Cançado.

Como é de conhecimento da população e das autoridades de Campo Florido e região, na referida área nada é produzido. Portanto, nenhum benefício trás ao município. E como estabelece a Constituição Federal – Lei Maior do País – em toda terra improdutiva deve ser feita a reforma agrária, para assentar milhares de famílias de sem-terra desamparadas pelo Brasil afora. Porém, os ex-donos da fazenda, entraram com recurso na Justiça, que suspendeu a entrega da posse. Assim sendo, o processo parou. E nós, 143 famílias com aproximadamente 500 pessoas, não podemos esperar mais.

Estávamos acampados às margens de uma rodovia perto de Iturama há mais de três anos, esperando o assentamento prometido pelo governo. São crianças, mulheres e trabalhadores sem água, alimento, escola, atendimento médico, morando debaixo de barracas de plástico.

Nossa intenção em ocupar a fazenda é fazer com que a Justiça e as autoridades tomem providências para resolver nossa situação de sofrimento, miséria e agonia pelos quais estamos passando.

Lutamos pela posse da terra para podermos plantar nosso alimento e criar nossas famílias. Não queremos morar nas cidades para vivermos em favelas e ficarmos desempregados. Somos camponeses e queremos trabalhar na terra.

Queremos morar aqui onde estamos e ajudar a economia do município a crescer. Não queremos pegar nada de ninguém. Queremos, sim, trabalhar e contribuir para fazermos do Brasil um país justo, com igualdade.

Comunicamos que temos o apoio de deputados, de vereadores, de diretores de sindicatos de trabalhadores e de advogados de Belo Horizonte, Uberaba, Uberlândia, Ribeirão Preto, Franca, Araguari, Araxá e Ituiutaba. Eles estão presentes no acampamento para nos ajudar a conversar com policiais e representantes da Justiça. Em Brasília e Belo Horizonte, contamos com o apoio de deputados e sindicatos que estão solidários com nosso movimento. Pedimos o apoio dos moradores e autoridades de Uberaba para juntos solicitarmos à Justiça definição para o assentamento.

Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra de Iturama

Fonte: Jornal da Manhã, 09 de junho de 1993, ano XXI, nº 6.209, p. 11 (matéria paga).

A questão se centra na legitimação das ações por parte de ambos os grupos através dos discursos veiculados pela mídia. Em busca de desconstruir a imagem negativa divulgada pelas entidades patronais, os “sem terra” articulam uma identidade de resistência e de projeto, justificando a ocupação da fazenda pela necessidade da reprodução familiar, vinculando terra, trabalho e família.

A (in) definição sobre a função social da propriedade remete à possibilidade da desapropriação de propriedades improdutivas, evidenciando uma disputa no cenário midiático pela produtividade ou improdutividade da Fazenda Santo Inácio Ranchinho, o que justifica a ação dos fazendeiros e dos “sem terra” e entidades de apoio, respectivamente.

Reforma agrária em terras já produtivas?

A recente invasão por parte dos sem-terra, na Fazenda Santo Inácio/Ranchinho, já produtiva, em Campo Florido, veio gerar grande preocupação no setor rural, na expectativa que esse movimento venha a se alastrar sem fronteiras em detrimento do setor produtivo e numa afronta à propriedade particular que, por justiça e direito, deveria, a qualquer custo, ser respeitada.

*Se fizermos um retrospecto, podemos focalizar algo bem real sobre alguns assentamentos de terra já ocorridos apontando, como exemplo, fato acontecido em região nordestina, cujo quadro bem real foi transparecido pela televisão. De fato, lá se encontravam famílias japonesas com todo seu knowhow, adultos e crianças trabalhando produtivamente na terra, chegando até à sofisticação de exportarem flores para a América do Norte. Num contraste, em outro ângulo, foram televisados os caboclos brasileiros, que indagados pelo repórter sobre sua atividade naquele local, logo responderam “que tinham lá uma ferramenta abençoada, a **MOTOSERRA, que eles tacavam no pau e enfiavam o dinheiro no bolso e...**” nada mais, além da destruição da floresta.*

*Na oportunidade, uma indagação: qual será o destino desses **sem-terra** acampados em Campo Florido e sem recursos técnicos para sua sobrevivência financeira?*

Com a palavra, os nossos dirigentes do governo que até o momento vêm deixando os legítimos produtores rurais entregues à sua própria sorte, além de serem massacrados pela rede bancária oficial com seus juros e TRD extorsivos e abusivos, levando-se quase todos às raias da falência.

Joaquim Prata dos Santos

Um dos fundadores e ex-presidente do Sindicato Rural de Uberaba.

O emissor apresenta de forma clara sua posição acerca das ocupações de terra e do conseqüente assentamento das famílias nas fazendas desapropriadas, argumentando a favor da manutenção da propriedade, ao apontar a preocupação do setor rural com a expansão das ocupações às demais fazendas da região. Outro ponto fundamental de seu discurso se centra na discussão acerca da viabilidade da reforma agrária entendida e praticada tanto na referida década (1990) quanto na atual (2000) pelo Estado, a saber, a desapropriação de terras e o assentamento das famílias de trabalhadores rurais “sem terra”. A posição político-ideológico do emissor se baseia na legitimidade das ações do Estado e dos grupos de assentados no que se refere à produção agrícola e à preservação ambiental, sendo esta deficitária para estes grupos (assentados) devido a escassez de recursos, o que justifica a posição do emissor contrária a desapropriação de terras para fins de reforma agrária. O discurso aponta, ainda, a legitimidade dos “verdadeiros” produtores e a necessidade de políticas estatais que beneficiem o setor de forma adequada, evidenciando a diferenciação entre os “sem terra” e “assentados” com os grandes produtores, que seriam os “*legítimos produtores rurais*”.

Os discursos veiculados nas matérias pagas nos jornais de Uberaba - MG se vinculavam e se vinculam ao debate sobre a reforma agrária no país e sobre a situação dos “beneficiários” destas medidas públicas. A construção de um novo “lugar” social a partir da conquista da terra implica na reestruturação de modelos de produção que possibilitem a sobrevivência do pequeno produtor ou do agricultor familiar e sua incorporação ou não ao mercado capitalista. Retomar este amplo debate tem sido prática comum nas discussões políticas e ideológicas conferindo à reforma agrária certa complexidade que ultrapassa a distribuição de terras, atingindo a questão da produção familiar e do seu papel para o conjunto da sociedade nacional.

A partir das considerações acerca dos diversos discursos construídos impulsionados pela experiência de ocupação da Fazenda Santo Inácio Ranchinho, identificamos a incorporação do “microcosmo” do assentamento a um espaço global marcado pelas discussões acerca da propriedade da terra, da reforma agrária e do papel da

produção agropecuária no desenvolvimento capitalista brasileiro. As representações sociais são articuladoras das identidades culturais ao desencadear o processo de afirmação/negação das diferenças construídas no cotidiano e nos espaços de evidência destes discursos, como é o caso da imprensa escrita.

3.2 – Entre o local e o global: os agentes mediadores na definição das identificações e representações acerca do sem terra e assentados.

A partir das políticas públicas do Estado e das pressões dos trabalhadores e seus aliados surgem novos sujeitos e identidades no campo relacionadas aos assentamentos rurais. O diálogo e a negociação entre estes dois pólos impõem a necessidade de constituição de mediações; estas são entendidas como “*as ações que tiram movimentos e grupos de sua dimensão local e particular e os relacionam a outras instâncias e grupos sociais*” (Medeiros, 1994, p. 19).

A luta pela terra travada pelos assentados da Fazenda Santo Inácio Ranchinho é marcada pela constituição de um novo grupo social a partir de diferentes situações e categorias no campo. Segundo os depoimentos, a reforma agrária e as ocupações de terra eram uma novidade para o grupo, sendo motivados pela experiência de ocupação da Fazenda Barreiro em Iturama – MG, no final da década de 1980:

Só que eu na verdade, eu não conhecia nada, eu não conhecia nada que era reforma agrária, nada, nada, nada. Inclusive nem leitura suficiente eu tenho, eu tenho uma leiturinha, uma leitura muito pouquinha, só três meses de MOBREAL, depois que eu já tava com vinte anos, então minha leitura é muito pouca, eu dou conta de ler às vezes qualquer coisa, eu tenho a maior dificuldade de escrever, não é qualquer coisa que eu escrevo.

(J.B.S., Campo Florido, 14/07/2003).

A definição das lutas e a organização das ações desenvolvidas pelo grupo foram mediadas por diferentes entidades de apoio à luta pela reforma agrária como a Central Única dos Trabalhadores – CUT -, Partido dos Trabalhadores – PT -, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST -, a Igreja Católica, entre outros. Neste sentido, os

acampamentos e assentamentos se constituem como espaços de conflitos entre diferentes mediações e interesses:

Só que nessa reunião já tava já a direção do sindicato, o presidente do partido do PT tava presente, a CPT na época que hoje é a APR tava presente, tinha uma pessoa do Movimento Sem Terra tava presente e tinha um advogado do sindicato tava presente, aliás na verdade toda a diretoria do sindicato tava presente. Eles já tomaram a frente pra fazer a discussão, que nível que tava, o que que precisava e o que tinha que ser feito. Então naquela reunião definiu eu não podia ficar mais sozinho dirigindo o movimento conforme tava, tinha que ter mais pessoas junto comigo, inclusive pra assumir a responsabilidade também, e aí nós tiramos as cinco pessoas pra tá junto comigo, pra tá na comissão, pra tá discutindo.

(J.B.S., Campo Florido, 14/07/2003)

A fim de disputar um espaço no âmbito das políticas públicas do Estado, os “sem terra” buscam nas mediações os materiais necessários para estabelecer o diálogo e a negociação com estas instâncias. Neste sentido, as mediações se posicionam na direção política e na representação dos grupos em luta, estabelecendo formas de controle das ações e discursos destes (Medeiros, 1994).

A necessidade da mediação das negociações entre “sem terra” e as instâncias do Estado (INCRA, Polícia, Justiça, entre outros) possibilita a abertura do grupo para as influências externas, que passam a delimitar as práticas cotidianas e a organização das ações coletivas, seja na organização do acampamento e na distribuição das tarefas diárias, seja nas manifestações, reuniões e acordos estabelecidos. Neste sentido, ocorre a intervenção da CUT, MST, CPT, PT e dos sindicatos de apoio ao movimento de luta pela terra.

A necessidade de uma identificação que demarque as diferenças entre o grupo em questão e os demais grupos inseridos no contexto de luta pela terra impulsiona o surgimento do Movimento dos Sem Terra de Iturama. Em 1994 o grupo passa a se denominar Movimento de Luta pela Terra (MLT), organizando dezenas de ocupações em Uberlândia, Campina Verde, Santa Vitória, Ituitaba, Gurinhatã e Nova Ponte, adquirindo, assim, uma dimensão regional. Do espaço local de luta pela terra, organizado por trabalhadores rurais da região de Iturama, o movimento político se desassocia do grupo na

formação de um movimento de maior abrangência política e social, o que significa uma diferenciação entre o grupo social e o movimento político.

Segundo o Manifesto do Movimento Terra Trabalho e Liberdade (agosto de 2002), o MLT liderou a construção do MLST – Movimento de Libertação dos Sem Terra, se “desterritorializando” do local para o nacional, de um movimento localizado no Triângulo Mineiro para uma aparição nacional. As divergências internas ocasionaram a ruptura do grupo do Triângulo Mineiro com o movimento de abrangência nacional, fundando o MLST de Luta, conforme citado pelo Manifesto:

No ano de 2000, o setor do Triângulo Mineiro rompe com o agrupamento do Nordeste (inexpressivo) passando-se a denominar MLST DE LUTA. O MLST DE LUTA segue a mesma trajetória histórica do MLT liderando inúmeras lutas e perseguindo a construção de um projeto nacional, a partir do que intensifica as relações, que já estavam em curso, com o MLS e o MT, vindo, finalmente, a participar, ativamente, da fundação do Movimento Terra Trabalho e Liberdade.

(Manifesto do Movimento Terra Trabalho e Liberdade, 2002, p. 18).

A trajetória histórica deste agente mediador é marcada pelo processo de “desterritorialização” do espaço local para um espaço global, estabelecendo uma nova agenda política, assim como a constituição de representações e interesses que divergem dos interesses e anseios do grupo em questão em seu cotidiano de trabalho, sociabilidade e lazer. Segundo os depoimentos, a motivação para o ingresso na luta pela terra se vincula à reprodução familiar, ao desemprego, ao “desespero”; a luta se justifica pela sobrevivência material e cultural, se distanciando dos objetivos do movimento político:

O MTL perseguirá: O OBJETIVO DE VIVER A CONSTRUÇÃO SOCIALISTA EM CADA DIA, EM DUALIDADE GLOBAL E PERMANENTE COM A ORDEM, PORÉM EM CONTRADIÇÃO COM AS RELAÇÕES SOCIAIS, COM A MORAL E COM OS VALORES DA SOCIEDADE CAPITALISTA.

(Manifesto do Movimento Terra Trabalho e Liberdade, 2002, p. 05).

Neste sentido, a luta pela terra e, principalmente, o assentamento rural se articula enquanto um espaço em que diferentes estratégias e escolhas estão disponíveis para o uso da coletividade e nas decisões pessoais. A negociação entre as mediações políticas e a abertura para a inserção de outras mediações aponta para o surgimento de novas lutas e disputas entre projetos diferenciados de construção da realidade social e representação. Entre os assentados da Fazenda Santo Inácio Ranchinho estas disputas entre as mediações e a direção política do assentamento se fazem presentes em todas as reuniões, assembléias e manifestações coletivas, visto que os diferentes grupos buscam a legitimação de seus discursos e a incorporação pela coletividade de suas propostas e representações. Sendo assim, a produção de “consensos” no interior do assentamento se coloca como um processo político em que ocorre a “*construção permanente do direito de ‘falar por todos’*” (Medeiros, 1994, p. 21). A disputa pelo poder de representação no interior do assentamento demarca assim

Uma relação tensa entre os trabalhadores e as mediações, uma vez que muitas das regras fixadas aparecem como estranhas ao grupo. Dessa óptica, é importante assinalar que ocorrem no seu interior avaliações e escolhas que se traduzem em estratégias diferenciadoras usadas pelos diversos segmentos no interior dos assentamentos, podendo inclusive significar rupturas com alguns dos mediadores e a articulação de outros canais de mediação.

(Medeiros, 1994, p. 20-21).

O discurso do MTL, entendido como um dos principais agentes mediadores presentes no assentamento, articula uma continuidade histórica entre as lutas travadas pelo grupo em questão no espaço local, com os movimentos de âmbito nacional e mundial. Em relação à interação entre local e global, as ações do movimento se constituem como facilitadoras da negociação dos elementos locais com o processo mais amplo de modernização, havendo a necessidade do forjamento de estratégias políticas para o estabelecimento do diálogo com o mundo globalizado.

No que se refere à intervenção do movimento nas práticas cotidianas do assentamento há divergência de objetivos e interesses. Percebemos no discurso e nas ações engendradas pelo movimento a busca de maior visibilidade no cenário nacional, distanciando-se dos anseios e necessidades do assentado, como a solução para a produção

na terra, o aumento da renda familiar, os ajustamentos sociais, enfim a busca por um “lugar social”. O discurso “universalista” de um projeto político para o Brasil se distancia dos problemas cotidianos enfrentados pelos assentados, o que muitas vezes remete a certa “desconfiança” em relação aos propósitos do movimento; *“nós queremos ser parte da construção de um projeto de sociedade para o Brasil”* (Movimento, 2005). Assim como a disputa pelo “poder de falar pelo grupo” e direcionar suas ações impulsiona as divergências de interesses e as relações de poder travadas no “microcosmo” do assentamento.

CONCLUSÃO



Foto: Flávia Pereira Machado (abril de 2005).
A imagem de beleza e inocência se contrasta com o cotidiano de luta pela sobrevivência material e de conflitos e negociações com a comunidade externa.

Interpretar a realidade de um grupo social constituído no contexto da luta pela terra se consolidou como nosso maior desafio em face dos “pré-conceitos” e “verdades” solidificadas no imaginário social e reproduzidas no cotidiano das pessoas “comuns”. A superação das limitações se inicia com o movimento dialético de “*transformar o exótico em familiar, e o familiar em exótico*” (Chaves, 1999), nos deslocando de nosso “lugar social e cultural” para uma outra esfera da realidade, em que novos significados e práticas são tecidas. Sendo assim, o nosso deslocamento de um espaço urbano e acadêmico para o mundo rural nos possibilitou o reconhecimento do “outro”, se evidenciando um espaço de interação entre nossas teorias com as práticas cotidianas de assentados rurais do Projeto de Assentamento Nova Santo Inácio Ranchinho em Campo Florido – MG.

A busca pela apreensão dos significados e práticas que delimitam a constituição das identidades coletivas e pessoais nos submeteu ao conhecimento de suas vivências e suas estratégias de negociação cultural, econômica e simbólica percebidas no cotidiano de lazer, trabalho e sociabilidade. Nesta interação social e cultural se evidenciou um processo de transformação não apenas do objeto de pesquisa, mas também de nossas experiências de vida, incorporando novos saberes e fazeres relacionados com a produção familiar e com o espaço da terra.

A delimitação do assentamento como *locus* de pesquisa implicou em nosso comprometimento com o desenvolvimento do mesmo, visto que a coleta de fontes ocorreu na base da troca, no dizer de um assentado “*nos tornamos gembireiros*” (L. Campo Florido, 15/07/2003), já que nos foi cobrada uma contrapartida pelos assentados:

O que quero dizer é que a gente no caso a sua pessoa, outras pessoas que seja bem vindo aqui no nosso assentamento pra tá discutindo com o pessoal, com a gente, com outros, conhecer o assentamento, inclusive pra ajudar a mudar a visão hoje do que é a reforma agrária, qual é a importância da reforma agrária. Inclusive pra poder também essas pessoas hoje que tá desempregado, que tá na cidade desempregada e que não tem vontade de vir pra terra, as pessoas que foi da terra e foi pra cidade, que as pessoas tem que procurar sua origem que era o campo, porque nós sem produção no campo a cidade também não vive, não vive.

(J.B.S., Campo Florido, 14/07/2003).

A chegada do “estranho” ao assentamento é vista como a possibilidade de desconstrução de imagens distorcidas e negativas da luta pela terra e pela reforma agrária, contribuindo na difusão da relevância da mesma para a sociedade nacional. Neste sentido, percebemos em suas experiências de vida pessoais e coletivas a constituição de identidades múltiplas e situacionais emergidas a partir de diferentes “posições de sujeito” (Hall, 2003).

A situação de exploração do trabalhador rural impulsionou a articulação de uma identidade “sem terra” afirmada no contexto de luta pela terra, e em alguns momentos na defesa do próprio assentamento, ao reivindicar uma memória da luta. No cotidiano e nos espaços de interação se evidencia diferentes identidades individuais articuladas segundo a posição assumida por cada sujeito em relação ao grupo social, transformando o assentamento em espaço de conflitos em que emergem diversos interesses e estratégias de identificação e representação. A identidade de “assentado” é assumida no momento em que as referências sociais e culturais são ameaçadas pela emergência de obstáculos aos projetos do grupo, prejudicando a coletividade.

A partir da percepção da multiplicidade de identidades construídas no contexto de luta pela terra e de organização do assentamento rural foi possível tecer considerações que contribuem na desconstrução de uma suposta homogeneidade de situações e condições sociais no campo.

As transformações sociais, econômicas, políticas e culturais desencadeadas pelo processo de modernização impulsionou a articulação de uma diversidade de situações, categorias, identificações e representações do mundo rural. Os novos sujeitos constituídos e constituidores deste universo simbólico e cultural em construção evidenciam um movimento de afirmação do rural em detrimento do desaparecimento do mesmo com a “urbanização”.

A incorporação de práticas e tecnologias do “mundo moderno” pelos assentados rurais demarca a formulação de estratégias específicas de negociação ao resignificarem estes elementos a partir de seus “materiais” culturais, disponíveis pela tradição. A interligação entre terra, trabalho e família se restabelece a partir de suas referências culturais e simbólicas, havendo um movimento de afirmação do mundo rural não como espaço do “atraso”, mas enquanto *locus* de interação dos elementos tradicionais e modernos.

Desta forma, o significado da terra para os assentados não implica na recomposição de um tempo e de um espaço perdido no processo de modernização da agricultura e na conseqüente proletarização, mas na percepção desta como elemento constitutivo do presente, na germinação de um novo tempo ou na busca de um futuro distinto (Ferrante, 1994). O assentamento se configura, assim, como um espaço de enfrentamento diário de conflitos, novos significados e desafios, constituindo assim identidades múltiplas, situacionais e contrastivas.

Os discursos articulados pelos assentados, assim como pelos agentes mediadores e pela imprensa escrita evidenciam a disputa pelo “poder de representação”, o poder de falar por todos e de se fazer ouvir. Estas relações de poder impulsionam a constituição de representações diferenciadas das vivências e experiências do grupo, remetendo a uma percepção de um real complexificado.

Esta viagem rumo ao “desconhecido” tornou familiar a luta pela terra, assim como a conseqüência da mesma ao se consolidar o assentamento rural. O assentamento rural é assim considerado como um “microcosmo” em construção, em que diferentes práticas e discursos se entrecruzam na conformação do mundo social e cultural, marcado pelas transformações que o mundo rural enfrenta com o processo de modernização.

IMAGENS DO COTIDIANO



Cotidiano de equilíbrio com o meio ambiente
Foto: Flávia Pereira Machado (março/abril de



2005)

Cotidiano de reuniões: reunião da Associação da Escola Família Agrícola
Foto: Flávia Pereira Machado (julho de 2003)



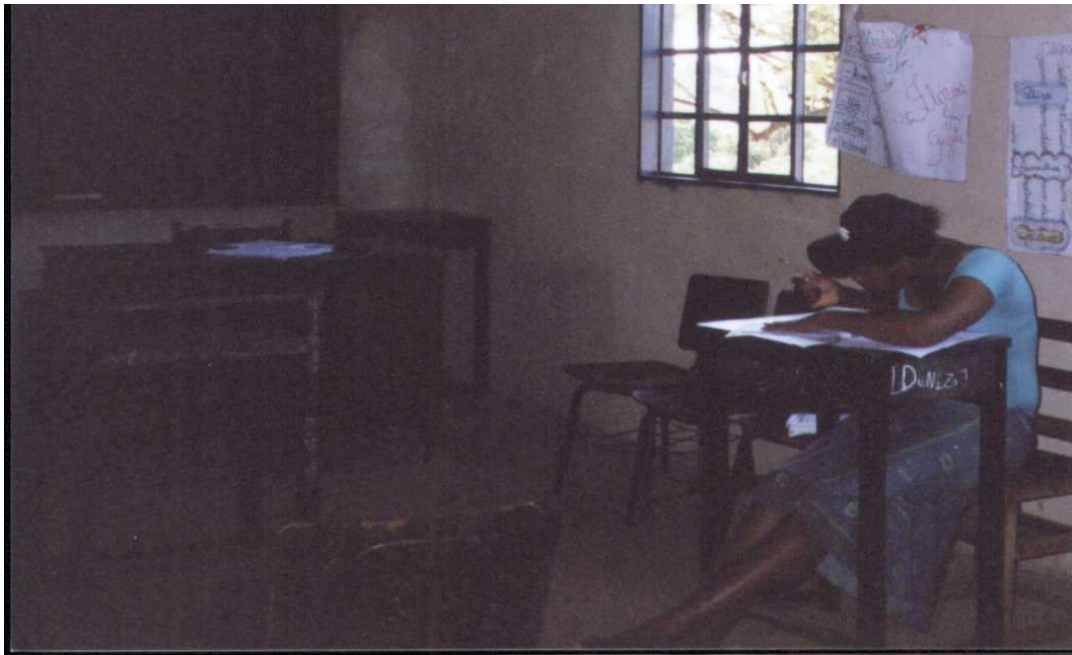
Cotidiano de projetos: assembléia de fundação do Instituto Agro-Ecológico “Adriana de Sousa”

Foto: Flávia Pereira Machado (março/abril de 2005)



Cotidiano de produção: horta comunitária da EFA

Foto: Flávia Pereira Machado (julho de 2003).



Cotidiano dos saberes escolares: a Escola Família Agrícola
Foto: Flávia Pereira Machado (julho de 2003)



Cotidiano da terra: visão panorâmica da fazenda
Foto: Flávia Pereira Machado (julho de 2003)



Cotidiano de conquistas: a sede da fazenda Santo Inácio Ranchinho
Foto: Flávia Pereira Machado (julho de 2003).



Cotidiano de negociação das representações: a assembléia dos assentados
Foto: Flávia Pereira Machado (março/abril de 2005)



Cotidiano da criação: quintal de assentada
Foto: Flávia Pereira Machado (março/abril de 2005)



Cotidiano de transformações: o uso de maquinários na produção
Foto: Flávia Pereira Machado (março/abril de 2005).

REFERENCIAIS BIBLIOGRÁFICOS

ABDALA JR., Benjamin. “Um ensaio de abertura: mestiçagem e hibridismo, globalização e comunitarismo” in _____. (org.). *Margens da cultura: mestiçagem, hibridismo e outras misturas*. São Paulo: Boitempo, 2004. (pp. 9-20).

ALVES, Elisângela Cristina & SANTOS, Roosevelt José. “Realidade e possibilidades para a promoção do ensino diferenciado aos assentados de Campo Florido-MG” in *Revista Eletrônica Horizonte Científico*. Uberlândia, 2002. (www.propp.ufu.br/revistaeletronica).

ARRUDA, José Jobson de Andrade. “Prefácio” in NETO, Wenceslau Gonçalves. *Estado e agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira 1960-1980*. São Paulo: Hucitec, 1997. (Coleção Estudos Históricos).

BECK, Ulrich. *O que é globalização? Equívocos do globalismo, respostas à globalização*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1999.

BERGER, Peter L. e LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. 15ª ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 1998.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido se desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BITTENCOURT, Libertad Borges. “A propriedade familiar em Goiás e o processo de modernização da agricultura” in *História Revista: Revista do Departamento de História/UFG*. Vol. 1, n. 1 (jan/jun 1996). Goiânia: Ed. UFG, 1996.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BURKE, Peter. *Variedades de história cultural*. RJ: Civilização Brasileira, 2000.

CARDOSO, Ciro Flamarion. “História e paradigmas rivais” in _____ & VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARDOSO, Ciro Flamarion. “Camponês, campesinatos: questões acadêmicas, questões políticas” in CHEVITARESE, André Leonardo (org.). *O campesinato na história*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/FAPERJ: 2002 (pp.19-37).

CARNEIRO, Maria José. “Ruralidade: novas identidades em construção” in *Estudos Sociedade & Agricultura*. SP: UNICAMP, 11, outubro de 1998. (pp. 53-75).

CHARTIER, Roger. “A visão do historiador modernista” in FERREIRA, Marieta de Moraes. AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1996. (pp. 215-218).

CHAVES, Juliana de Castro. “Pesquisa: um caminho a ser trilhado” in *Uniciência*. Revista científica da UEG. Anápolis: vol. 6, nº 1-2, 1999 (pp. 15-20).

CUCHE, Denys. *A noção de cultura nas ciências sociais*. 2ª ed. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

DE CERTEAU, Michel. *A escrita da história*. São Paulo: Ed. UNICAMP, 1987.

DIEHL, Astor Antônio. *Cultura historiográfica: memória, identidade e representação*. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

DURÀN, Francisco Entrena. “Viejas y nuevas imágenes sociales de ruralidad” in *Estudos Sociedade & Agricultura*. SP: UNICAMP, 11, outubro de 1998 (pp. 76-98).

EISENSTADT, S. N. “Modernidades múltiplas” in *Idéias*: Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP: Unicamp, ano 7(2)/ 8(1), 2000/ 2001. (pp. 9-46).

ESCOSTEGUY, Ana Carolina. “Identidades culturais: uma discussão em andamento” in _____. *Cartografias dos estudos culturais – uma versão latino-americana*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001 (pp. 139-185).

FABRINI, João Edmilson. “O projeto do MST de desenvolvimento territorial dos assentamentos e campesinato” in AGB. *Terra Livre*. Publicação da Associação dos Geógrafos Brasileiros. São Paulo: ano 18, n° 19, jul/ dez de 2002 (pp. 75-94).

FERRANTE, Vera Lúcia Botta. “Diretrizes políticas dos mediadores: reflexões de pesquisas” in MEDEIROS, Leonildes Servolo de. ESTERCI, Neide (*et alli*). *Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: Ed. UNESP, 1994, pp.127-144 (Prismas).

FONSECA, André Azevedo. “Folia no assentamento: Nova Santo Inácio e Ranchinho comemora nove anos com Festa de Reis” in _____. *Cotidianos culturais e outras histórias: a cidade sob novos olhares*. Uberaba: Ed. UNIUBE, 2004 (pp. 98-105).

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986.

_____. *Microfísica do poder*. 13ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GIDDENS, Anthony. “A vida em uma sociedade pós-tradicional” in BECK, Ulrich. Giddens, Anthony. LASH, Scott. *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na*

ordem social moderna. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997. (pp. 73-133).

_____. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

GINZBURG, Carlo. “Sinais: raízes de um paradigma indiciário” in _____. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989 (pp.143-179).

_____. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. SP: Cia. das Letras, 1987.

GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise. “Análise do discurso: os sentidos e suas movências” in _____ (et alli.). *Análise do discurso: entornos do sentido*. Araraquara: UNESP, FCL, Laboratório Editorial; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2001 (pp. 09-34).

HALL, Stuart. “Quem precisa da identidade?” in SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis - RJ: Vozes, 2000. (pp.103-133).

_____. *A identidade cultural na pós – modernidade*. 7ª ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 7ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 1998.

HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

IBGE. *Censo Agropecuário 1995/1996*. (<http://www.ibge.org.br>).

_____. *Enciclopédia dos municípios brasileiros*. Rio de Janeiro: vol. XXIV, 31 de janeiro de 1958.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro pasado: para uma semántica de los tiempos históricos*. Barcelona/ Buenos Aires/ México: Ediciones Paidós, 1993.

LEFEBVRE, Henri. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Editora Ática, 1991.

LE GOFF, Jacques. “Antigo/ Moderno” in _____. *História e Memória*. 5ª ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003. (pp. 173-206).

MAHL, Marcelo Lapuente. “Novos olhares sobre a questão racial no Instituto Histórico de São Paulo” in *Anais do XVII Encontro Regional de História: “O lugar da história”*. Campinas-SP: IFCH/ UNICAMP, 06 a 10 de setembro de 2004.

MANIFESTO do Movimento Terra Trabalho e Liberdade. Goiânia: agosto de 2002.

MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. 5ª ed. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 1981.

_____. *O poder do atraso: ensaios de uma sociologia da história lenta*. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

MATHEWS, Gordon. *Cultura global e identidade individual: à procura de um lar no supermercado cultural*. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

MEDEIROS, Leonildes Servolo de. ESTERCI, Neide. “Introdução” in _____ (et alli). *Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: Ed. UNESP, 1994 (Prismas).

MENDRAS, Henri. *Sociedades camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

MOSCOVICI, Serge. *A representação social da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

MOREIRA, Antônia Silva Paredes. OLIVEIRA, Denize Cristina de (orgs.). *Estudos interdisciplinares de representação social*. Goiânia: AB Editora, 1998.

MOVIMENTO. “Terra, trabalho e liberdade. A experiência do MTL” in *Revista Movimento em Novo Tempo*. Janeiro-fevereiro de 2005, nº 5 (pp. 8-21).

NETO, Regina Beatriz Guimarães. “Relatos orais e pesquisa histórica” in *Anais do VII Encontro Nacional de História Oral: História e tradição oral*. Goiânia: ABHO/ UFG/ UCG/ UEG, 2004.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *A geografia das lutas no campo*. 6ª ed. São Paulo: Contexto, 1996. (Col. Repensando a geografia).

PANINI, Carmela. *Reforma Agrária dentro e fora da lei: 500 anos de história inacabada*. São Paulo: Edições Paulinas, 1990. (Col. Fermento na massa).

PASSERINI, Luisa. “A lacuna do presente” in FERREIRA, Marieta de Moraes. AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1996. (pp. 211-214).

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Exposições universais: espetáculos da modernidade do século XIX*. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. “Fronteiras da ficção: diálogos da história com a literatura” in NODARI, Eunice. PEDRO, Joana Maria. IOKOI, Zilda (orgs.). *História: Fronteiras*. Simpósio Nacional da ANPUH (20: 1999: Florianópolis). São Paulo: Humanitas/FFLCH-USP/ANPUH, 1999 (Anais, volume II, pp. 819-831).

_____. *História & História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003 (Col. História &... Reflexões).

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. “Dialética do rural e do urbano: exemplos brasileiros” in *Cultura, sociedade rural, sociedade urbana no Brasil: ensaios*. RJ: Livros Técnicos e Científicos; SP: Ed. USP, 1978. (pp. 263-314).

_____. “Do rural e do urbano no Brasil” in SZMRECSÁNYI, Támas. QUEDA, Oriowaldo (orgs.). *Vida rural e mudança social*. 2ª ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1976. (pp. 160-175).

REVEL, Jacques. “Microanálise e construção do social” in _____. (org.). *Jogos de escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998. (pp. 15-38).

RODRIGUES, Waldecy. RESENDE, Rosilene Cezário dos Santos. “A evolução do novo rural em Goiás” in *Candeia: na construção de uma sociedade humana e ambientalmente sustentável*. Goiânia: Publicação semestral do IFAS, ano 5, nº. 7, fevereiro de 2005 (pp. 07-18).

ROMEIRO, Ademar Ribeiro. “Reforma agrária e distribuição de renda” in STÉDILE, João Pedro (coord.). *A questão agrária hoje*. Porto Alegre: Editora da Universidade – UFRGS, 1994 (pp. 105-138).

ROUQUETE, Michel Louis. “Representações e práticas sociais: alguns elementos teóricos” in MOREIRA, Antônia Silva Paredes. OLIVEIRA, Denize Cristina de (orgs.). *Estudos interdisciplinares de representação social*. Goiânia: AB Editora, 1998.

SAHLINS, Marshall. *Ilhas de história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. Volume I: Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SARAIWA, José Flávio Sombra. “Três percursos do nacionalismo nas relações internacionais: Argentina, Brasil e México” in CERVO, Amado Luiz et alli. *Relações internacionais dos países americanos*. Brasília: Linha Gráfica Editora, 1994.

SAUER, Sérgio. *Terra e modernidade: a dimensão do espaço na aventura da luta pela terra*. Brasília: UnB, junho de 2002 (Tese de doutoramento apresentada ao Programa de pós-graduação em Sociologia da Universidade de Brasília).

SOUZA, Simone. “Campo Florido: a eterna luta pela terra prometida” in *Revista Eletrônica da Universidade de Uberaba*. Uberaba-MG: UNIUBE, 2002. (www.revelacaoonline.uniube.br).

TEDESCO, José Carlos. “Técnica, direito e moral: o cotidiano em conflito-transformação no meio rural da região de Passo Fundo” in *Teoria, Evidência, Economia*. Passo Fundo: vol.4, n.7/8, p.49-70, maio/nov., 1996.

THOMPSON, Edward P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros – uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

WANDERLEI, Maria de Nazareth Baudel. “A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o ‘rural’ como espaço singular e ator coletivo” in *Estudos Sociedade e Agricultura*. Pernambuco: Editora Vozes, 2000 (pp. 87-104)

WARNIER, Jean – Pierre. *Mundialização da cultura*. Bauru, SP: EDUSC, 2000.

WOODWARD, Kathryn. "Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual" in SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis - RJ: Vozes, 2000. (pp. 7-72)

WOLF, Eric. *Sociedades camponesas*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

WOORTMANN, Klaas A. "Com parente não se negocia: o campesinato como ordem moral" in *Anuário Antropológico/ 87*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983.

_____. "A ética no trabalho camponês" in *Seminário: Os desafios culturais no mundo do trabalho*. Goiânia: Semana de Antropologia da Universidade Católica de Goiás, de 23 a 24 de abril de 2003.

WWW.jornaldeuberaba.com.br

WWW.usinacoruripe.com.br

FONTES:

1. Jornais e periódicos:

EDITORIAL. "Lei agrícola dará novas diretrizes e tranquilidade ao trabalhador rural" in *Jornal da Manhã*. Uberaba-MG: 05 de janeiro de 1990, ano XVIII, nº 5.145, p. 11.

EDITORIAL. "<<Sem Terra>> invade fazenda em Iturama e vai ser desalojado por pelotão de choque da PM" in *Jornal da Manhã*. Uberaba-MG: 24 de janeiro de 1990, ano XVIII, nº 5.161, capa e p. 5.

EDITORIAL. "Fazendeiros partem para o revide contra os invasores" in *Jornal da Manhã*. Uberaba-MG: 25 de janeiro de 1990, ano XVIII, nº 5.162, capa e p. 5.

EDITORIAL. "CUT avalia situação de <<sem-terra>> em Iturama" in *Jornal da Manhã*. Uberaba-MG: 27 de janeiro de 1990, ano XVIII, nº 5.164, Caderno Dois.

EDITORIAL. “Presidente do INCRA anuncia Reforma Agrária municipalizada” in *Jornal da Manhã*. Uberaba-MG: 07 de abril de 1990, ano XVIII, nº 5.222, p. Caderno Dois.

EDITORIAL. “Invasão de posseiros provoca mobilização da Polícia Militar” in *Jornal da Manhã*. Uberaba-MG: 16 de maio de 1993, ano XXI, nº 6.189, capa.

EDITORIAL. “Sem-terra invadem fazenda no município de Campo Florido” in *Jornal da Manhã*. Uberaba-MG: 20 de maio de 1993, ano XXI, nº 6.192, capa e p. 13.

PEREIRA, João Lister. “Reforma Agrária Já” in *Jornal da Manhã*. Uberaba-MG: 26 de maio de 1993, ano XXI, nº 6.197, p. 04 (matéria paga).

INFORME PUBLICITÁRIO. “Invasores de fazenda geram intranquilidade na região” in *Jornal da Manhã*. Uberaba-MG: 29 de maio de 1993, ano XXI, nº 6.200, capa. *Jornal de Uberaba*. Uberaba-MG: 29 de maio de 1993, ano 6, nº 1990, capa.

REZENDE, Luiz. “O verde da minha fazenda é o mesmo verde da minha bandeira” in *Jornal da Uberaba*. Uberaba-MG: 01 de junho de 1993, ano 6, nº 1.992, p. 04 (matéria paga).

EDITORIAL. “Invasão de fazenda mobiliza sindicatos” in *Jornal da Manhã*. Uberaba-MG: 05 de junho de 1993, ano XXI, nº 6.206, capa e p. 03.

SINDICATO RURAL DE UBERABA *et al.* “<<Repúdio da classe rural às invasões de terra>>” in *Jornal da Manhã*. Uberaba-MG: 08 de junho de 1993, ano XXI, nº 6.208, capa (matéria paga).

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ITURAMA. “Aos moradores de Uberaba” in *Jornal da Manhã*. Uberaba-MG: 09 de junho de 1993, ano XXI, nº 6.209, p. 11 (matéria paga).

SANTOS, Joaquim Prata dos. “Reforma agrária em terras já produtivas?” in *Jornal da Manhã*. Uberaba-MG: 23 de junho de 1993, ano XXI, nº 6.192, capa e p. 13.

MOVIMENTO TERRA TRABALHO LIBERDADE. *Manifesto*. Goiânia-GO: 2002, p. 18 (material impresso).

MOVIMENTO. “Terra, Trabalho e Liberdade. A experiência do MTL” in *Revista Movimento em Novo Tempo*. Brasil: janeiro-fevereiro de 2005, nº 05, p. 8-21.

2. Depoimentos orais

A.L., Campo Florido-MG, 12/07/2003.

Z.F.S., Campo Florido-MG, 12/07/2003.

J.B.S., Campo Florido-MG, 14/07/2003.

L. Campo Florido-MG, 15/07/2003.

M.L.S.G., Campo Florido-MG, 23/03/2005.

B.G., Campo Florido-MG, 13/04/2005.

M.L., Campo Florido-MG, 23/04/2005.